

Índice Geral

Introdução.....	5
Metodologia	7
1 - Os Equipamentos Colectivos	9
1.1 - A Importância dos Equipamentos Colectivos no Planeamento	9
1.2 - A Carta Educativa.....	10
1.2.1 - Conceitos e Objectivos	10
1.2.2 - Enquadramento Legislativo	12
1.2.3 - Política Educativa Municipal	15
1.3 - Rede Escolar – Critérios de Planeamento	16
1.3.1- Educação Pré-Escolar	17
1.3.2 - Ensino Básico	18
1.3.3 - Agrupamento de Escolas.....	20
1.3.4 - Percursos Educativos e Formativos após o 9º ano	22
2 - Caracterização do Município de Monforte	23
2.1 - Enquadramento Regional.....	23
2.2 - Análise Demográfica	26
2.2.1 - Projecções Demográficas.....	39
2.3 - Hierarquização dos Aglomerados	40
2.4 - Actividades Económicas.....	44
3 - Caracterização e Evolução do Sistema Educativo.....	52
3.1 - Nível de Ensino da População	52
3.2 - A Procura da Educação e do Ensino.....	54
3.2.1 - Educação Pré-escolar	58
3.2.2 - 1º Ciclo do Ensino Básico.....	60
3.2.3 - 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	62
3.2.4 - Ensino e Educação Especial	64
3.2.5 - Percursos Educativos e Formativos após o 9º ano	67
3.2.6 - Cenário Prospectivo da População Escolar até ao ano lectivo 2010/11 ...	70
3.3 - A oferta de Educação, Ensino e Formação	76
3.3.1 - Educação Pré-escolar	78
3.3.1.1 - Caracterização Física dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar	80
3.3.1.2 - Segurança, Acessibilidade e Recursos Humanos	83
3.3.1.3 - Capacidade e Taxas de Ocupação	85
3.3.2 - 1.º Ciclo do Ensino Básico.....	86
3.3.2.1 - Caracterização Física do Parque Escolar	88
3.3.2.2 - Segurança, Acessibilidade e Recursos Humanos	90
3.3.2.3 - Capacidade e Taxas de Ocupação	91
3.3.3 - 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico.....	93
3.3.3.1 - Caracterização do Parque Escolar	95
3.3.3.2 - Segurança, Acessibilidade, Corpo Docente	96
3.3.3.3 - Capacidade e Taxas de Ocupação	97
3.3.4 - Ensino Secundário	99
4 - Diagnóstico da Situação Educativa	100
4.1 - Taxa de cobertura	100
4.2 - Taxa Bruta de Escolarização.....	101
4.3 - Taxas de Aproveitamento, Reprovação e de Abandono	103
4.4 - Acção Social Escolar.....	110
5 - Propostas de Ordenamento da Rede Escolar.....	119
5.1 - Educação Pré-Escolar.....	121

Estas são algumas das medidas a tomar na maior parte dos edifícios que ministram a educação pré-escolar e, para além destas, é necessário atender às especificidades de cada estabelecimento. 121

- 5.1.1 - JI de Assumar 122
- 5.1.2 - JI de Monforte 122
- 5.2.3 - JI de Vaiamonte 123

5.2 - 1º Ciclo do Ensino Básico 124

- 5.2.1 – EB1 de Assumar 124
- 5.2.2 - EB1 de Monforte 124
- 5.2.3 - EB1/JI de Santo Aleixo 125
- 5.2.4 - EB1 Vaiamonte 126

5.3 - 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico 127

- 5.3.1 – EB2, 3 de Monforte 127

5.4 – Resumo das Propostas 128

6 – Monitorização / Avaliação do Processo 134

- 6.1 - Processo de Monitorização 134

Bibliografia 136

ANEXOS 137

- Anexo A - Critérios de Planeamento 138
- Anexo B - Critérios de planeamento: Ciclos de Ensino 140
- Anexo C – Tabelas Relativas aos Gráficos Apresentados 156
- Anexo D - Legislação Consultada 167
- Anexo E – Inquérito efectuado às escolas 169

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução da População Residente: Município de Monforte	27
Gráfico 2 - Evolução da População Residente: Freguesias do Município de Monforte.....	27
Gráfico 3 - Evolução da Variação da População: Freguesias do Município de Monforte.....	28
Gráfico 4 - Evolução da Natalidade, Mortalidade e Crescimento Natural	29
Gráfico 5 - Evolução da Natalidade, Mortalidade e Crescimento Natural	29
Gráfico 6 - Evolução da Natalidade: Freguesias do Município de Monforte	30
Gráfico 7 - Distribuição da População por Grandes Grupos Etários: Freguesias do Município de Monforte (2001)	32
Gráfico 8 - Pirâmide Etária do Município de Monforte - 1960	35
Gráfico 9 - Pirâmide Etária do Município de Monforte – 1970	36
Gráfico 10 - Pirâmide etária do Município de Monforte - 1981.....	36
Gráfico 11 - Pirâmide Etária do Município de Monforte - 1991	37
Gráfico 12 - Pirâmide Etária do Município de Monforte – 2001.....	38
Gráfico 13 - População Residente, segundo o Sector de Actividade, em 1991.....	45
Gráfico 14 - População Residente, segundo o Sector de Actividade, em 2001.....	45
Gráfico 15 - Explorações Agrícolas: Natureza Jurídica e Forma de Exploração.....	47
Gráfico 16 - Constituição da SAU – Superfície Agrícola Utilizada	48
Gráfico 17 - Estrutura das Culturas Permanentes	49
Gráfico 18 - Estrutura das Culturas Temporárias.....	49
Gráfico 19 - População Residente, segundo o Nível de Ensino Atingido por sexo.....	52
Gráfico 20 - População Residente, segundo o Nível de Ensino Atingido.....	53
Gráfico 21 - Evolução da Frequência dos Alunos no Município de Monforte.....	56
Gráfico 22 - Distribuição percentual dos alunos, por nível de ensino, no ano lectivo 2004/05 (Alto Alentejo).....	57
Gráfico 23 - Distribuição percentual dos alunos, por nível de ensino, no ano lectivo 2004/05 (Município de Monforte)	57
Gráfico 24 - Evolução do Número de Alunos da Educação Pré-Escolar	59
Gráfico 25 - Número de Crianças em JI, por idades (2004/05).....	59
Gráfico 26 - Evolução do Número de Alunos no 1º Ciclo do Ensino Básico	60
Gráfico 27 – Número de Alunos nas EB 1's, por anos de escolaridade (2004/05)	61
Gráfico 28 – Evolução Nº de Alunos – EB 2/3 de Monforte	62
Gráfico 29 – Número de Alunos da EB 2,3 de Monforte, por anos de escolaridade (2004/05).....	63
Gráfico 30 - Evolução do Número Alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE)	64
Gráfico 31 - Evolução do Número de Alunos NEE Integrados no Ensino Regular	65
Gráfico 32 - Evolução do Número de Alunos Com Necessidades Especiais, no Ensino Regular por Deficiência	66
Gráfico 33 - Evolução do Número de Alunos no Ensino Secundário Privado.....	68
Gráfico 34 – Projecção do número de alunos, por ciclos, até ao ano lectivo 2010/11	71
Gráfico 35 - Projecções do n.º de alunos no pré-escolar, por anos de idade, até 2010/11	72
Gráfico 36 - Projecções do nº de alunos no 1º ciclo, por anos de idade, até 2010/11	73
Gráfico 37 - Projecções do nº de alunos no 2º ciclo, por anos de idade, até 2010/11	74
Gráfico 38 - Projecções do nº de alunos no 3º ciclo, por anos de idade, até 2010/11	75
Gráfico 39 - Taxas de Aproveitamento, Reprovação e Abandono, por anos de escolaridade, no 1º Ciclo do Ensino Básico	104
Gráfico 40 - Taxas de Aproveitamento, Reprovação e Abandono nas escolas do 1º ciclo do Ensino Básico do Município de Monforte	105
Gráfico 41 - Taxas de Aproveitamento, Reprovação e Abandono, por anos de escolaridade, no 2º Ciclo do Ensino Básico do Município de Monforte.....	106
Gráfico 42 - Taxas de Aproveitamento, Reprovação e Abandono por anos de escolaridade no 3º Ciclo do Ensino Básico do Município de Monforte.....	107
Gráfico 43 - Taxas de aproveitamento, Reprovação e Abandono no Ensino Secundário - EPRAL.....	109
Gráfico 44 - Evolução dos Gastos Totais com Acção Social Escolar e Educativa pela C. M. de Monforte, entre 1996/97 e 2002/2003.....	111
Gráfico 45 -Evolução dos Custos a Acção Social Escolar pela Câmara Municipal de Monforte, entre 1996/97 e 2004/05	113
Gráfico 46 - Evolução do Número de Alunos abrangidos pelo Subsídio Escolar e Bolsas de Estudo, entre 1996/97 e 2003/2004	114
Gráfico 47 - Evolução do Número de Alunos abrangidos pelo Transporte Escolar	115
Gráfico 48 - Evolução dos Custos Médios com Acção Social Escolar, por alunos	118

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Tipologias Estabelecimentos de Ensino Básico	19
Tabela 2 - Evolução dos Efectivos Populacionais: Alto Alentejo	31
Tabela 3 - Evolução dos Efectivos Populacionais: Município de Monforte	32
Tabela 4 - Evolução dos Índices - Resumo na sub-região do Alto Alentejo	34
Tabela 5 - Evolução dos Índices - Resumo no Município de Monforte	34
Tabela 6 - Índices – Resumo: Freguesias do Município de Monforte (2001)	34
Tabela 7 - Projecções da população do município de Monforte	39
Tabela 8 - Evolução da População Residente: Lugares e Freguesias	41
Tabela 9 - Distribuição da população, segundo a dimensão dos lugares: Município de Monforte	42
Tabela 10 - Área, População Residente e Densidade Populacional no Alto Alentejo e no Município de Monforte.....	43
Tabela 11 - Evolução da Distribuição da População Residente, por freguesias, segundo o Sector de Actividade	46
Tabela 12 - Empresas com sede na região, segundo a CAE- Ver. 2, em 31-12-2000	50
Tabela 13 - Empresas com Sede na Região, segundo a CAE - Ver. 2, 31-12-2000	50
Tabela 14 - Evolução da Distribuição da População Residente do Sector Terciário, por freguesias	51
Tabela 15 - Distribuição Numérica dos Alunos, por Nível de Ensino e Estabelecimento de Ensino	55
Tabela 16 - Rede Educativa do Município de Monforte, no ano lectivo 2004/05	77
Tabela 17 - JI's de Monforte: Tutela, Regime de Funcionamento, Área de Irradiação	79
Tabela 18 - JI's de Monforte: Estado de Conservação; Instalações e Ano de Projecto	80
Tabela 19 - N.º de Computadores nos Estabelecimentos de Educação Pré – Escolar	82
Tabela 20 - Taxa de Ocupação dos JI's em 2004/05	85
Tabela 21 - EB1's de Monforte: Tutela, Regime de Funcionamento, Área de Irradiação	87
Tabela 22 - EB1's de Monforte: Estado de Conservação; Instalações e Ano de Projecto	88
Tabela 23 - N.º de Computadores nos Estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico	89
Tabela 24 - Taxa de Ocupação das nas EB1's em 2004/05	92
Tabela 25 - Taxa de Ocupação da EB 2/3 de Monforte, no ano lectivo 2003/04	98
Tabela 26 - Taxa de Cobertura de Educação Pré-Escolar	101
Tabela 27 - Taxa Bruta de Escolarização no ano lectivo 2004/05.....	103
Tabela 28 - Evolução dos Gastos da Câmara Municipal de Monforte em Subsídios Escolares e Bolsas de Estudo, entre 1996/97 e 2002/03	112
Tabela 29 - Síntese dos circuitos e horários dos transportes camarários	116
Tabela 30 - Intervenções a realizar no âmbito do “Protocolo de Colaboração relativo ao Programa de Apoio às escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico” na EB1 de Assumar	130
Tabela 31 - Intervenções a realizar no âmbito do “Protocolo de Colaboração relativo ao Programa de Apoio às escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico” na EB1 de Monforte	131
Tabela 32 - Intervenções a realizar no âmbito do “Protocolo de Colaboração relativo ao Programa de Apoio às escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico” na EB1/JI de Santo Aleixo	132
Tabela 33 - Intervenções a realizar no âmbito do “Protocolo de Colaboração relativo ao Programa de Apoio às escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico” na EB1 de Vaiamonte	133

Índice de Mapas

Mapa 1 - Enquadramento do Município de Monforte	23
Mapa 2 - Freguesias do Município de Monforte.....	24
Mapa 3 - Rede Rodoviária e Ferroviária Principal que serve o Município de Monforte	25
Mapa 4 - Rede Educativa do Município de Monforte	77

Índice de Figuras

Figura 1 - JI Assumar	78
Figura 2 - EB1/JI Santo Aleixo	78
Figura 3 - JI Vaiamonte	78
Figura 4 - JI Monforte	78
Figuras 5 e 6 - EB1 de Vaiamonte e EB1 de Vaiamonte	86
Figura 7 - EB1 de Monforte	86
Figuras 8 e 9 - EB1 de Santo Aleixo e EB1 de Assumar	86
Figura 10 - EB 2/3 de Monforte	93

Introdução

“ A Escola, enquanto centro das políticas educativas, tem assim, de construir a sua autonomia a partir da comunidade em que se insere, dos seus problemas e potencialidades, contando com a nova atitude da administração central, regional e local, que possibilite uma melhor resposta aos desafios da mudança.”

(Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio, Preâmbulo)

A elaboração de Cartas Educativas é fundamental para qualquer Município por se tratar de um “instrumento dinâmico de planeamento e gestão que integra conceitos de carácter pedagógico e de ordenamento do território” devendo, portanto, integrar o seu Plano Director Municipal – PDM.

O presente documento tem como principal objectivo caracterizar o Sistema Educativo do Município de Monforte, elaborar um diagnóstico da rede educativa e, conseqüentemente, indicar um conjunto de propostas para o seu reordenamento, sobretudo na educação Pré-Escolar e Ensino Básico, isto é, a escolaridade obrigatória.

Actualmente, a educação é um dos temas centrais da sociedade. A necessidade de formar/educar os recursos humanos em prol de um desenvolvimento local faz parte dos interesses de qualquer Município e daí a crescente necessidade de recorrer a este instrumento: Carta Educativa (CE).

Porém, esta temática não é somente pensada à escala local. Em Março de 2000, na Cimeira de Lisboa, foi requerido ao Conselho da Educação Europeu um reflexo sobre os futuros objectivos de um Sistema Educativo e, como resultado, foram apontadas pistas de acção passíveis de traduzir novas políticas educativas para os Estados-Membros. As pistas de acção foram as seguintes:

- A educação deverá objectivar o desenvolvimento do indivíduo nas suas múltiplas facetas, contribuindo para a sua realização enquanto ser humano.
- A educação deverá contribuir para a redução das disparidades e injustiças entre os indivíduos.
- A educação deverá garantir o crescimento da economia, nomeadamente através da disponibilização das qualificações socialmente necessárias às empresas e aos empregadores.

Nesta perspectiva é ainda recomendado pela Comissão desenvolver:

- A qualidade nos sistemas de educação – Garantir a qualidade dos sistemas de educação e formação de adultos é um passo fundamental para atingir os objectivos enunciados.
- A eficácia no uso dos recursos – Apesar do aumento de despesas documentado em todos os países membros, relativas ao Sistema Educativo, é necessária uma avaliação da qualidade do conteúdo efectivamente disponibilizado por esse sistema, garantindo o melhor uso dos recursos físicos e financeiros e a melhor qualidade dos recursos humanos.
- Redes para uso de recursos – Urge a criação de redes educativas e de recursos adequados para responder aos desafios apresentados. Não só as redes são importantes para troca de informação acerca de boas práticas, como a própria informação deve ser tratada como um recurso vital na educação.
- Sistemas de garantia de qualidade – Os sistemas de garantia de qualidade dos estabelecimentos e processos de ensino e da formação, são fundamentais em toda esta problemática. As técnicas de avaliação da qualidade requerem um esforço de formação por parte de professores e gestores dos estabelecimentos escolares, mas traduzem-se numa experiência enriquecedora para todos os envolvidos e, claro, numa efectiva melhoria do desempenho da instituição e da utilização dos recursos.
- Parcerias locais – A realidade local deve ser o ponto de partida na adequação dos objectivos e políticas educativas de cada estado membro, conscientes de que estamos inseridos numa sociedade de globalização crescente. A participação da administração regional e local na definição de políticas de educação locais (bem como a respectiva monitorização), não só é desejável como efectivamente recomendada. O apoio das empresas locais e o envolvimento das autarquias é um dado a reter.

Outro dos pilares de referência no planeamento educativo é o “Pacto Educativo para o Futuro” onde se afirma “ a educação é um assunto de todos” o que significa que a comunidade do município deve estar representada nas várias fases do processo de elaboração da Carta Educativa.

A Câmara Municipal de Monforte (CMM) expressa, na Carta Educativa aqui apresentada, um compromisso de actuação contínua e conjunta em prol do desenvolvimento de um Projecto Educativo forte em Monforte, com base na desejada responsabilização partilhada do processo por todos os cidadãos desta comunidade.

Metodologia

A presente Carta Educativa foi estruturada com base nos elementos indicativos do “Manual para a Elaboração da Carta Educativa” elaborada pelo Departamento de Avaliação de Prospectiva e Planeamento (DAPP) do Ministério da Educação (ME). Este documento é composto por seis etapas distintas mas, obrigatoriamente, relacionadas entre si. Para cada fase foi necessário recorrer a diferentes fontes bibliográficas de acordo com o objectivo pretendido.

A primeira fase consiste num breve enquadramento teórico e legislativo da CE e, portanto, além do já referido “manual” foi também consultada a seguinte bibliografia: “Normas para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos”.

Depois de realizado o enquadramento teórico foi necessário proceder à recolha de informação, cartográfica e estatística, que permitiu caracterizar o município sob o ponto de vista demográfico, social e económico. Nesta segunda fase, as fontes utilizadas foram:

- Instituto Nacional de Estatística: Recenseamentos Gerais da População, Estimativas Demográficas, Anuários Regionais.
- Câmara Municipal de Monforte: PDM de Monforte
- Instituto Geográfico Português: Cartografia

A terceira fase refere-se à evolução e caracterização do Sistema Educativo e, para tal, foram analisadas duas importantes componentes: procura e oferta. No caso da procura, foram solicitados vários dados e, em muitos dos casos, houve até necessidade de contactar entidades. Os dados utilizados provém assim de diversas fontes, tais como:

- Instituto Nacional de Estatística: Recenseamentos Gerais da População, Estimativas Demográficas, Anuários Regionais.
- Câmara Municipal de Monforte: PDM de Monforte
- Instituto Geográfico Português: Cartografia
- Direcção Regional de Educação do Alentejo
- Inquérito Indirecto¹ denominado “Levantamento do Parque Escolar”

¹ O referido inquérito encontra-se em Anexo.

Importa ainda referir, que neste ponto foram realizadas projecções demográficas até 2010/11 para os diferentes ciclos de ensino, de modo, a constatar a evolução do número de alunos e, assim, programar os equipamentos escolares. As projecções apresentadas foram baseadas nas projecções realizadas pela DREA. Para analisar a oferta houve também necessidade de utilizar alguma bibliografia, porém, e porque nenhuma instituição, directamente, relacionada com a educação possuía dados que permitissem caracterizar esta vertente foi necessário recorrer ao já referido Inquérito Indirecto - “Levantamento do Parque Escolar”.

O passo seguinte (quarta fase) consiste num confronto entre oferta e procura resultando, desse confronto, um diagnóstico da situação real. Nesta fase passa-se a conhecer as reais potencialidades e debilidades do actual Sistema de Educação através da análise das taxas de cobertura, escolarização; aproveitamento, repetência e abandono.

Com base neste diagnóstico e, atendendo às projecções efectuadas, são apresentadas um conjunto de propostas (quinta fase) que norteiam o reordenamento da rede escolar do Município - o principal objectivo de uma Carta Educativa.

A última fase consiste na constante avaliação do plano relativamente ao sistema, ou seja, consiste em determinar formas que permitam monitorizar e, conseqüentemente, manter actualizado o Sistema Educativo do Município.

Convém, no entanto, salientar vários aspectos importantes para perceber o modo como este documento foi estruturado e organizado. Assim, no que respeita a peças gráfica verifica-se que:

- Todos os gráficos presentes neste documento encontram em anexo a sua respectiva tabela;
- Os dados recolhidos foram tratados em folhas de cálculo Excel;
- Os mapas elaborados têm por base a cartografia do IGP e foram, posteriormente, tratados em ambiente SIG através do software Arc View 3.1.
- Nem sempre existe coincidência de dados (os dados provenientes da DREA não coincidem com os dados indicados no Inquérito, nomeadamente, no que respeita ao número de alunos por estabelecimento de ensino).

1 - Os Equipamentos Colectivos

1.1 - A Importância dos Equipamentos Colectivos no Planeamento

Em matéria de Ordenamento do Território e Urbanismo, dois dos principais objectivos a atingir são a melhoria das condições de vida das populações e a distribuição equilibrada das várias funções, nomeadamente, a habitação; o trabalho; a cultura e o lazer.

Os equipamentos colectivos, ou seja, “edificações onde se localizam actividades destinadas à prestação de serviços de interesse público imprescindíveis à qualidade de vida das populações” (DGOTDU, 2002) são determinantes na estruturação do tecido urbano e social e, além disso, contribuem decisivamente para a sua valorização e qualificação. Deste modo, os equipamentos colectivos podem considerar-se elementos polarizadores do espaço e funcionam como referências nos percursos e na paisagem urbana.

A programação, a criação e manutenção dos equipamentos e serviços públicos deve procurar atenuar as assimetrias existentes, tendo em conta as necessidades das populações, as acessibilidades, entre outros factores. Porém, os equipamentos colectivos não se limitam à satisfação das necessidades das populações, porque são também um importante contributo para as funções centrais das áreas urbanas, basta ter como exemplo uma universidade, que gera por si só deslocações (pendulares ou outras) de trabalhadores e utentes.

Assim, os equipamentos colectivos devem ser considerados a diferentes escalas de planeamento territorial, tendo de ter sempre em conta os vários conceitos e critérios de programação² e também as políticas e meios que necessitam à posteriori envolver. Deve enveredar-se pela integração das diferentes unidades de equipamento e atender à área envolvente de forma a evitar ou minimizar eventuais impactos negativos. Por isso, a verificação da disponibilidade dos meios a afectar aos equipamentos, sobretudo no que respeita à aquisição do solo necessário, é fundamental ao êxito das propostas de qualquer plano.

² Os Conceitos e Critérios de Planeamento encontram-se explicitados em Anexo.

1.2 - A Carta Educativa

1.2.1 - Conceitos e Objectivos

A Carta Educativa é um documento dinâmico que subentende uma reconfiguração da rede educativa, projectada num determinado horizonte temporal, como extensão de uma política educativa destinada a ser permanentemente avaliada e actualizada nos planos normativos e na gestão administrativa e operacional.

Tem como objectivo, delinear os contornos da rede educativa, bem como adequar a oferta à procura. Mas os principais objectivos deste documento passam por promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas e garantir a coerência da rede escolar com a política urbana do Município.

Este documento, indissociável das propostas do Plano Director Municipal, deverá ser um instrumento fundamental de planeamento que permita aos responsáveis desenvolver uma actuação estratégica no sentido de:

- Contribuir para o reordenamento e concepção da rede escolar, de acordo com a evolução da política educativa e as oscilações da procura da educação, tendo presentes as necessidades, distribuições espaciais das populações e rentabilizando o parque escolar existente;
- Orientar a expansão do Sistema Educativo no município, com base no desenvolvimento económico e sócio-cultural;
- Apoiar a tomada de decisões relativamente à construção de novos empreendimentos, ao eventual encerramento de escolas e adaptação do parque escolar educativo optimizando a funcionalidade da rede existente e a respectiva expansão;
- Servir de quadro à fixação de prioridades;
- Racionalizar, rentabilizar e melhorar a qualidade dos recursos consagrados à educação;
- Evitar rupturas e desadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico;
- Discernir, a realidade dos Territórios Educativos que corresponde à hierarquização da rede escolar no sentido de fomentar a ligação (institucional e pedagógica) entre escolas de vários níveis de ensino que estejam em proximidade geográfica.

Sendo assim, é neste documento que se define a localização, função e capacidade dos equipamentos que, no horizonte fixado, irão ser necessários ao Município, bem como a sua forma de financiamento. A Carta Educativa constitui-se como uma base capaz de suportar um processo gradual de descentralização, tendo em vista uma rede escolar ajustada ao nível da distribuição espacial das instalações, da qualidade dos equipamentos, do número equilibrado de alunos, no seu total e por turma, favorecendo, assim, o êxito escolar.

Partindo do pressuposto em que a “educação é um assunto de todos”, o cidadão de um município deve estar representado nas fases próprias de elaboração da Carta Educativa, nomeadamente as Escolas/Professores, Associações de Pais, Juntas de Freguesia, entidade responsável da Câmara Municipal e Direcção Regional de Educação.

1.2.2 - Enquadramento Legislativo

A elaboração da Carta Educativa implica, à partida, recorrer a um conjunto de legislação³. A legislação relativa à educação, além de dispersa, tem sofrido inúmeras alterações.

Assim, foi a partir do 25 de Abril de 1974 que os municípios assumiram um papel na gestão do Sistema Educativo. Em 1977, surgiu a primeira legislação que atribuía às autarquias competências neste domínio, porém, esta lei não definia o tipo de competências surgindo, por isso, o Decreto-lei 100/84 de 29 de Março que, embora vago, reforçou o papel dos municípios.

Dois anos depois surge a Lei de Bases do Sistema Educativo - LBSE (Decreto-Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro) que tem como principal objectivo, o planeamento da rede de estabelecimentos escolares, a diminuição das assimetrias locais e regionais em termos de oportunidade de educação e ensino. Para tal, a LBSE contempla:

- O planeamento de um equipamento integrado tendo suficiente flexibilidade para a adaptação das alterações dos diferentes níveis de ensino;
- A estrutura dos edifícios que deve contar, para além das actividades escolares, com o desenvolvimento de actividade de ocupação de tempos livres;
- A densidade da rede e as dimensões dos edifícios escolares que devem ser ajustadas às características e necessidades regionais e capacidade de acolhimento de um número equilibrado de alunos para o bom funcionamento escolar;
- A escolha de equipamentos perante as necessidades especiais;
- E a gestão dos espaços como um contributo ao sucesso educativo e escolar dos alunos.

Posteriormente, são várias as disposições legais que prevêm a participação dos municípios nas áreas educativas até ao momento, exclusivamente, reservadas ao Estado, nomeadamente, o Decreto - Lei n.º 319/91 de 23 de Agosto, o Despacho Conjunto n.º 128/97 de 9 de Julho e o Decreto - Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio.

³ No presente caso, a legislação consultada encontra-se em Anexo.

É, em 1999, com a Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro - Artigo 19º - que se estabelecem, finalmente, as atribuições e competências das autarquias na área educativa, assim, “ é da competência dos órgãos municipais participar no planeamento e na gestão dos equipamentos educativos e realizar investimentos nos seguintes domínios”:

- a) Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar;
- b) Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos das escolas do ensino básico.

É igualmente da competência dos órgãos municipais:

- a) Elaborar a carta escolar a integrar nos Planos Directores Municipais;
- b) Criar os conselhos locais de educação.

Compete ainda aos órgãos municipais, no que se refere à rede pública:

- a) Assegurar os transportes escolares;
- b) Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e do ensino básico;
- c) Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico, como alternativa ao transporte escolar, nomeadamente, em residências, centros de alojamento e colocação familiar;
- d) Participar no apoio às crianças da educação Pré-Escolar e aos alunos do ensino básico, no domínio da acção social escolar;
- e) Apoiar o desenvolvimento de actividades complementares de acção educativa na educação Pré-Escolar e no ensino básico;
- f) Participar no apoio à educação extra-escolar;
- g) Gerir pessoal não docente de educação Pré-Escolar e do 1º ciclo do ensino básico”.

Quatro dias depois surge a Lei 169/99 de 18 de Setembro que vem aumentar a responsabilidade das autarquias ao nível da educação referindo que estas devem: “apoiar ou participar no apoio à acção social escolar e às actividades complementares no âmbito de projectos educativos, nos termos da lei” (Art.º 64, n.º1, l), “organizar e gerir os transportes escolares” (art. 64, n.º1, m) e “deliberar em matéria de acção escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes” (art. 64,n.º4, d). A lei n.º 5-A/2002 estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias alterando, assim, a Lei 169/99 de 18 de Setembro.

Por último, o Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro veio reforçar a necessidade da transferência de atribuições e competências da administração central para as autarquias locais, com o objectivo de criar um instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, com vista à melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento económico e demográfico de cada município. Pretende, ainda, valorizar poderes periféricos, mobilizar actores locais e educativos e devolver competências às escolas nos domínios pedagógicos, administrativo e financeiro, reforçando os níveis de autonomia em que o Conselho Municipal de Educação deverá deliberar sobre o ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos.

1.2.3 - Política Educativa Municipal

Face a esta constante transferência de competências para as autarquias houve necessidade de implementar uma Política Educativa Municipal (PEM) que garantisse um correcto planeamento e ordenamento da rede educativa do Município. A estrutura organizacional adoptada pela Política Educativa Municipal é composta por 4 níveis distintos, de forma a fornecer o sustentáculo político, representativo, técnico-educativo, operatório e consultivo. Assim temos:

1. O nível de decisão política – A decisão política e a estruturação das finalidades da PEM, bem como, a adjudicação de recursos e financeiros, cabe ao executivo municipal por proposta do pelouro da educação e, em última instância e em conformidade com a lei, do Presidente da Câmara Municipal.

2. O nível representativo – O Conselho Municipal de Educação (CME) é o órgão representativo das várias instituições educativas municipais, de todos os níveis de ensino, tanto de natureza pública, como privada e de solidariedade social. Dela farão parte, também, representantes da autarquia, das associações de pais e encarregados de educação, dos sectores económicos, sociais, culturais e desportivos. Terá funções de aconselhamento político-educativo. Será o espaço de debate, reflexão, articulação, negociação e contratualização, entre os parceiros atrás referidos, da PEM.

3. O nível técnico-educativo – A decisão técnico-educativa, a estruturação e coordenação dos projectos, bem como a responsabilidade da sua implementação caberá a uma equipa técnica-educativa. Esta estrutura funcionará na dependência da decisão política. Será uma estrutura flexível funcionando em torno de realizações e projectos concretos. Possuirá os serviços de apoio julgados necessários pela decisão política, por proposta da equipa técnico-educativa. Esta estrutura terá, ainda, as funções de fornecer aconselhamento político-educativo aos decisores políticos.

4. O nível consultivo – A equipa técnico-educativa criará uma bolsa informal de consultores, baseada no voluntariado, cuja finalidade será a de fornecer aconselhamento técnico-pedagógico e científico sobre os múltiplos aspectos da educação municipal. A bolsa será composta por pessoas ligadas aos vários ciclos de ensino, mas também às diversas áreas científico-pedagógicas e à formação dos profissionais da educação. Da bolsa de consultores farão ainda parte pessoas ligadas à vida social, económica, cultural e desportiva municipal. A escolha das pessoas que integrarão esta bolsa obedecerá a critérios de idoneidade e competência científico-pedagógica ou de relevância na vida do município.

1.3 - Rede Escolar – Critérios de Planeamento

O parque escolar de hoje “traduz as marcas e as opções, por vezes contingentes, que, ao longo dos anos foram sendo tomadas em contextos de permanente evolução social, científica, económica e política” (DGOTDU, 2002).

Porém, este parque escolar necessita, com urgência, de repensar a rede existente, uma vez que, há necessidade de adaptá-la em função das transformações socio-económicas mas, sobretudo, demográficas. Este é um dos principais desafios da actual política de educação.

A redefinição dos critérios de planeamento permite, assim, responder às diferentes “(...) realidades regionais, quer demográficas quer socio-económicas, associando e articulando, numa determinada área territorial, os vários equipamentos educativos e sociais por forma a racionalizar a oferta educativa, tendo em vista o cumprimento dos objectivos pedagógicos definidos pela LBSE” (Critérios de Reordenamento da Rede Educativa).

As orientações da política educativa expressas no “Pacto Educativo para o Futuro” são também fundamentais, pois vêm reforçar os princípios definidos pela LBSE, tanto no sentido de integração e articulação de recursos, como na construção de um processo educativo contínuo e relacionado com o desenvolvimento social e local.

1.3.1- Educação Pré-Escolar

O ensino obrigatório é, acima de tudo, um percurso escolar que começa no Pré-Escolar e termina no 3º Ciclo com a concretização do 9º Ano. Contudo, durante este percurso, os Ciclos de Ensino são diferenciados.

O Ensino Pré-Escolar é a primeira etapa da educação e é complementar à acção educativa das famílias. Este primeiro contacto com a educação destina-se às crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso ao ensino básico (até aos cinco anos). A sua frequência é facultativa e é concretizável, tanto em estabelecimentos estatais como privados, sendo o número de crianças por sala determinado tendo em conta as diferentes condições demográficas de cada localidade, embora, cada sala deva ter uma frequência mínima de 20 e máxima de 25 crianças (DGOTDU, 2002).

O Estado tem o dever de criar condições para tornar efectivo o direito de acesso à Educação Pré-Escolar em condições de igualdade. Além disso, é responsável pela criação de uma rede pública de Educação Pré-Escolar apoiando, ao mesmo tempo, a criação de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar por outras entidades da sociedade civil. Está ainda incumbido de definir normas nos aspectos organizativo, pedagógico e técnico, assegurar o seu cumprimento e aplicação através do acompanhamento, avaliação e fiscalização, dando apoio especial às zonas com mais carências.

Além da rede pública e privada, as redes de Educação Pré-Escolar, contemplam, ainda, a educação de infância itinerante – onde o educador desloca-se às zonas de difícil acesso ou com reduzido número de crianças – e a animação infantil comunitária – onde se realizam actividades adequadas ao desenvolvimento de crianças que vivem em zonas carenciadas, em instalações cedidas pela comunidade local.

No entanto, as tipologias mais frequentes para os estabelecimentos de Educação Pré-Escolar são:

- Jardins-de-infância (JI);
- Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim-de-infância (EB1/JI)
- Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância (EB 2,3/JI)

1.3.2 - Ensino Básico

O Ensino Básico (EB) é considerado como “universal, obrigatório e gratuito” (DGOTDU, 2002) e é constituído por três ciclos sequenciais (o 1º Ciclo com 4 anos, 2º Ciclo com 2 anos e o 3º Ciclo com 3 anos).

Com a LBSE surgiu uma nova proposta de reconfiguração da rede educativa, que visa acima de tudo, “assegurar a sequencialidade dos seus três ciclos, proporcionar a toda a população escolar a utilização global dos recursos físicos, em condições de igualdade no acesso a uma educação de qualidade, combatendo o abandono precoce e esbatendo as disparidades e desigualdades evidenciadas sobretudo nas áreas de maior isolamento” (DGOTDU, 2002).

No entanto, as áreas desvitalizadas em virtude da grande dispersão populacional e difícil acessibilidade constituíram-se como os principais obstáculos ao reordenamento e reconfiguração da rede educativa. No sentido de contrariar ou contornar estes problemas têm sido postas em prática medidas que passam, normalmente, ou pelo agrupamento de escolas ou pela concentração de alunos em estabelecimentos de maior dimensão. Note-se que a LBSE tem apostado na EB de 1º, 2º e 3º Ciclos com JI, ou seja, a Escola Básica Integrada – EB1, 2, 3/JI. “ O princípio definido na LBSE de evitar a vinculação dos edifícios a um único nível de ensino tem, nos últimos anos, vindo a ser posto em prática (...) como forma de rentabilizar o parque escolar através de uma melhor gestão de espaços que, entretanto, ficaram sub-ocupados devido ao decréscimo de frequência”.

O Decreto-Lei n.º 314/97, de 15 de Novembro, formaliza “a existência das escolas básicas integradas a funcionar, desde 1991, em regime de experiência pedagógica, actualiza a tipologia dos estabelecimentos de educação e ensino de acordo com os princípios introduzidos pela LBSE e uniformiza as suas denominações”. Este Decreto-Lei define as tipologias em vigor para os estabelecimentos de ensino básico (Tabela 1).

Tabela 1 - Tipologias Estabelecimentos de Ensino Básico

Tipo de Estabelecimento	Níveis, Ciclos e Modalidades de Educação e Ensino	Designação
Escola Básica	1º Ciclo de ensino básico com educação Pré-Escolar	Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim-de-infância (EB1/JI)
	1º Ciclo do ensino básico	Escola Básica do 1º Ciclo (EB1)
	2º e 3º Ciclos do ensino básico	Escola Básica do 2º Ciclo e 3º Ciclo (EB2,3)
	1º, 2º e 3º Ciclos do ensino básico	Escola Básica Integrada (EBI)
	1º, 2º e 3º Ciclos do ensino básico com educação Pré-Escolar	Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância (EBI/JI)

Fonte: Normas para a programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos, DGOTDU, 2002

1.3.3 - Agrupamento de Escolas

A constituição dos Agrupamentos de Escolas, elaborados com o objectivo de permitir a implementação do Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, deverá sempre respeitar o conceito de “Território Educativo”.

Com o intuito de promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, tal como a gestão eficaz dos recursos educativos disponíveis, visa-se a garantia de uma coerência da rede educativa com a política urbana do município, pois constitui uma unidade organizacional de órgãos próprios de administração e gestão, organizada por estabelecimentos de educação Pré-Escolar e de mais níveis e ciclos de ensino, com as seguintes finalidades:

- Favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangido pela escolaridade obrigatória, numa dada área geográfica;
- Superar situações de isolamento e prevenir a exclusão social;
- Reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos;
- Garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão;
- Valorizar e enquadrar experiências em curso.

Deste modo, nenhum estabelecimento de educação ou ensino deverá ser considerado isoladamente, mas sim integrado em rede de equipamentos concebidos (...) tanto no plano interno como nos das relações com a comunidade” (Ministério da Educação – Departamento de Avaliação e Prospectiva do Planeamento; p.17). É neste contexto que surgem os “Territórios Educativos”, uma organização espacial da rede escolar, com o objectivo de racionalizar e harmonizar o funcionamento das estruturas educativas. Constituindo um espaço geográfico em que é assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória num funcionamento integrado, o “Território Educativo” deve fomentar o desenvolvimento de estruturas conducentes à integração vertical e horizontal dos três ciclos do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar, tendo em conta:

- O sucesso escolar dos alunos
- O funcionamento de serviços de apoio sócio-educativo, abrangendo todos os estratos etários;
- A racionalização, rentabilidade e melhoria de qualidade dos recursos físicos;
- Maior facilidade de contacto e articulação entre os docentes;

- Organização local coordenada e desenvolvimento sistemático de acções de formação contínua de pessoal docente e não docente.

Assim, existem dois tipos de Agrupamentos de Escolas: o Agrupamento Horizontal, constituído por estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico e o Agrupamento Vertical que integra estabelecimentos de educação Pré-Escolar, de 1º Ciclo do Ensino Básico e de 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.

1.3.4 - Percursos Educativos e Formativos após o 9º ano

No ensino secundário, as Câmaras Municipais não têm qualquer tipo de responsabilidade em termos de planeamento e gestão, visto que este nível de ensino não está incluído na escolaridade obrigatória. Mas os municípios não deverão “demitir-se” de definir e oferecer percursos formativos, após a conclusão da escolaridade obrigatória, no entanto, devido aos elevados custos dos equipamentos específicos para determinadas áreas (laboratórios, oficinas, etc.) e ao reduzido número de alunos interessados em determinadas áreas, os equipamentos escolares deste nível de ensino deverão ser equacionados numa perspectiva de complementaridade supra municipal. A tipologia dos estabelecimentos de ensino secundário é regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 314/97 de 15 de Novembro.

Ao nível do ensino recorrente, a Carta Educativa deverá analisar e quantificar a população alvo, de modo a otimizar a utilização dos espaços, equipamentos e recursos físicos e humanos existentes numa determinada localidade, isto é, concentrar este nível de ensino numa escola ou no menor número de escolas possível, desde que sejam asseguradas as condições de transporte e compatibilidade dos horários de modo a viabilizar a sua frequência por parte dos interessados.

No que concerne à educação extra-escolar, a Carta Educativa deverá propor medidas estratégicas no sentido de: proceder à reorganização da oferta tendo em vista articular os vários níveis de ensino com actividades formais e informais de educação e formação profissional; diversificar as entidades de formação de modo a alargar as oportunidades de formação (contínua, recorrente e alternância) e organizar parcerias abrangendo diversos actores sociais, nomeadamente escolas, autarquias, colectividades, associações profissionais e empresariais.

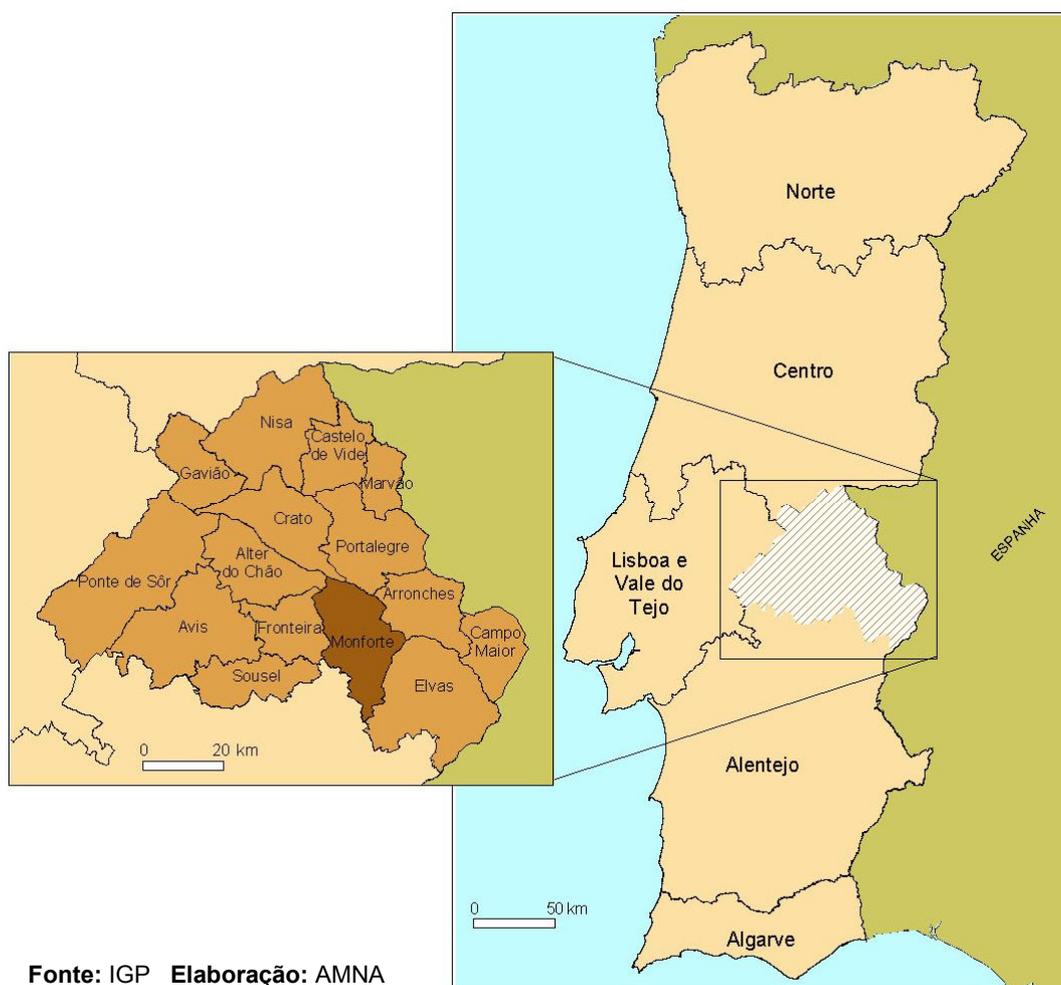
2 - Caracterização do Município de Monforte

2.1 - Enquadramento Regional

O Município de Monforte encontra-se localizado na região Alentejo -NUT II e mais concretamente no Alto Alentejo (NUT III). Ocupa uma posição central em termos nacionais e é um dos 15 Municípios que constituem o Distrito de Portalegre e, conseqüentemente, integra a AMNA – Associação de Municípios do Norte Alentejano⁴ (Mapa 1).

Em termos territoriais, o município, confina a Norte com o município de Portalegre (Capital do Distrito de Portalegre) e Crato, a Nordeste com Arronches, a Sudeste com Elvas, a Oeste com Alter do Chão e Fronteira e a Sul com dois municípios pertencentes à NUT III - Alentejo Central: Estremoz e Borba (Mapa 1).

Mapa 1 - Enquadramento do Município de Monforte

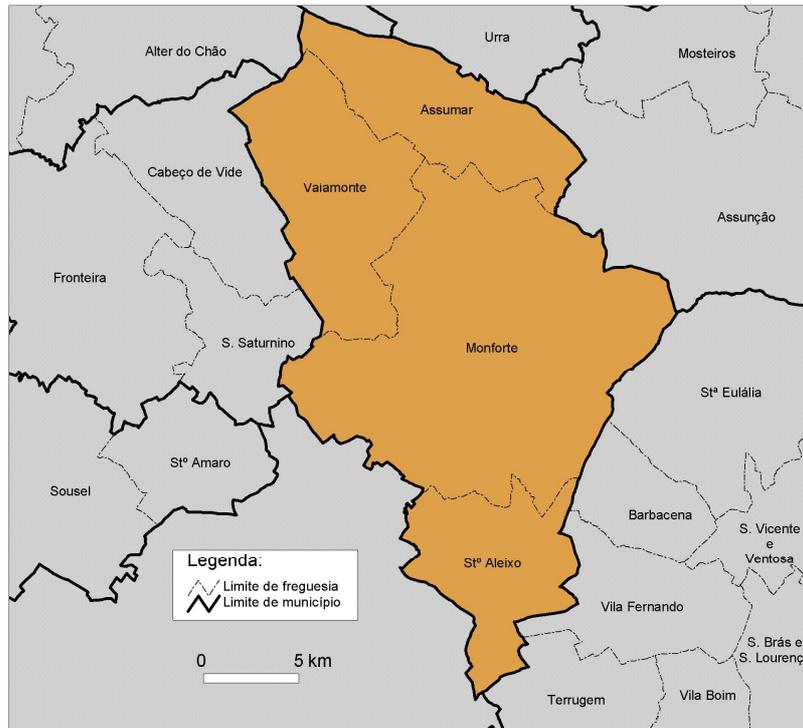


Fonte: IGP Elaboração: AMNA

⁴ Os 15 Municípios do Distrito de Portalegre são os mesmos que constituem a AMNA

Monforte é constituído por quatro freguesias, nomeadamente, Assumar (63,682 km²); Monforte (214,488 Km²); Santo Aleixo (58,477 Km²) e Vaiamonte (83,002 km²) o que perfaz uma superfície total de 420 Km² (Mapa 2).

Mapa 2 - Freguesias do Município de Monforte



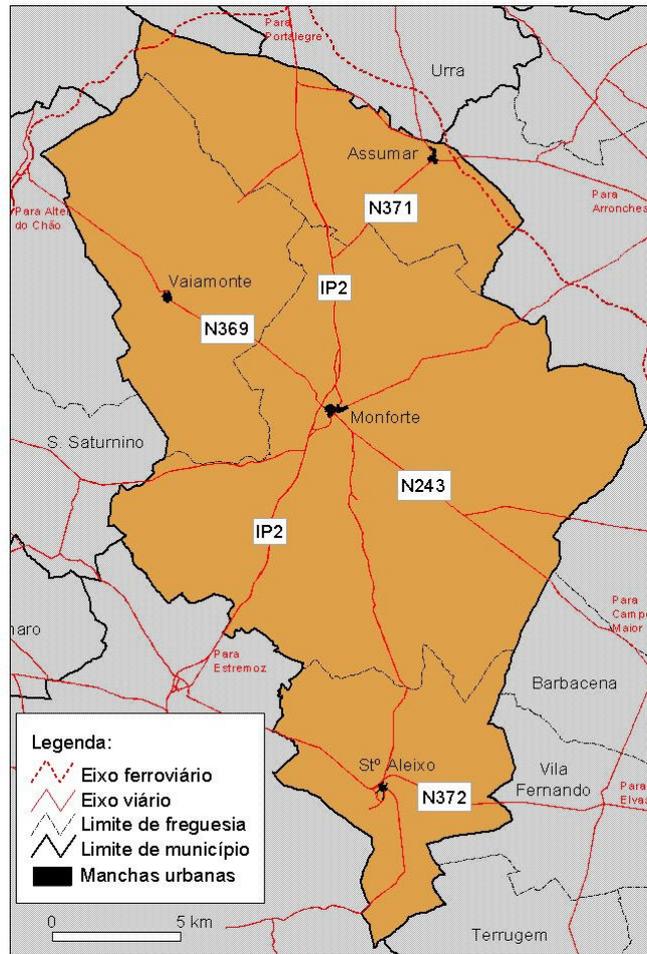
Fonte: IGP **Elaboração:** AMNA

Relativamente, à rede de comunicações, o município em estudo é servido por cinco importantes vias rodoviárias:

- Itinerário Principal nº 2 (IP2): atravessa o Município no sentido Norte-Sul, ocupando a vila de Monforte uma posição central entre Portalegre e Estremoz;
- Estrada Nacional 371 (EN 371): Liga o IP2 a Arronches, atravessando a localidade de Assumar;
- Estrada Nacional 243 (EN 243): Permite a ligação entre Monforte e Campo Maior;
- Estrada Nacional 372 (EN 372): Estabelece a ligação entre Santo Aleixo e Elvas;
- Estrada Nacional 369 (EN 369): Para Vaiamonte e Alter do Chão.

Além destas vias, Monforte, é ainda atravessado pela linha ferroviária do Leste (que faz a ligação Entroncamento - Elvas - Badajoz), sendo a estação de Assumar um dos pontos de paragem dos comboios de passageiros. Ainda assim, a oferta do serviço ferroviário é muito escassa.

Mapa 3 - Rede Rodoviária e Ferroviária Principal que serve o Município de Monforte



Fonte: IGP Elaboração: AMNA

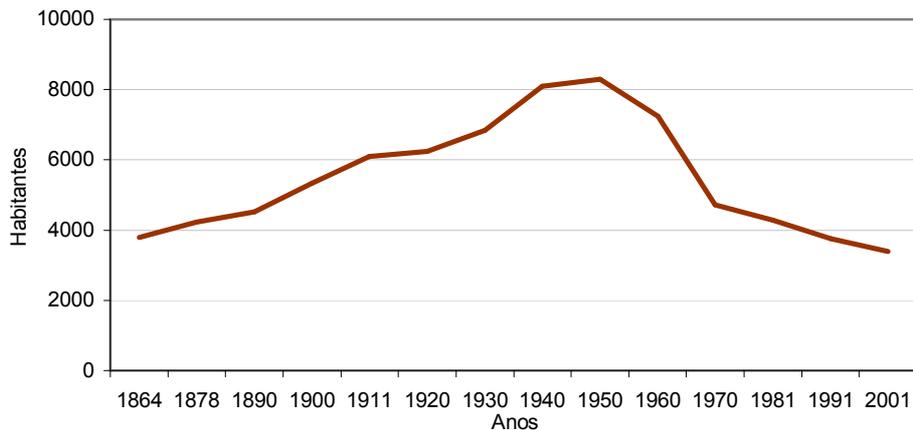
2.2 - Análise Demográfica

O município de Monforte, tal como todos os outros, possui uma componente essencial que conduz ao desenvolvimento local – as pessoas. Como tal, torna-se necessário constatar qual o seu potencial demográfico e quais as suas principais características.

Em termos populacionais, o município de Monforte evoluiu segundo duas fases distintas (Gráfico 1).

A primeira fase decorreu entre 1864 e 1950 e caracterizou-se por um contínuo crescimento da população. Nesta fase o número de habitantes passou de 3800 para os 8295 efectivos, o que corresponde a um aumento na ordem dos 118 %. Na base deste crescimento estiveram as elevadas taxas de natalidade que se traduziram em saldos fisiológicos positivos. A segunda fase (de 1960 a 2001), pelo contrário, corresponde a um decréscimo acentuado dos efectivos populacionais. Este decréscimo deve-se, sobretudo, à mudança de mentalidades e de comportamentos que se verificaram em todo o país, que contribuíram para a quebra das taxas de natalidade e de mortalidade tendo como consequência a diminuição dos saldos fisiológicos. Porém, não foram somente os saldos fisiológicos que se alteram, também os saldos migratórios registaram quebras significativas. A constante procura de melhores condições de vida acabou por induzir a população a migrar. Entre 1960 e 1970, é bem visível a dimensão deste fenómeno uma vez que se registou uma redução de 35 % da população residente reflexo dos movimentos migratórios para alguns países desenvolvidos da Europa Ocidental mas, sobretudo, devido ao êxodo rural (saída da população do interior para o litoral). Uma das consequências destes movimentos migratórios, foi precisamente o envelhecimento da população e o conseqüente declínio da taxa de natalidade, uma vez que é a população em idade activa que mais propensão tem para migrar. Em 1981, registou-se uma diminuição pouco significativa da população devido, por um lado, ao abrandamento do fenómeno migratório e, por outro, à constante redução da taxa de natalidade. Desde então, que o município em estudo continua a registar uma diminuição do número de habitantes, cuja causa reside fundamentalmente no declínio do crescimento natural.

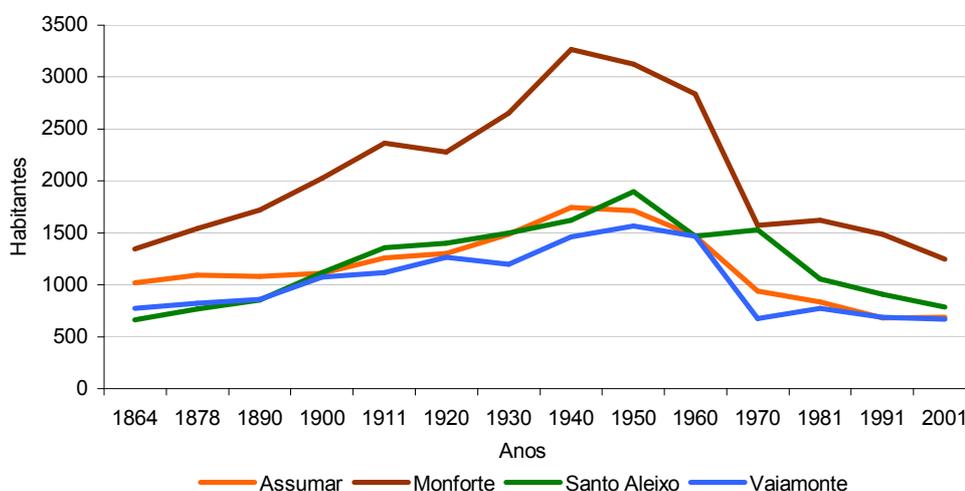
Gráfico 1 - Evolução da População Residente: Município de Monforte



Fonte: INE - X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

A análise intra-concelhia (Gráfico 2) demonstra que as quatro freguesias do município observaram um comportamento semelhante ao verificado no município. O número de habitantes, em todas as freguesias, aumentou até 1950 e decresceu desde então. A única exceção apontada é a freguesia de Assumar que aumentou somente sete indivíduos face a 1991, perfazendo em 2001, um total de 687 indivíduos. É ainda de salientar a freguesia de Monforte que, desde 1864, se destaca das restantes freguesias por possui maiores quantitativos populacionais (em 1940 apresenta 3264 habitantes). Porém, esta freguesia é também a que, relativamente às outras, tem perdido mais população. Desde 1940 até 2001, Monforte já perdeu 2016 habitantes, ou seja, cerca de 62 % da sua população.

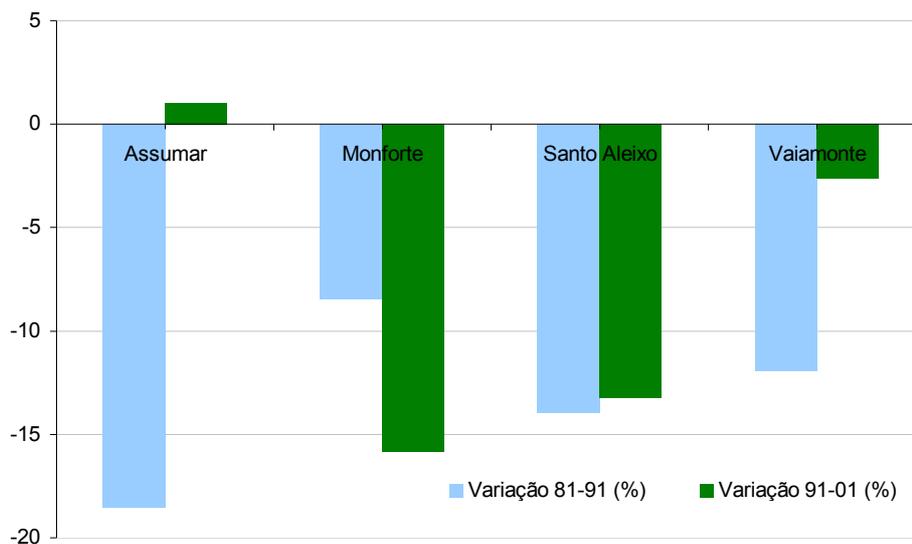
Gráfico 2 - Evolução da População Residente: Freguesias do Município de Monforte



Fonte: INE - X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

No que concerne, à variação da população (Gráfico 3) é possível constatar que Monforte, Santo Aleixo e Vaiamonte apresentam variações negativas tanto no período de 1981 - 1991 como em 1991 - 2001. Contudo, é de destacar a freguesia de Assumar, já que em 1981 – 1991, apresenta a maior variação negativa (superior a 15 %) face às restantes freguesias, ao passo que no período seguinte, é a única que apresenta uma taxa de variação positiva. Monforte, pelo contrário, agravou a sua taxa de variação passando dos 8,5 % para os 15,8 % (negativos).

Gráfico 3 - Evolução da Variação da População: Freguesias do Município de Monforte



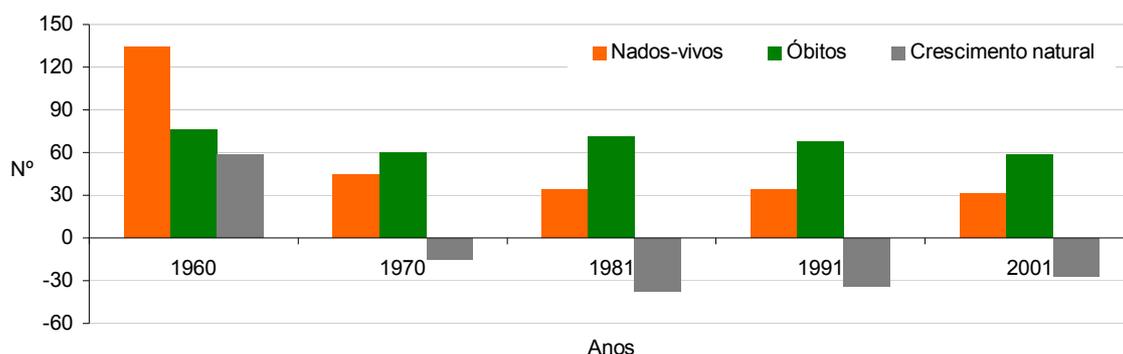
Fonte: INE - XII, XIII e XIV Recenseamento Geral da População

A mudança de mentalidades e comportamentos que ocorreu em Portugal a partir da segunda metade do século XX teve, indubitavelmente, influência na população. A entrada da mulher no mercado de trabalho, o prolongamento da idade escolar, os custos de educação que um filho acarreta são alguns dos factores que condicionaram fortemente o comportamento da natalidade. Por outro lado, os melhores cuidados de saúde prestados às populações contribuíram para o aumento da esperança média de vida e, conseqüentemente, para reduzir o número de óbitos. A diminuição da natalidade e da mortalidade ocorreu nos mais diversos municípios e, naturalmente, no de Monforte (Gráfico 4).

A natalidade tem diminuído de forma gradual desde 1960, passando de 134 para 31 nados-vivos, em 2001. A mortalidade, ao longo do período em análise, tem oscilado embora apresente uma tendência para decrescer, já que, em 1960 registaram-se 76 óbitos e, em 2001, 58 óbitos.

O crescimento natural resulta da diferença entre a natalidade e a mortalidade e, por isso, tem verificado também oscilações. Em 1960, o crescimento natural foi positivo – 58 indivíduos –, porém, nos anos seguintes foi sempre negativo atingido o seu valor mais reduzido em 1981 com - 37 indivíduos.

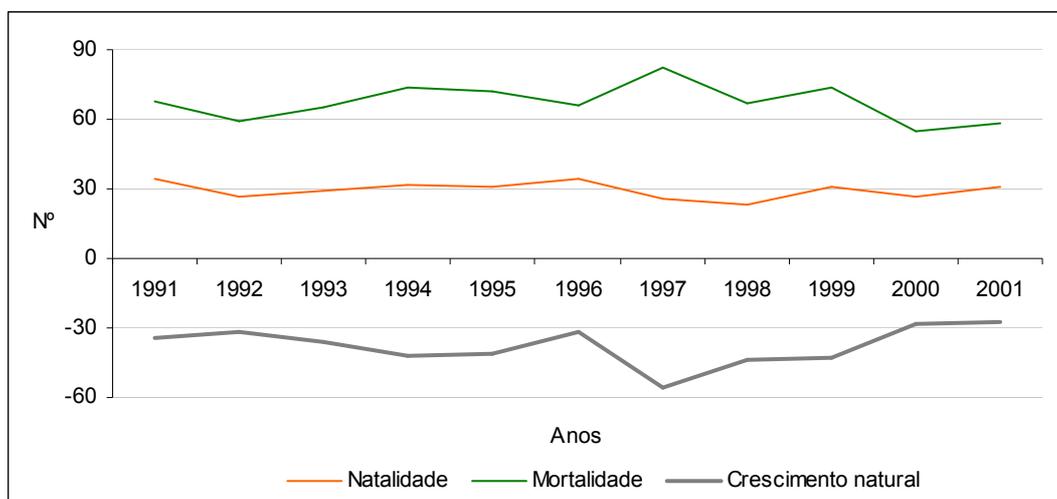
Gráfico 4 - Evolução da Natalidade, Mortalidade e Crescimento Natural



Fonte: INE - X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População
INE - Estatísticas Demográficas 2001

Durante a década de 90, é possível constatar que a mortalidade foi sempre superior à natalidade o que se traduz num crescimento natural negativo (Gráfico 5). O ano de 1997 é de particular destaque, uma vez que, se por lado um se regista um pico de mortalidade (82 óbitos), por outro, é também o ano em que nasceram menos indivíduos (26 nados-vivos). Tal situação, acabou por se traduzir num baixo crescimento natural: - 56 habitantes.

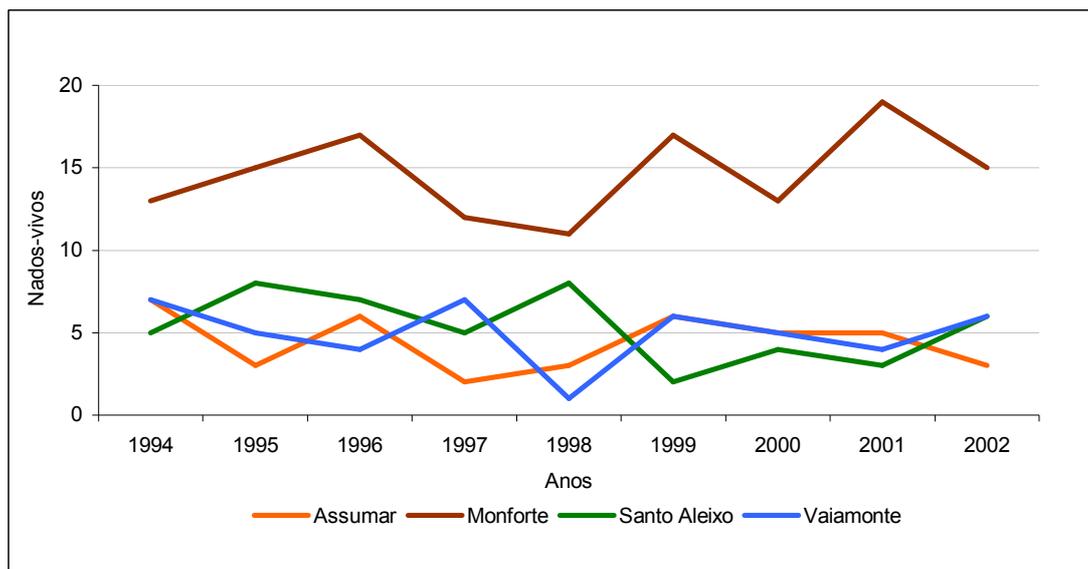
Gráfico 5 - Evolução da Natalidade, Mortalidade e Crescimento Natural



Fonte: INE - XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População
INE - Estatísticas Demográficas de 1991 a 2001

Ao analisar a natalidade nas freguesias de Monforte (Gráfico 6) verificam-se grandes variações. Embora, Monforte apresente um maior número de nados-vivos face às restantes freguesias, o comportamento da natalidade é também bastante irregular. Esta irregularidade na natalidade é explicada pela presença das famílias ciganas que “vivem” neste município. Os indivíduos de etnia cigana são na sua grande maioria nómadas e, por isso, existem períodos em que se fixam num determinado lugar temporariamente para constituir família.

Gráfico 6 - Evolução da Natalidade: Freguesias do Município de Monforte



Fonte: INE - Estimativas Demográficas de 1991 a 2001

A estrutura etária (Tabela 2 e 3) é fortemente influenciada pelo comportamento da natalidade e da mortalidade. Desde 1960, que tanto no Alto Alentejo como no Município de Monforte, se tem observado uma diminuição dos efectivos populacionais nos grupos etários dos 0 – 14 e dos 15 – 64 anos ao passo que a população do grupo etário dos 65 e mais anos tem registado um aumento.

De 1960 a 2001, quer o município, quer o Alto Alentejo, verificaram uma quebra expressiva dos efectivos populacionais que integram o grupo etário dos 0-14 anos passando de 23,5 para 12,1 % e de 24,2 % para 13,3 %, respectivamente. Esta redução, para quase metade, resulta dos movimentos migratórios que originaram um decréscimo da taxa de natalidade e a consequente diminuição do número de filhos por casal.

Pelo contrário, o grupo etário dos 65 e mais anos têm crescido continuamente, em ambas as escalas de análise. O prolongamento da esperança média de vida, associados aos cuidados de saúde e apoios sociais, tem contribuído para o aumento do número de idosos.

Esta situação de diminuição do número de jovens e aumento do número de idosos tem contribuído para um duplo envelhecimento (no topo e na base), muitas vezes visível nas pirâmides etárias. Note-se que em 1991, o grupo etário dos 65 e mais anos ultrapassou o grupo etário dos 0-14 anos, tanto no município em estudo como na NUTS III.

O grupo etário dos 15-64 anos também verificou uma progressiva diminuição da população. Esta redução está relacionada com os movimentos migratórios que se fizeram sentir nas décadas passadas. Foram sobretudo os efectivos populacionais em idade activa (principalmente entre os 20 e os 40 anos) que saíram da região do Alto Alentejo e Monforte não foi excepção. A saída dos efectivos em idade fértil (estrato da população que assegura a renovação das gerações), em busca de melhores condições de vida, contribuiu decisivamente para a já referida grande quebra da taxa de natalidade e vem acentuar o peso dos idosos no total da população.

As modificações ocorridas na estrutura etária da população tem, a médio e longo prazo, graves consequências sendo uma das mais imediatas, a redução do número de alunos a que se segue a diminuição da população em idade activa.

Tabela 2 - Evolução dos Efectivos Populacionais: Alto Alentejo

Grupos Etários	1960		1970		1981		1991		2001	
	Hab.	(%)	Hab.	(%)	Hab.	(%)	Hab.	(%)	Hab.	(%)
0-14 anos	45650	24,2	15825	22,5	27963	19,6	21560	15,9	16882	13,3
15-64 anos	136883	72,6	45615	64,9	88852	62,2	86772	63,9	77060	60,7
65 e + anos	5949	3,3	8815	12,6	26090	18,3	27520	20,3	33083	26
Total	188482	100	70255	100	142905	100	135852	100	127025	100

Fonte: INE - X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamento Geral da População

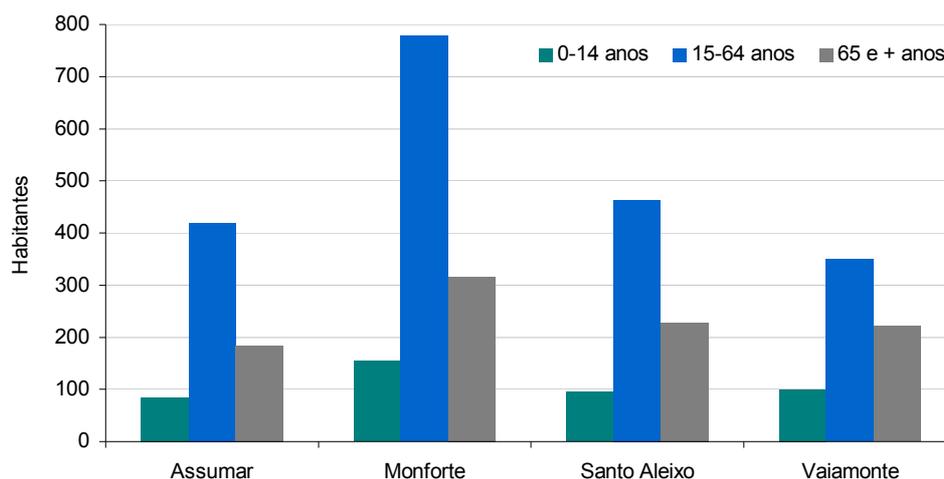
Tabela 3 - Evolução dos Efectivos Populacionais: Município de Monforte

Grupos Etários	1960		1970		1981		1991		2001	
	Hab.	(%)	Hab.	(%)	Hab.	(%)	Hab.	(%)	Hab.	(%)
0-14 anos	1701	23,49	1045	22,14	815	19,0	587	14,1	434	12,1
15-64 anos	4947	68,31	3050	64,62	2637	61,6	2266	58	2011	54,8
65 e + anos	594	8,202	625	13,24	829	19,4	906	27,9	948	33,1
Total	7242	100	4720	100	4281	100	3759	100	3393	100

Fonte: INE - X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamento Geral da População

À escala das freguesias constata-se que Assumar; Monforte; Santo Aleixo e Vaiamonte não são excepção e, em todos os casos, a faixa etária correspondente aos 65 e mais anos é superior à faixa etária dos 0-14 anos (Gráfico 7). Esta situação é, particularmente, preocupante quando comparamos o peso da população com 65 ou mais anos com a população em idade activa, porque, os custos sociais para suportar a população idosa aumentam ao passo que a população que os suporta diminui. No caso de Santo Aleixo e Vaiamonte, a população da faixa etária mais idosa representa 48,6 % e 63, 1% da população, respectivamente.

Gráfico 7 - Distribuição da População por Grandes Grupos Etários: Freguesias do Município de Monforte (2001)



Fonte: INE - XIV Recenseamento Geral da População

A população estruturada por grupos etários permite calcular um conjunto de indicadores denominados de índices – resumo, nomeadamente, índice de juventude; índice de envelhecimento demográfico; índice de dependência de jovens; índice de dependência de idosos e índice dependência total (Tabela 4 e 5).

Entre 1960 e 2001, a sub-região Alto Alentejo e o município, tiveram um comportamento idêntico no que respeita aos índices de juventude e de envelhecimento. Em ambas as escalas de análise, verificou-se a diminuição do índice de juventude e o aumento do índice de envelhecimento reflexo da redução da taxa de fecundidade e do aumento da esperança média de vida. O índice de juventude no Alto Alentejo passou de 764,4 para 51 e no município de 286,4 para 45,8. Pelo contrário, o índice de envelhecimento aumentou de 13 para 196 na NUT III e de 34,9 para 218,4 em Monforte. Assim, em 2001, por cada 100 idosos existiam 46 jovens em Monforte enquanto que por cada 100 jovens existiam 218 idosos.

A diminuição do número de jovens relativamente à população activa tem contribuído para a redução do índice de dependência dos jovens. Esta realidade é constatada tanto ao nível de NUT III como ao nível de município. Em 2001, dependiam por cada 100 potencialmente activos cerca de 22 jovens com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

Pelo contrário, a partir de 1960, o índice de dependência de idosos tem vindo a aumentar no Município e na respectiva NUT III. No Alto Alentejo, o número de idosos dependentes aumentou cerca de 10 vezes mais entre 1960 e 2001, passando de 4 para 43 indivíduos. Em Monforte, a situação é idêntica e, em 2001, registam-se por cada 100 potencialmente activos 47 idosos dependentes.

Apesar da diminuição no índice de dependência de jovens, o índice de dependência total tem crescido intensamente, reflexo dos aumentos observados no índice de dependência dos idosos. Assim, de acordo com os dados de 2001, no Alto Alentejo e em Monforte, por cada 100 potencialmente activos existiam 65 e 69 idosos e jovens dependentes, respectivamente.

O duplo envelhecimento que se verifica na população portuguesa tem contribuído para uma redução do número de activos, porque, se por um lado não há renovação das gerações, por outro existe um exponencial aumento da população idosa. Perante esta

realidade, torna-se cada vez mais difícil, por parte dos activos suportar os custos sociais (como por exemplo as reformas) resultantes de todo este processo.

Tabela 4 - Evolução dos Índices - Resumo na sub-região do Alto Alentejo

	Í. Juventude	Í. Envelhecimento	Í. Dependência de Jovens	Í. Dependência de Idosos	Í. Dependência Total
1960	767,4	13	33,3	4,3	37,7
1970	179,5	55,7	34,7	19,3	54
1981	107,2	93,3	31,5	29,4	60,8
1991	78,3	127,6	24,8	31,7	64,8
2001	51	196	21,9	42,9	64,8

Fonte: INE - X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamento Geral da População

Tabela 5 - Evolução dos Índices - Resumo no Município de Monforte

	Í. Juventude	Í. Envelhecimento	Í. Dependência de Jovens	Í. Dependência de Idosos	Í. Dependência Total
1960	286,4	34,9	34,4	12,0	46,4
1970	167,2	59,8	34,3	20,5	54,8
1981	98,3	101,7	30,9	31,4	62,3
1991	64,8	154,3	25,9	40,0	65,9
2001	45,8	218,4	21,6	47,1	68,7

Fonte: INE - X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamento Geral da População

Os índices-resumo nas freguesias, em 2001, são idênticos aos que se verificam no município (Tabela 6). Embora Santo Aleixo apresente o menor índice de juventude (por cada 100 idosos existem 42 jovens) e o maior índice de envelhecimento (por cada 100 jovens existem 238 idosos) é Vaiamonte que regista maiores índices de dependência de jovens (28,6) e de idosos (63,1). Em Vaiamonte, por cada 100 potencialmente activos existem 92 jovens e idosos dependentes (índice de dependência total).

Tabela 6 - Índices – Resumo: Freguesias do Município de Monforte (2001)

	Í. Juventude	Í. Envelhecimento	Í. Dependência de Jovens	Í. Dependência de Idosos	Í. Dependência Total
Assumar	45,9	217,9	20,0	43,6	63,6
Monforte	48,7	205,2	19,8	40,6	60,4
Santo Aleixo	42,1	237,5	20,7	49,2	70,0
Vaiamonte	45,2	221,0	28,6	63,1	91,7

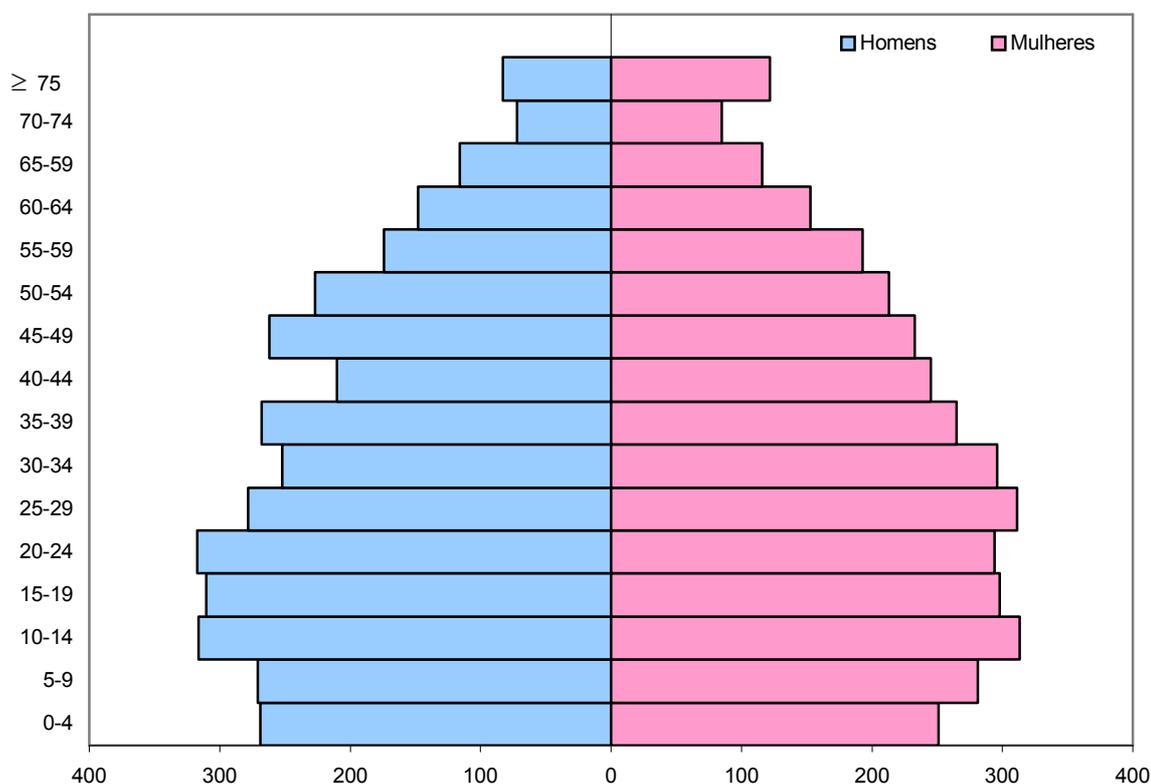
Fonte: INE - XIV Recenseamento Geral da População

Através das várias pirâmides é possível visualizar as mudanças ocorridas na estrutura etária da população, no município de Monforte, desde 1960 até 2001 (Gráficos 8 a 12).

Em Monforte, a partir da década 60, a base da pirâmide etária tem vindo a reduzir-se significativamente. A pirâmide possui várias reentrâncias nas classes etárias mais jovens e em idade de procriar devido às migrações destas mesmas classes. Tal facto originou a redução da taxa de fecundidade/natalidade e, naturalmente, o estreitamento da base da pirâmide, nomeadamente, nos grupos etários dos 0 – 14 anos. Porém, os movimentos migratórios no grupo etário dos activos tiveram outra consequência: o aumento da importância da população idosa.

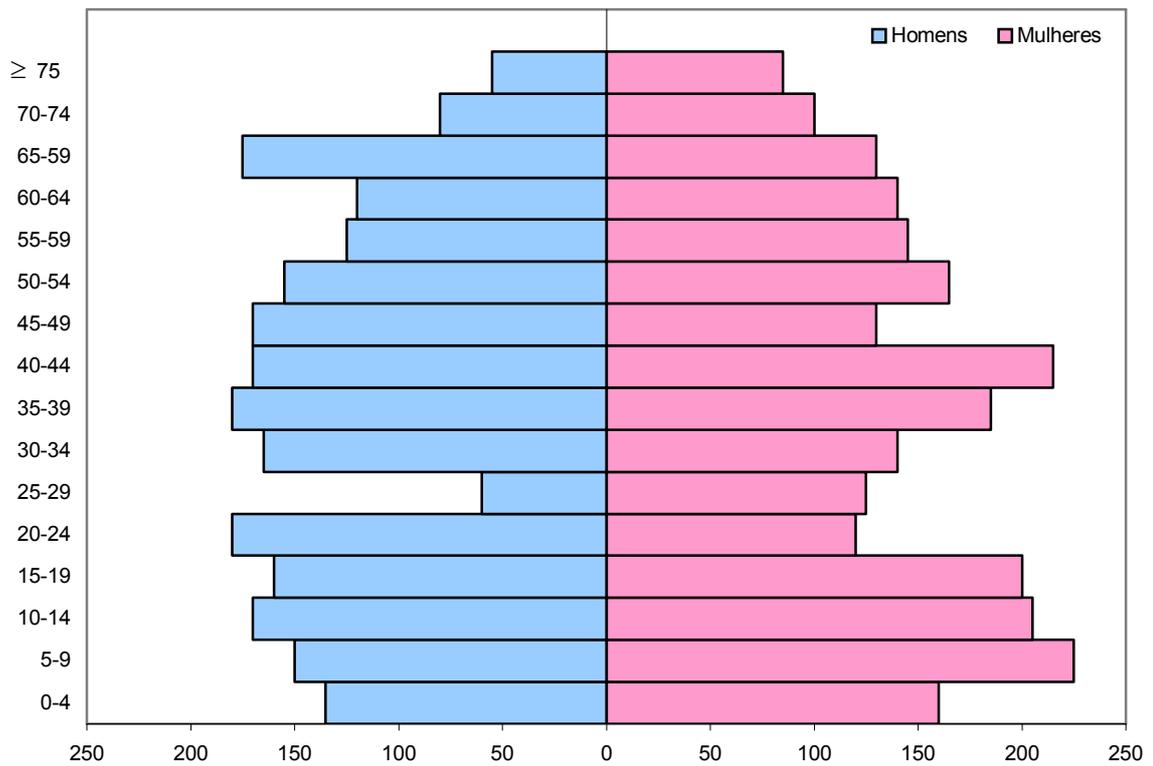
Em suma, por um lado a base da pirâmide tem vindo a reduzir-se ao mesmo tempo que o seu topo tem vindo a alargar-se (Gráfico 12). A redução na base significa que existem cada vez menos jovens e, conseqüentemente, menos potenciais activos. O alargamento do topo traduz o envelhecimento da população. Está assim evidenciado o duplo envelhecimento da população que, por sua vez, tem graves conseqüências a médio/longo prazo como é o caso da não renovação das gerações e a contínua perda de população activa.

Gráfico 8 - Pirâmide Etária do Município de Monforte - 1960



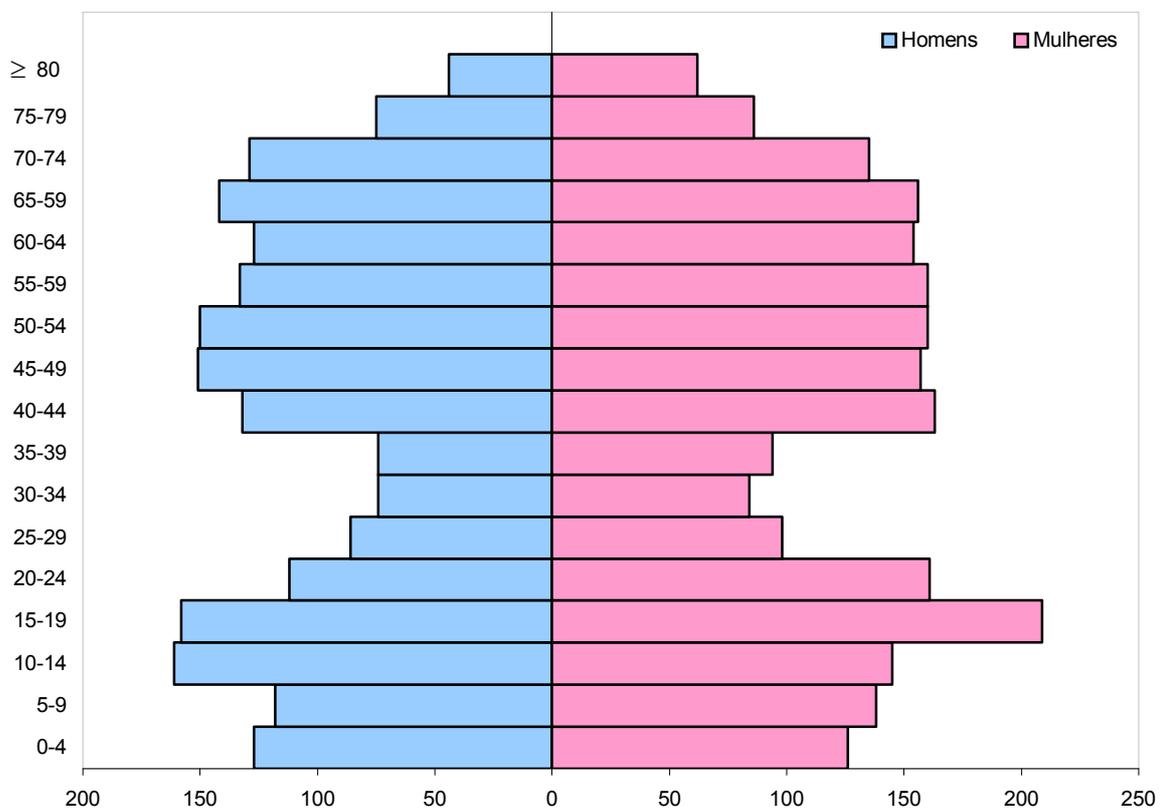
Fonte: INE - X Recenseamento Geral da População

Gráfico 9 - Pirâmide Etária do Município de Monforte – 1970



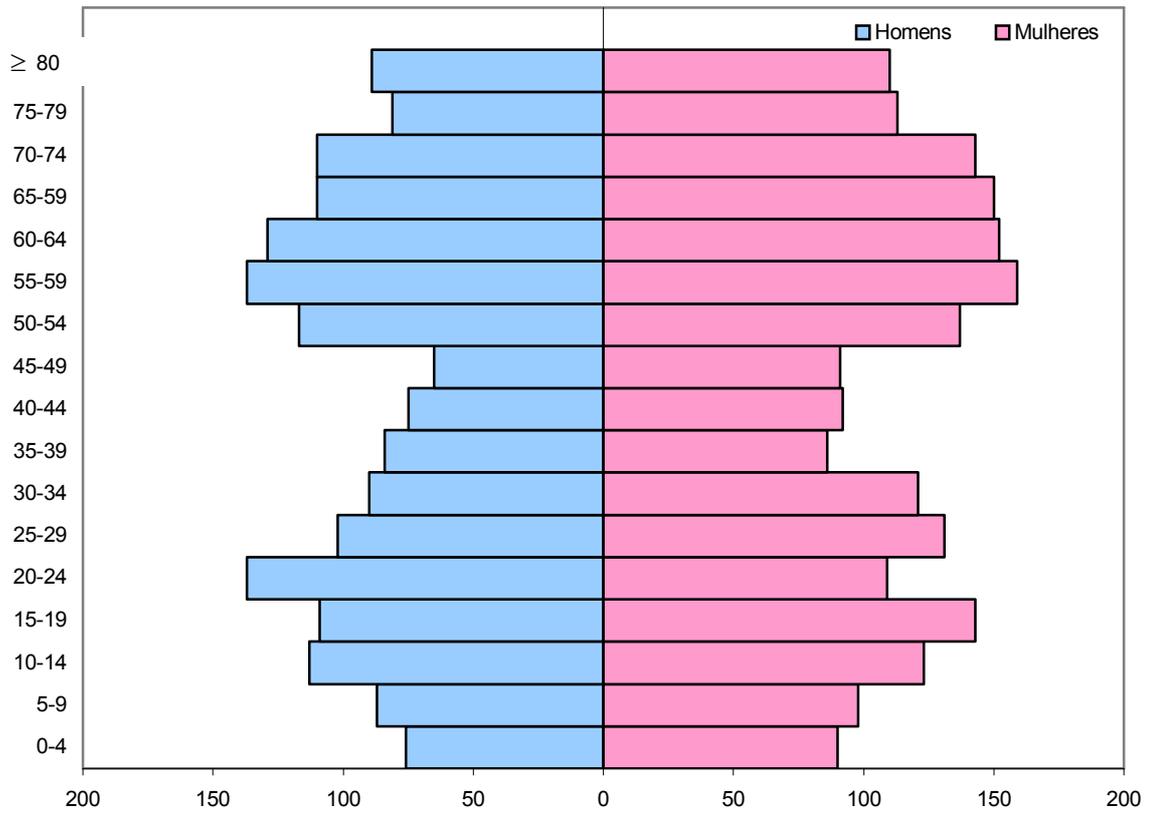
Fonte: INE - XI Recenseamento Geral da População

Gráfico 10 - Pirâmide etária do Município de Monforte - 1981



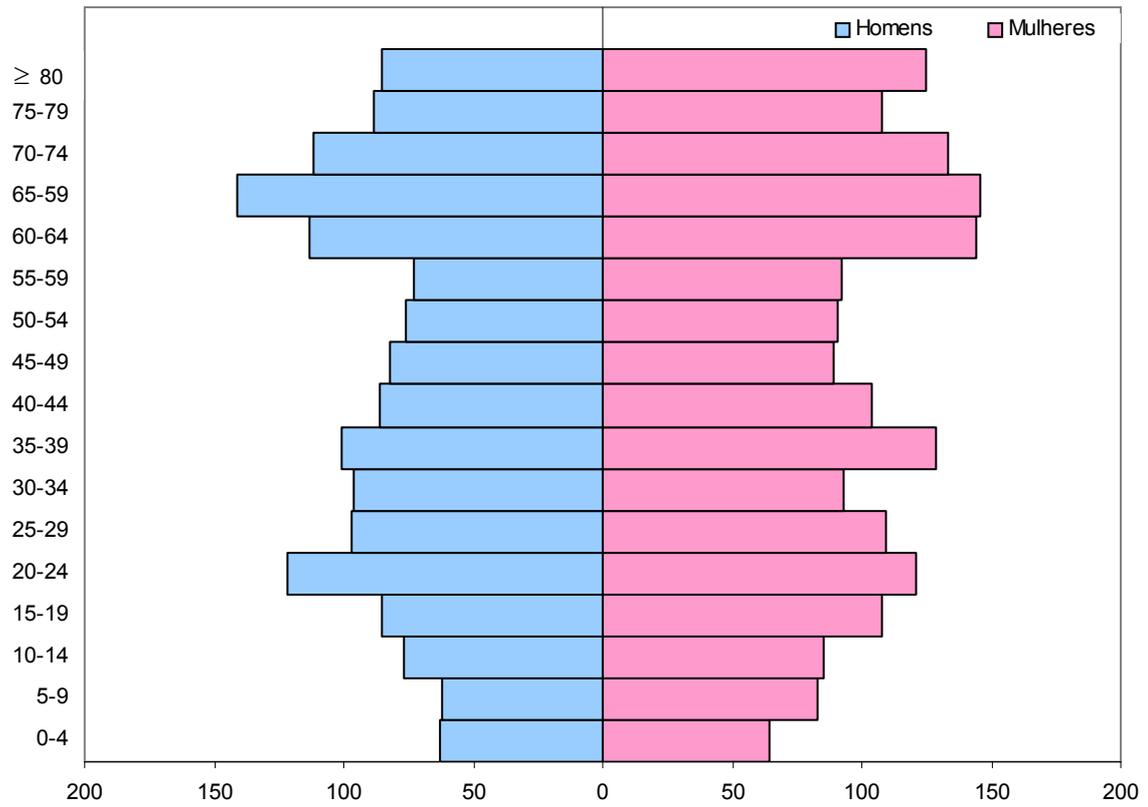
Fonte: INE - XII Recenseamento Geral da População

Gráfico 11 - Pirâmide Etária do Município de Monforte - 1991



Fonte: INE - XIII Recenseamento Geral da População

Gráfico 12 - Pirâmide Etária do Município de Monforte – 2001



Fonte: INE - XIV Recenseamento Geral da População

2.2.1 - Projecções Demográficas

A Carta Educativa tem como principal objectivo proceder à reorganização da rede educativa, por isso é necessário realizar projecções demográficas para o horizonte temporal do plano com o objectivo de prever as necessidades que poderão existir de equipamentos escolares.

Com esse fim, foram elaboradas projecções demográficas da população residente no Município de Monforte até ao ano 2013 e foram estimados três cenários distintos: alto, médio e baixo.

Para o cenário alto considerou-se a população residente à data dos Censos de 1981, para o cenário baixo o número de habitantes dos Censos de 1991 e para o cenário médio elaborou-se a média dos dois cenários, o que permitiu uma maior aproximação em relação às possíveis perspectivas para o município.

A metodologia utilizada para a realização das projecções foi a seguinte: numa primeira fase calculou-se o crescimento médio anual do período, posteriormente multiplicou-se esse valor pela população de determinado ano e obteve a população que cresce anualmente, na fase seguinte esse valor é subtraído à população do ano anterior, sendo, o resultado dessa subtracção, a população desse ano e assim sucessivamente até 2013.

Na tabela 7 podem verificar-se os diversos cenários. Segundo o cenário alto, a população do município de Monforte, em 2013, será 3161 habitantes; no cenário baixo, existirão 3142 indivíduos; e, no cenário médio, o município terá uma população de 3152 habitantes, no horizonte projectado.

Tabela 7 - Projecções da população do município de Monforte

	1960	1970	1981	1991	2001	2013
Cenário alto						3161
Cenário médio	7245	4720	4281	3759	3393	3152
Cenário baixo						3142

Fonte: INE - X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamento Geral da População

2.3 - Hierarquização dos Aglomerados

Tendo em conta a hierarquia dos aglomerados urbanos definida no Plano Director Municipal de Monforte (PDM), o lugar de Monforte (sede do município) é considerado de 1ª classe concentrado maior número e diversidade de serviços, equipamentos e infra-estruturas e, por isso, apresenta também maior peso populacional, como se pode verificar através da Tabela 8.

Assim sendo, a vila de Monforte conta com determinados serviços (educação, saúde, banca ...) e equipamentos (educação, desportivos, sociais ...) que acabam por incutir a fixação da população, constituindo-se, dessa forma, como o principal aglomerado urbano concentrado em 2001 com 34 % da população residente do município (1163 habitantes).

Considerados de 2ª classe encontram-se os aglomerados de Vaiamonte, Assumar e Santo Aleixo onde se localizam as funções inerentes às sedes de freguesia (Junta de Freguesia) e ainda alguns equipamentos: Escolas EB1 e/ou JI; Centros de dia, entre outros.

Por essa razão são as sedes de freguesia que se seguem a Monforte como os lugares com maior número de habitantes. Nos últimos Censos, verificou-se que Santo Aleixo era a seguir à vila de Monforte o aglomerado com mais população – 726 habitantes –, ou seja, 21 % da população do município. Vaiamonte e Assumar apresentam 18 % (627 habitantes) e 16 % (546 habitantes) da população residente, respectivamente.

Por último, e, embora com menos importância, também os lugares designados “isolados” têm quantitativos populacionais consideráveis que demonstram alguma relevância do povoamento disperso neste território.

Contudo, e independentemente, da importância que cada lugar possa ocupar, constata-se que todos os lugares, de um modo geral, sofreram um decréscimo populacional o que se reflectiu à escala de freguesia e, conseqüentemente, à escala municipal.

Tabela 8 - Evolução da População Residente: Lugares e Freguesias

	População Residente				
	1960	1970	1981	1991	2001
Assumar	1468	938	835	680	687
Assumar	1367	938	653	667	546
Monte dos Badanais	4				
Monte da Costa	8				
Isolados	89		182	13	141
Monforte	2839	1660	1620	1483	1248
Algalé	15	32			
Herdade do Baldio	16	3			
Monforte	1901	932	1243	1262	1163
Monte dos Freixos	30				
Monte das Janelas	13				
Monte de Vale Guardez	5				
Montinho	27	8			
Morenos	10				
Palmeira	6				
Pesqueira	11				
Prazeres	144	115	100	79	57
Quinta de Santo António	7				
Quinta de S. Sebastião	18				
Rossio	85				
Torre das Figueiras	23	20			
Torre de Onofre	3				
Touril	14				
Outros lugares					
Isolados	511	550	277	142	28
Santo Aleixo	1469	1409	1054	907	787
Monte de Alvarenga	9	8			
Monte do Peral	21				
Monte das Picanheiras	36				
Monte da Fomazuda		5			
Monte das Oliveiras		7			
Serra de Aires	16	6			
Santo Aleixo	1279	1333	871	870	726
Torre do Curvo	8				
Torre do Frade	11	9			
Outros lugares					
Isolados	89	41	183	37	61
Vaiamonte	1469	788	772	689	671
Monte da Damota	2				
Monte das Freiras	113				
Monte de Mateus	4				
Monte Novo	16				
Monte da Torre da Palma	21				
Quinta de Santo António					
Vaiamonte	1187	730	731	667	627
Isolados	126	58	41	22	44

Fonte: INE - X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

Tendo em conta a dimensão dos lugares (Tabela 9) verifica-se que, em 2001, 56 % da população reside em lugares com uma dimensão de 500 a 999 habitantes o que corresponde às localidades de Assumar, Santo Aleixo e Vaiamonte. A sede do município apresenta uma dimensão de 1000 a 1999 habitantes e conta com 34 % (1163 habitantes) da população residente no município. Seguem-se os lugares isolados que fixam 8 % (274 habitantes) da população e, por último, os lugares com menos de 100 habitantes (Prazeres) que concentram 2 % (57 habitantes) da população residente (Tabela 2).

Tabela 9 - Distribuição da população, segundo a dimensão dos lugares: Município de Monforte

Dimensão dos lugares	População				
	1960	1970	1981	1991	2001
Isolados	815	649	683	214	274
Menos de 100 habitantes	439	98		79	57
De 100 a 499 habitantes	257	115	100		
De 500 a 999 habitantes		2600	2255	2204	1899
De 1000 a 1999 habitantes	5734	1333	1243	1262	1163

Fonte: INE - X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

O decréscimo populacional tem sido uma constante nas diversas escalas de análise: freguesias, município e, conseqüentemente, na NUT III – Alto Alentejo. Monforte, ocupa 7 % do território do Alto Alentejo e corresponde a somente 3 % da população do Alto Alentejo (Tabela 10).

No que respeita às densidades populacionais, é possível verificar que em virtude do decréscimo populacional, houve também uma diminuição do número de habitantes por Km². Em 2001, o Alto Alentejo e o município apresentam 21 e 8 habitantes por Km², respectivamente. A freguesia Santo Aleixo possuía, em 2001, a maior densidade populacional (13 habitantes por km²) ao contrário da freguesia de Monforte (6 habitantes por km²), facto que também se explica, pelas suas diferentes dimensões.

Tabela 10 - Área, População Residente e Densidade Populacional no Alto Alentejo e no Município de Monforte

	Área (Km ²)	População Residente			Densidade Populacional (hab/km ²)		
		1981	1991	2001	1981	1991	2001
Alto Alentejo	6066	142905	127877	127025	24	21	21
Mun. Monforte	420	4281	3759	3393	10	10	8
Assumar	63,6	835	680	687	13	13	11
Monforte	214,4	1620	1483	1248	8	8	6
Santo Aleixo	58,4	1054	907	787	18	18	13
Vaiamonte	83,0	772	689	671	9	9	8

Fonte: INE - XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

2.4 - Actividades Económicas

O tipo de actividades económicas de uma região, muitas vezes, determina o seu grau de desenvolvimento.

A população activa registou um aumento pouco expressivo entre 1991 e 2001 passando de 1238 para os 1282 indivíduos. Actualmente, a população activa representa 32,6 da população total.

Em relação aos sectores de actividade (Gráficos 13 e 14), entre 1991 e 2001, a população activa decresceu no sector primário (I) e registou um aumento no sector terciário (III). O sector I (Agricultura e Pecuária) tem vindo a perder, progressivamente, importância no município, basta verificar que, durante a década de 90, este sector perdeu 192 efectivos passando de 38 % para 22 % da população activa. Apesar desta perda de importância, Monforte ainda possui tradição agrícola e pecuária, tendo, contudo, uma grande carência de população activa qualificada.

Em relação ao sector secundário (Indústria), as diferenças entre 1991 e 2001 não são muito significativas passando de 13 % para 16 % da população activa. Este pequeno aumento de 34 efectivos (3 %) indicia um tecido industrial débil, fragilizado e com uma expressão pouco significativa, resultado da predominância de unidades de pequena dimensão com fraca capacidade empregadora, como é o caso da construção civil, que possui baixos níveis tecnológicos.

O sector de serviços e comércio (sector terciário), à semelhança do que ocorre em todo o país, tem denotado um crescimento expressivo. No período em análise, o número de efectivos aumentou 13 % (202 indivíduos) passando a representar 62 % da população activa. Este sector está, essencialmente, ligado à prestação de serviços de natureza social e às actividades de administração pública e a um sector comercial pouco diversificado.

Em suma, apesar da relativa importância da actividade agrícola no município, ocorreu na última década, uma alteração significativa do ponto de vista económico, passando de um município agrícola para um território de vocação terciária, com uma concentração de actividades administrativas e sociais sedeadas, preferencialmente, na sede de município.

Gráfico 13 - População Residente, segundo o Sector de Actividade, em 1991

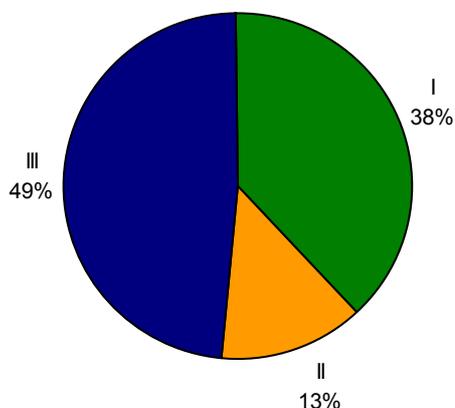
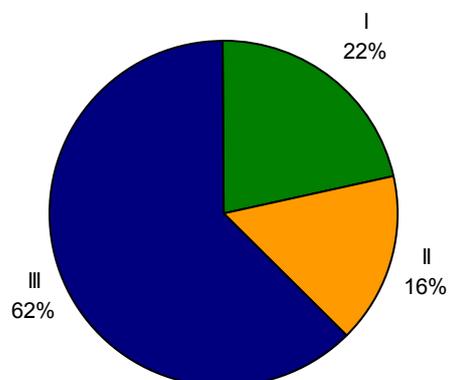


Gráfico 14 - População Residente, segundo o Sector de Actividade, em 2001



Fonte: INE – XIII, XIV Recenseamento Geral da População

Ao nível de freguesias, o comportamento foi idêntico ao observado no município. Assim, houve um decréscimo da população activa do sector I e um incremento da mesma no sector III (Tabela 11).

Entre 1991 e 2001, foi a freguesia de Santo Aleixo que registou o maior decréscimo de população activa no sector I (1,6 %), ainda assim, é das freguesias que, em 2001, registava o maior número de indivíduos a trabalhar neste sector - 177 indivíduos -, ou seja, 3,1 % da população activa.

A população activa a trabalhar no sector secundário aumentou timidamente em todas as freguesias. Embora seja Monforte que regista um maior número de indivíduos empregados neste sector tanto em 1991 como em 2001, foi Santo Aleixo que maior crescimento da população activa observou passando de 1,1 % para 1,6 %.

O sector terciário registou aumentos da população activa em todas as freguesias, mas, Monforte destaca-se por possuir o dobro da população empregada neste sector face às restantes freguesias. Em 2001, 10,8 % da população em Monforte trabalha no sector III.

Tabela 11 - Evolução da Distribuição da População Residente, por freguesias, segundo o Sector de Actividade

Freguesias	Sector I				Sector II				Sector III			
	1991	%	2001	%	1991	%	2001	%	1991	%	2001	%
Assumar	63	1.7	39	1.1	21	0.6	35	1.0	85	2.3	141	4.2
Monforte	135	3.6	78	2.3	63	1.7	68	2.0	302	8.0	367	10.8
Santo Aleixo	177	4.7	106	3.1	43	1.1	53	1.6	132	3.5	147	4.3
Vaiamonte	96	2.6	59	1.7	39	1.0	44	1.3	82	2.2	148	4.4
População Residente	3759	12.6	3393	8.2	3759	4.4	3393	5.9	3759	16.0	3393	23.7

Fonte: INE - XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

Embora se reconheça a importância do sector III, a indústria (sector II) é também fundamental para produzir riqueza, criar bolsas de emprego e, obviamente, para promover o desenvolvimento regional. Com base nesta lógica, o município tem vindo a incentivar a implementação de novas empresas e a realocação de empresas já existentes desenvolvendo para o efeito a Zona Industrial de Monforte, de acordo com as definições do PDM. A Zona Industrial consiste num programa de criação e atribuição de 11 lotes (com tamanhos entre os 1990,21 m² e os 5712,44 m²) para a instalação de pequenas e médias unidades industriais. Localizada numa pequena encosta a Sul de Monforte, denominada Tapada do Álvaro, e com acesso pela EN 18 (junto ao IP2) esta Zona Industrial beneficia de infra-estruturas adequadas ao desenvolvimento das actividades como sejam o estacionamento, zonas verdes, iluminação pública, electricidade, água, esgotos, telecomunicações (PT) e rede viária própria.

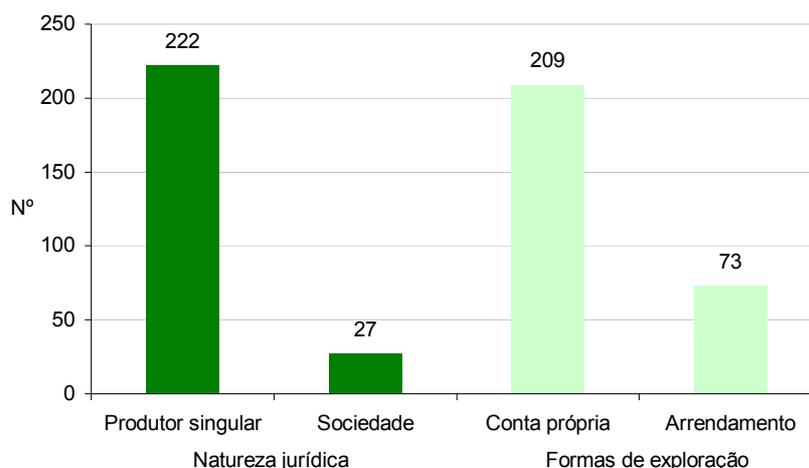
Monforte apresenta, neste sector, uma estratégia bem definida e, por isso, todos os empresários que queiram fixar investimento na área, podem contar com um conjunto de incentivos e infra-estruturas de apoio. Esta é uma forma de, por um lado, fixar o investimento e, por outro, promover um desenvolvimento integrado a longo prazo, minimizando todos os impactos que eventualmente possam surgir. Neste âmbito, é de destacar a criação do Ninho de Empresas, composto por espaços destinados à implementação de organizações de actividade industrial, serviços e artesanato, com apoio administrativo comum, instalações sanitárias e arrumos. Outro exemplo, foi a criação de um serviço exclusivo para empresários destinado a esclarecer, encaminhar e auxiliar projectos de novas empresas e de empresas já existentes.

No sector I, as actividades agrícolas são relativamente mais importantes do que as actividades florestais e de pecuária.

No que respeita às explorações agrícolas (Gráfico 15), em 1999, o município de Monforte possuía 38818 ha cultivados o que correspondia a 252⁵ explorações. Destas, 222 (19442 ha) eram explorados por produtores singulares e somente 27 (17576 ha) por sociedades agrícolas. Contudo, ao comparar o número de explorações com a área ocupada, constata-se que os produtores singulares possuem pequenas explorações ao passo que as sociedades agrícolas são grandes latifúndios.

Em 1999, foram contabilizadas 250⁶ explorações (37739 ha) como Superfície Agrícola Utilizada (SAU), sendo destas, 209 exploradas por conta própria (24982ha) e 73 estavam arrendadas (10000ha).

Gráfico 15 - Explorações Agrícolas: Natureza Jurídica e Forma de Exploração



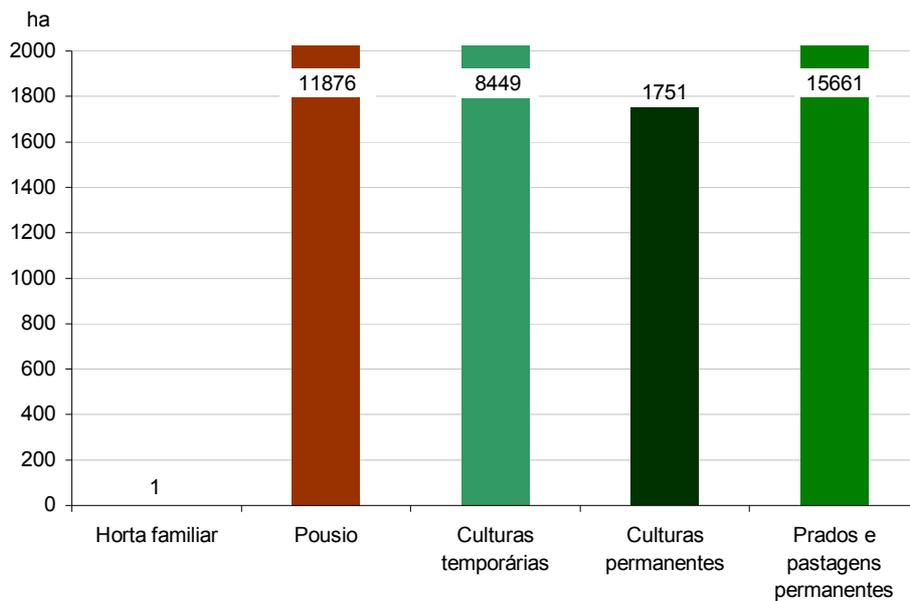
Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2000

⁵ O total pode não corresponder à soma das partes (Produtor Singular e Sociedade) porque não são publicadas todas as formas de natureza jurídica do produtor

⁶ O número de explorações pode ser superior ao total, pois podem coexistir numa mesma unidade varias formas de exploração.

Em relação à forma como é que é constituída a SAU (Gráfico 16), em 1999, grande parte dos solos estavam ocupados por prados e pastagens permanentes (15661 ha) seguindo-se o pousio (11876). Monforte tem solos pobres, por isso, os agricultores têm de tomar algumas medidas que permitam ao solo “descansar”. Uma dessas medidas é a rotação de culturas com pousio o que vem justificar o seu peso considerável ao nível da SAU. Em contrapartida, a horta familiar, tem pouca expressividade ocupando somente 1 ha. Esta situação deve-se, por um lado à presença de latifúndios e, por outro, ao facto de grande parte da população se dedicar à pluriactividade desempenhando actividades noutros sectores com o objectivo de conseguirem mais rendimento. Por último, as culturas temporárias e as permanentes têm, também, um peso considerável na constituição da SAU com 8449 ha e 1751 ha, respectivamente.

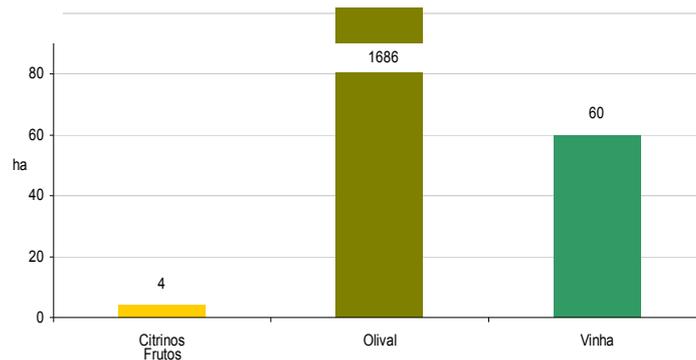
Gráfico 16 - Constituição da SAU – Superfície Agrícola Utilizada



Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2000

Relativamente, à estrutura das culturas permanentes (Gráfico 17), em 1999, constata-se que é o olival e a vinha que mais representatividade apresentam, ocupando com a sua produção 1686 ha e 60 ha, respectivamente. A exploração de citrinos, pelo contrário, conta apenas com 4 ha.

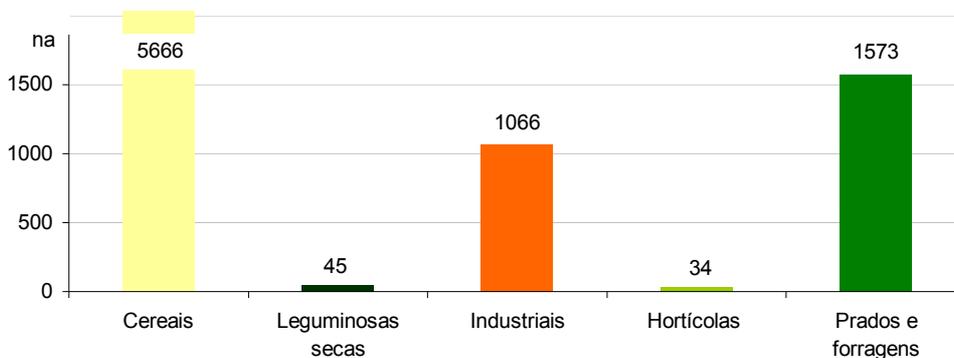
Gráfico 17 - Estrutura das Culturas Permanentes



Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2000

A estrutura das culturas temporárias (Gráfico 18), em 1999, demonstra que é o cultivo de cereais que maior área ocupa (5666ha). O cereal teve, durante o Estado Novo, uma importância fundamental na dieta alimentar portuguesa. Nesta época, foram realizadas as “Campanhas de Trigo” em todo o Alentejo e, desde então, o cereal passou uma das culturas mais importantes desta região. Seguem-se os prados e forragens que ocupam 1573 ha e as culturas industriais. Por último, e com menos significância, encontram-se as leguminosas secas e os produtos agrícolas com 45 ha e 34 ha, respectivamente.

Gráfico 18 - Estrutura das Culturas Temporárias



Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2000

A fixação de empresas na região é determinante para produzir riqueza, criar postos de emprego, promover o desenvolvimento e, conseqüentemente, dar aos cidadãos uma melhor qualidade de vida. Neste aspecto, o município de Monforte em 2000, contava com 295 empresas com sede na região (Tabela 12). Destas empresas, 28,5 % (84 empresas) estavam relacionadas com as actividades “comercio e reparação” e 27,8 % (82 empresas) pertenciam ao sector I (agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca).

Tabela 12 - Empresas com sede na região, segundo a CAE- Ver. 2, em 31-12-2000

Ramo de actividade	Monforte	%
Actividades mal definidas	6	2
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	82	27.8
Indústrias extractivas	1	0.3
Indústrias transformadoras	25	8.5
Construção	31	10.5
Comércio e reparação	84	28.5
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	33	11.2
Transportes, armazenagem e comunicações	5	1.7
Actividades financeiras	14	4.7
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	5	1.7
Outras actividades	9	3.1
TOTAL	295	100

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região do Alentejo, 2001

Ao nível da indústria transformadora, o município em estudo fixava, em 2000, 25 empresas. É de realçar, no entanto, que 15 destas empresas, ou seja, 60% pertencem ao grupo das indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco, correspondia a 60% do total das empresas (Tabela 13).

Tabela 13 - Empresas com Sede na Região, segundo a CAE - Ver. 2, 31-12-2000

Indústria Transformadora

Indústria transformadora	Monforte	%
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	15	60.0
Indústria do couro e dos produtos de couro	1	4.0
Indústria da madeira e da cortiça e suas obras	3	12.0
Fabricação de artigos de Borracha e de matérias plásticas	1	4.0
Fabricação de outros produtos minerais e não metálicos	1	4.0
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	3	12.0
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n. e.	1	4.0
TOTAL	25	100

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região do Alentejo, 2001

A população residente empregue no sector III verificou um aumento entre 1991 e 2001 (Tabela 14) passando de 16 % para 24 %, respectivamente. O sector III encontra-se dividido em actividades de natureza social e actividades económicas. Contudo, foram as primeiras que, entre 1991 e 2001, maior crescimento observaram passando de 8% para 15 % (da população residente). Em 1991, predominavam os serviços de natureza social e, em 2001, a tendência mantinha-se. Em todas as freguesias, a população residente empregada em actividades de natureza social era superior às empregadas em actividades económicas. A única excepção verificada foi a freguesia de Santo Aleixo em que as actividades económicas eram ligeiramente superiores (2,3 %) às actividades de natureza social (2 %).

Tabela 14 - Evolução da Distribuição da População Residente do Sector Terciário, por freguesias

	Sector terciário											
	1991						2001					
	Total	%	Natureza Social	%	Act. Econ.	%	Total	%	Natureza Social	%	Act. Econ.	%
Assumar	85	2.3	47	1.3	38	1.0	141	4.2	108	3.2	33	1.0
Monforte	302	8.0	159	4.2	143	3.8	367	10.8	268	7.9	99	2.9
Santo Aleixo	132	3.5	66	1.8	66	1.8	147	4.3	68	2.0	79	2.3
Vaiamonte	82	2.2	32	0.9	50	1.3	148	4.4	77	2.3	71	2.1
População Residente	3759	16	3759	8	3759	8	3393	24	3393	15	3393	8

Fonte: INE - XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

3 - Caracterização e Evolução do Sistema Educativo

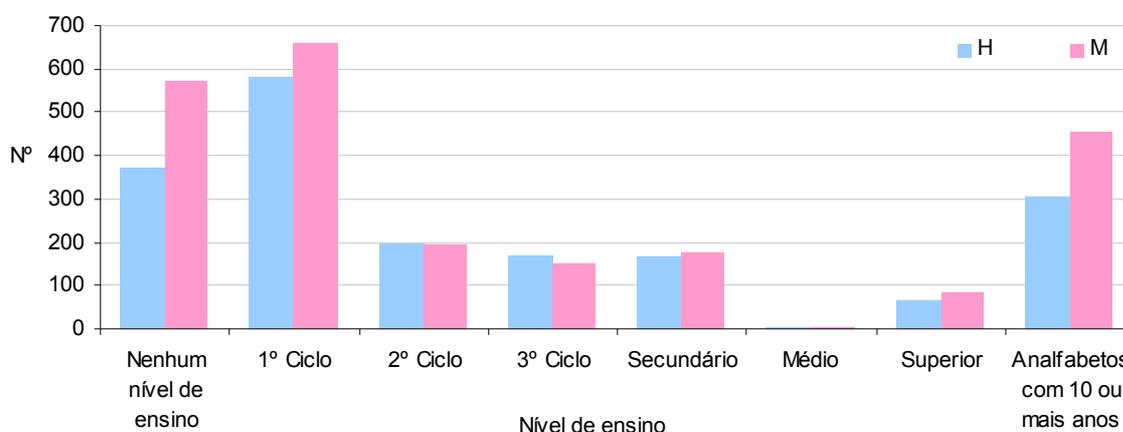
A rede educativa de um município, enquanto motor do seu sistema educativo, é entendida pela conjugação dos diferentes níveis de ensino que a compõem (desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Superior) com o espaço em que se insere. Para tal, as conectividades territoriais (cujas acessibilidades assumem particular destaque) e o grau de articulação espacial e organizacional com os municípios vizinhos tornam-se cruciais para obter os patamares estabelecidos.

3.1 - Nível de Ensino da População

A reordenação da rede escolar implica a análise de um conjunto de indicadores para que se possa fazer um correcto levantamento das potencialidades e debilidades da mesma. É portanto, pertinente analisar, à partida, o nível de ensino atingido pela população (Gráfico 19).

A maioria da população do município de Monforte detém apenas o 1º ciclo do ensino básico, porém, a situação é ainda mais preocupante quando se verifica que os analfabetos com 10 ou mais anos e a população sem nenhum nível de ensino representa 22 % e 28 % da população residente, respectivamente. É de destacar que são, sobretudo, as mulheres que menos habilitações possuem nestes níveis. Porém, é o sexo feminino que se destaca no ensino superior: 82 mulheres contra 64 homens.

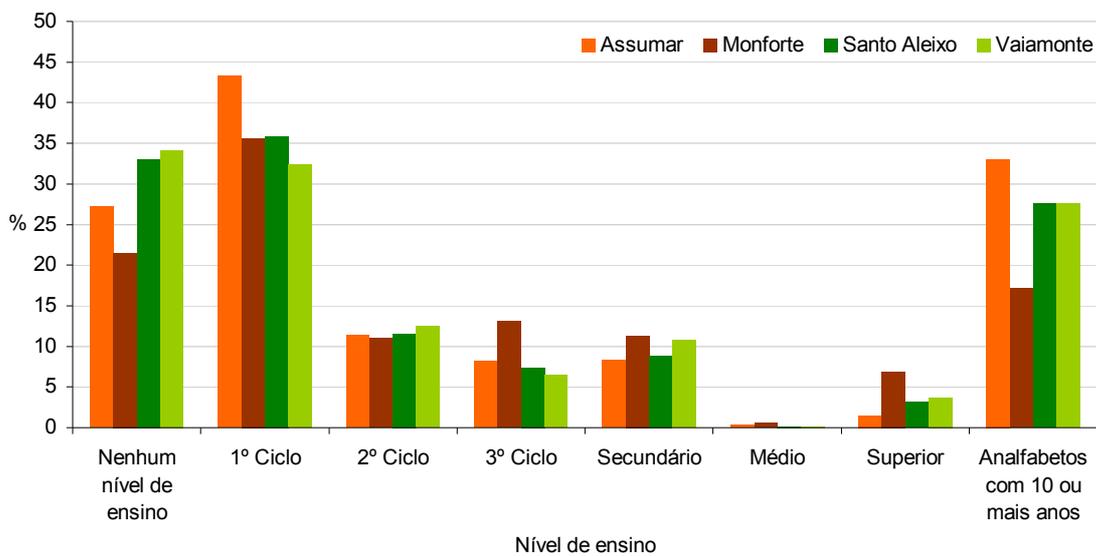
Gráfico 19 - População Residente, segundo o Nível de Ensino Atingido por sexo



Fonte: INE - XIV Recenseamento Geral da População

O nível de ensino atingido pela população residente é diferente entre as freguesias em análise (Gráfico 20). Deste modo, constatou-se que Assumar apresenta a maior percentagem de analfabetos com 10 ou mais anos contabilizando 227 indivíduos nesta situação. Santo Aleixo e Vaiamonte são as freguesias que detêm o maior número de efectivos sem nenhum nível de ensino - 260 e 229 -, respectivamente, ultrapassando em ambos os casos os 30 % da população residente. Pelo contrário, Monforte apresenta os melhores níveis de ensino, nomeadamente, no 3º ciclo; Secundário e Superior. No caso do ensino superior, Monforte tem mais de 5 % da população residente (141 indivíduos) a frequentar este nível de ensino destacando-se, claramente, das restantes freguesias.

Gráfico 20 - População Residente, segundo o Nível de Ensino Atingido



Fonte: INE - XIV Recenseamento Geral da População

3.2 - A Procura da Educação e do Ensino

A caracterização da procura é fundamental para (re)ordenar a rede educativa municipal. Esta rede inclui todos os estabelecimentos de ensino da rede pública, privada e cooperativa solidária, incluído a concretização da acção social escolar no município o que implica, à partida, a análise de um significativo conjunto de indicadores. No entanto, antes de avançar com qualquer análise é importante perceber a forma como o território educativo de Monforte se encontra organizado.

O território educativo de Monforte é constituído por um agrupamento de escolas e o seu espaço geográfico corresponde aos limites administrativos do município. Este agrupamento garante o cumprimento da escolaridade obrigatória possuindo para esse efeito um conjunto de escolas com vários ciclos de ensino (Tabela 15). Em relação ao pré-escolar, Monforte possui 4 estabelecimentos de ensino, existindo um por cada freguesia. Note-se, no entanto, que o de Santo Aleixo se encontra integrado na Escola Básica do 1º Ciclo de Santo Aleixo. Existe obrigatoriedade, por parte do Estado, em garantir um percurso escolar que vai desde o 1º Ciclo do Ensino Básico (1º ano de escolaridade) até ao 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano de escolaridade). Deste modo, o município conta, para ministrar o 1º Ciclo do Ensino Básico com 4 escolas e, mais uma vez, uma por cada freguesia. Os 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico são ministrados na Escola 2,3 de Monforte que se situa na sede freguesia mas que serve toda a população escolar do município. Por último, e embora não seja (até ao momento) obrigatório, o Ensino Secundário, foi até ao anterior ano lectivo leccionado num estabelecimento privado – EPRAL de Monforte. Através da tabela 14, verifica-se que houve um decréscimo no número de alunos do município entre 2003/04 e 2004/05. Este decréscimo foi, sobretudo, sentido no 1º Ciclo do Ensino Básico.

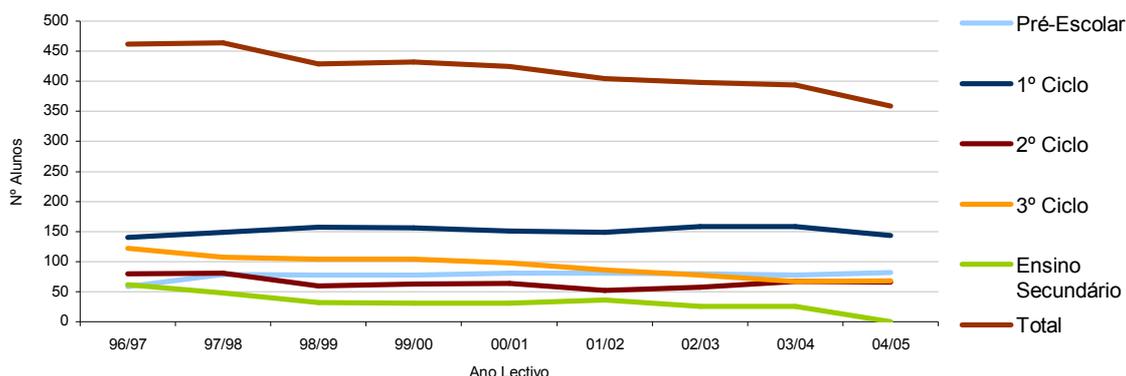
Tabela 15 - Distribuição Numérica dos Alunos, por Nível de Ensino e Estabelecimento de Ensino

	Estabelecimento	Ano lectivo 2003/04	Ano lectivo 2004/05
Pré-escolar	Jl de Assumar	15	16
	Jl de Monforte	28	37
	EB1/Jl de Santo Aleixo	14	10
	Jl de Vaiamonte	19	19
1º CEB	EB1 de Assumar	24	20
	EB1 de Monforte	80	62
	EB1/Jl de Santo Aleixo	29	31
	EB1 de Vaiamonte	27	27
2º CEB	EB 2,3 de Monforte	67	68
3º CEB	EB 2,3 de Monforte	67	68
Secundário	EPRAL – Pólo de Monforte	25	
	TOTAL	395	358

Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 2003/04-2004/05

Inquérito indirecto, Março de 2005

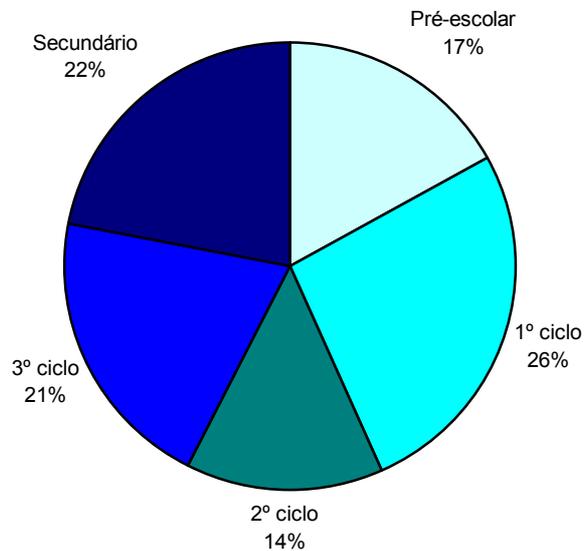
Um dos indicadores que permitem caracterizar a procura de educação é frequência de alunos (Gráfico 21). No gráfico estão todos os níveis de ensino ministrados no município, porém, convém salientar que o ensino secundário era ministrado pela EPRAL (rede privada). A frequência de alunos em Monforte, decresceu 29 %, entre 1996/97 e 2004/05. Este decréscimo foi progressivo, contudo, com o encerramento da EPRAL de Monforte, em 2004/05 houve uma quebra significativa no número de alunos entre 2003/04 e 2004/05. À excepção do pré-escolar, que no último ano lectivo registou um aumento de 5 crianças, todos os ciclos de ensino sofreram uma diminuição. Comparando a população escolar entre 1996/97 e 2004/05 verifica-se que o pré-escolar e o 1º Ciclo registaram um aumento de 39,65 % e 2,1 %, respectivamente. Em contrapartida, o 2º Ciclo observou uma quebra de 17,5%; o 3º Ciclo de 44,3 % e o Secundário de -100 % (devido ao encerramento da EPRAL). O aumento significativo, da população escolar no pré-escolar, deve-se à entrada da mulher no mercado de trabalho e, conseqüentemente, à redução do tempo disponível para cuidar dos filhos ou netos tendo de os colocar nos jardins de infância. O decréscimo nos outros ciclo de ensino deve-se, sobretudo, à diminuição da população em idade escolar (baixas taxas de natalidade) mas também ao abandono escolar.

Gráfico 21 - Evolução da Frequência dos Alunos no Município de Monforte

Fonte: Ministério da Educação (ME), DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 2005
Inquérito indirecto, Março de 2005

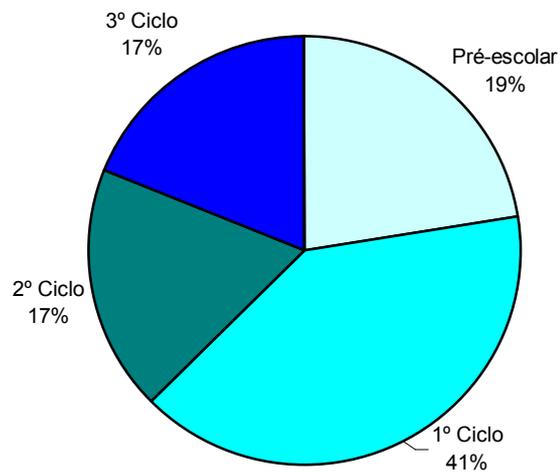
Ao comparar a distribuição percentual dos alunos do sistema educativo do município de Monforte com a da NUT II – Alto Alentejo, no ano lectivo de 2004/05 (Gráficos 22 e 23), concluiu-se que o município em estudo apresenta um peso de alunos no pré-escolar e no 1º ciclo muito superior ao registado na NUT II. Esta situação é de particular destaque ao nível do 1º Ciclo já que o município conta com 41 % da população escolar neste ciclo de ensino enquanto que o Alto Alentejo apresenta 26 %. A diferença referida deve-se, sobretudo, à presença de famílias de etnia cigana que frequentam, especialmente, o 1º ciclo abandonando-o posteriormente.

Gráfico 22 - Distribuição percentual dos alunos, por nível de ensino, no ano lectivo 2004/05
(Alto Alentejo)



Fonte: DAPP – Direcção de Serviços de Estatística e Indicadores, Projecções.

Gráfico 23 - Distribuição percentual dos alunos, por nível de ensino, no ano lectivo 2004/05
(Município de Monforte)



Fonte: Ministério da Educação (ME), DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 2005
Inquérito indirecto, Março de 2005

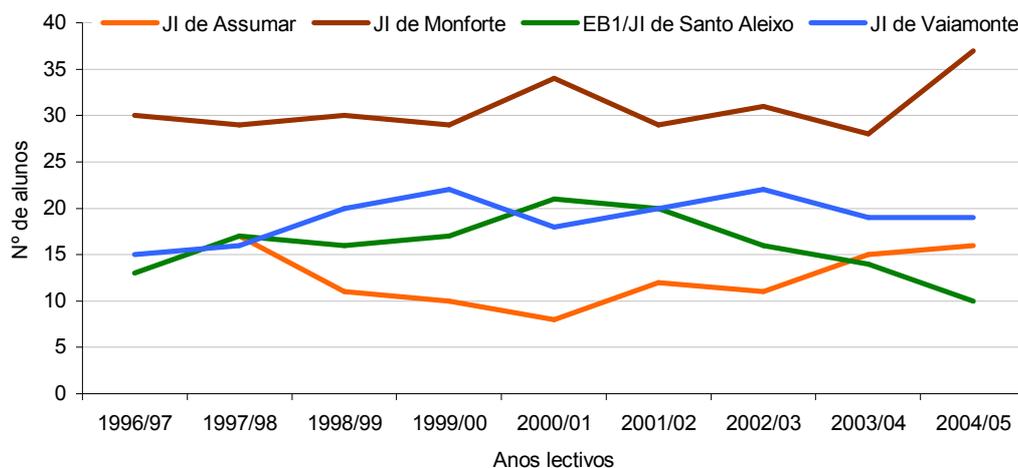
3.2.1 - Educação Pré-escolar

O ensino pré-escolar é fundamental para o desenvolvimento físico e intelectual das crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos. Reconhecida a sua importância, até porque antecede o ensino básico, têm sido realizados esforços por parte das entidades responsáveis para que todas as crianças tenham acesso a este ciclo de ensino. Embora se verifique uma constante quebra na natalidade, a procura destes estabelecimentos tem vindo a aumentar devido a diversos factores sociais (entrada da mulher no mercado de trabalho, redução do tempo disponível para cuidar dos filhos, entre outros). Convém, no entanto, salientar que, segundo a DREA, não existem no município quaisquer crianças em lista de espera para frequentar este ciclo de ensino.

Em 2004/05, das 3121 crianças a frequentar o pré-escolar na NUT II somente 2,6 % (82 crianças) pertenciam ao município de Monforte. Estas 82 crianças inscritas no ensino pré-escolar encontram-se distribuídas por 4 jardins-de-infância da rede pública (Gráfico 24).

Entre 1996/97 e 2004/05 é possível visualizar sucessivas oscilações no número de inscritos no ensino pré-escolar mas, ainda assim, verificou-se, neste período, um aumento no número de crianças de quase 40 %. Estas oscilações estão, directamente, relacionadas com as variações da taxa de natalidade durante ocorridas durante a década de 90. Ao analisar os quatro jardins-de-infância, constata-se que o JI de Monforte registou desde sempre um número de crianças superior ao aos restantes jardins-de-infância. Esta superioridade numérica deve-se ao facto deste JI situar-se na sede do município onde reside mais de 50 % da população do município. Ao invés, o JI de Assumar, uma das freguesias com menor número de habitantes e com um elevado índice de envelhecimento, apresentou até 2002/03 o menor número de crianças inscritas (10). No presente ano lectivo é o JI de Santo Aleixo que menor número de crianças tem (10).

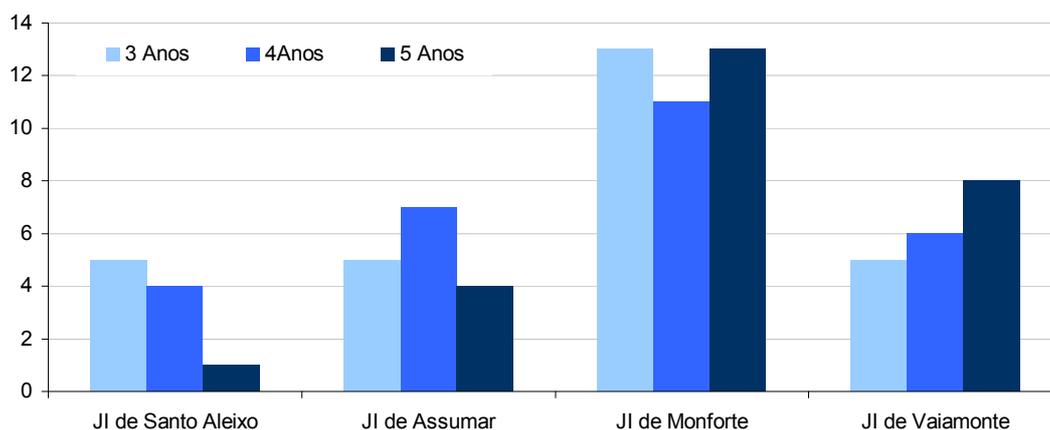
Gráfico 24 - Evolução do Número de Alunos da Educação Pré-Escolar



Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 1996/97-2004/05
Inquérito indirecto, Março de 2005

Em relação às crianças inscritas nos JI por idades (Gráfico 25) constata-se que existe um equilíbrio na sua distribuição: 28 crianças têm 3 anos de idade, 28 têm 4 anos e 26 possuem 5 anos de idade. Este equilíbrio é também visível nos diferentes JI, sendo o JI de Santo Aleixo, a única excepção apresentando apenas uma criança com 5 anos.

Gráfico 25 - Número de Crianças em JI, por idades (2004/05)



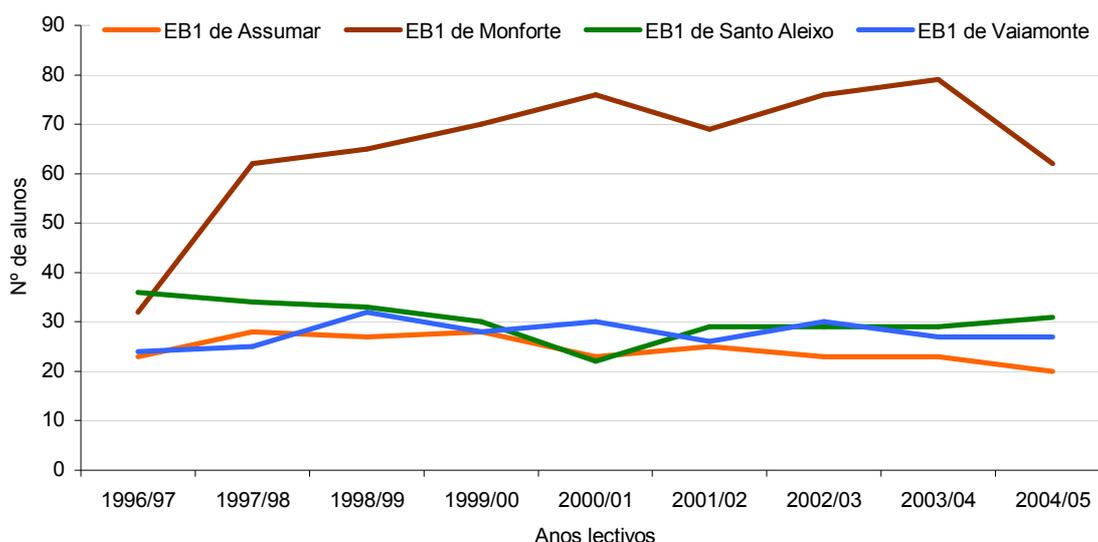
Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 2005
Inquérito indirecto, Março de 2005

3.2.2 - 1º Ciclo do Ensino Básico

O 1º Ciclo do Ensino Básico faz parte da escolaridade obrigatória, ao contrário do Pré-escolar, registando por isso um maior número de alunos inscritos. Em 2004/05, os 4845 inscritos na NUT II, 2,9 % pertenciam ao município em estudo. O número de alunos inscritos – 140 – não é significativo e tem vindo a decrescer acompanhando, deste modo, a tendência nacional e regional. Porém, segundo o INE e o Ministério da Educação, prevê-se que o número de alunos, neste ciclo de ensino, aumente a partir de 2006.

O 1º Ciclo do Ensino Básico, em Monforte, é ministrado em 4 estabelecimentos de ensino (um por cada freguesia) da rede pública (Gráfico 26). De 1996/97 até 2004/05 verificou-se uma constante variação no número de alunos nos vários estabelecimentos, a qual se deve, na maior parte dos casos, à presença de famílias de etnia cigana. Em 1996/97, a EB 2,3 de Monforte detinha 25 alunos no 1º Ciclo do Ensino Básico, contudo, no ano lectivo seguinte encerrou. A EB1 de Monforte destacou-se desde sempre com o maior número de alunos e, em 2004/05, 62 dos 143 alunos do município, ou seja 43 %, frequentam este estabelecimento de ensino. Mais uma vez, o facto de se tratar de um aglomerado de nível I justifica esta realidade. As restantes escolas tendem a estabilizar o seu número de alunos ocorrendo, apenas, pequenas oscilações de ano para ano.

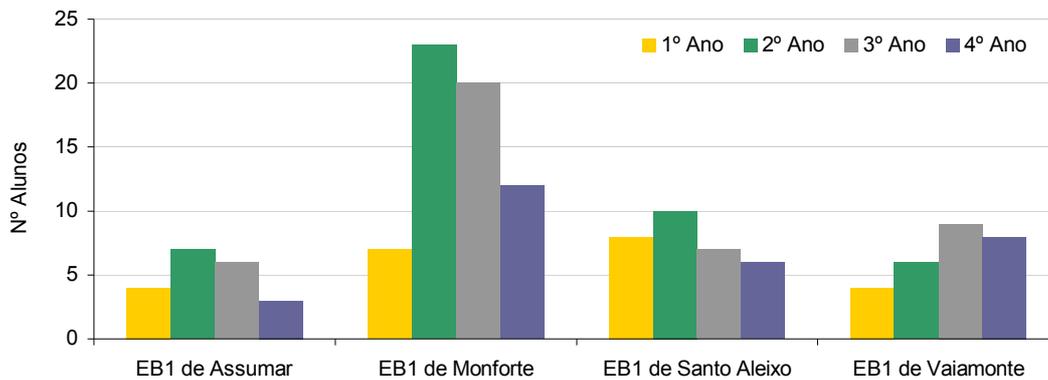
Gráfico 26 - Evolução do Número de Alunos no 1º Ciclo do Ensino Básico



Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 1996/97-2004/05
Inquérito indirecto, Março de 2005

Actualmente, no que concerne ao número de alunos por anos de escolaridade (Gráfico 27), o município conta com 21 alunos no 1º ano; 48 no 2º ano; 42 no 3º e, por último, 29 alunos no 4º ano. À excepção da EB1 de Vaiamonte todas as escolas apresentam um maior número de alunos a frequentar o 2º ano.

Gráfico 27 – Número de Alunos nas EB 1's, por anos de escolaridade (2004/05)



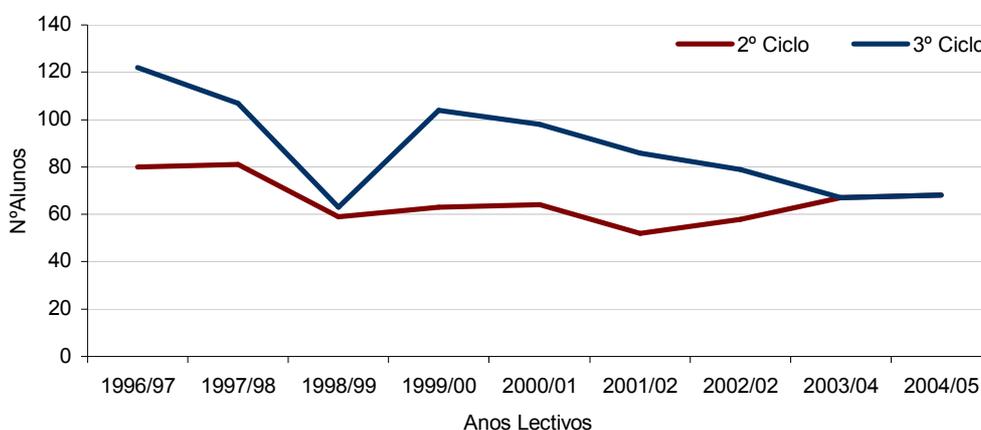
Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 2005
Inquérito indirecto, Março de 2005

3.2.3 - 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

Ao nível do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico verifica-se que o município em estudo apresenta um reduzido número de alunos, quando comparado com a região em que se insere – Alto Alentejo. Embora façam parte da escolaridade obrigatória Monforte, face à NUT II, detém apenas 2,5 % e 1,7 % dos alunos a frequentar o 2º e o 3º ciclo, respectivamente. O 2º ciclo é constituído pelos alunos que frequentam o 5º e o 6º anos de escolaridade e o 3º ciclo pelos alunos do 7º; 8º e 9º anos de escolaridade. Os alunos destes ciclos de ensino frequentam a já referida EB 2,3 de Monforte.

Ao analisar a evolução do número de alunos no 2º e 3º ciclos de ensino (Gráfico 28) constata-se que, durante o período em análise, houve um decréscimo em ambos os ciclos de ensino. No 2º Ciclo do Ensino Básico, entre 1996/97 e 2004/05, ocorreram algumas oscilações no número de alunos matriculados, porém, o decréscimo foi evidente. Em relação ao 3º Ciclo do Ensino Básico, esse decréscimo foi ainda mais notório, uma vez que, desde 1996/97 até 2004/05, houve uma redução de 54 alunos do 3º ciclo.

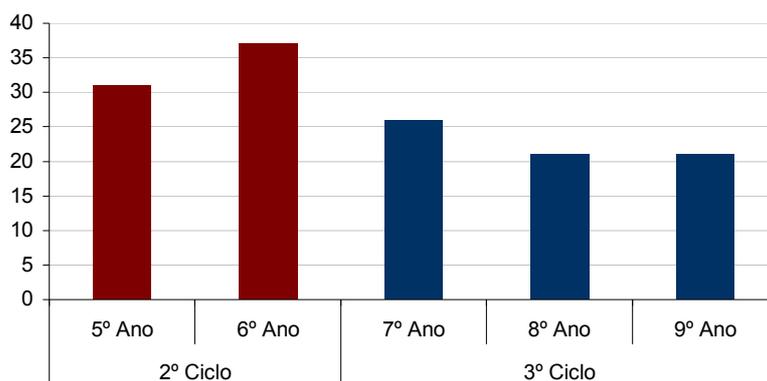
Gráfico 28 – Evolução Nº de Alunos – EB 2/3 de Monforte



Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 1996/97-2004/05
Inquérito indirecto, Março de 2005

Relativamente, à distribuição do número de alunos por anos de escolaridade (Gráfico 29) verifica-se que, no presente ano lectivo, existem mais alunos a frequentar o 5º e 6º anos de escolaridade, ou seja, o 2º ciclo do ensino básico. No 3º Ciclo do Ensino Básico existe um maior equilíbrio no número de alunos por anos de escolaridade embora o 7º ano apresente mais alunos (26) do que o 8º e 9º anos (ambos com 21 alunos).

Gráfico 29 – Número de Alunos da EB 2,3 de Monforte, por anos de escolaridade (2004/05)



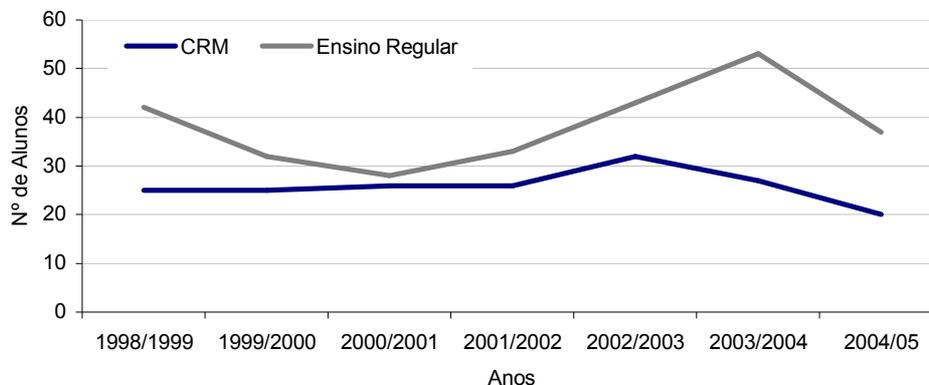
Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 2004/05
Inquérito indirecto, Março de 2005

3.2.4 - Ensino e Educação Especial

Em Monforte, os alunos alvo de ensino especial estão distribuídos entre as escolas de ensino regular (com casos menos graves, numa perspectiva de integração e socialização) e no CRM – Centro de Recuperação de Menores do Assumar, uma instituição de âmbito nacional que funciona em regime de internato com crianças do sexo feminino, especialmente com necessidades educativas especiais (NEE) profundas. No entanto, no CRM existem igualmente turmas do 1º Ciclo de ensino básico (do 1º ao 4º ano).

No Gráfico 30, verifica-se que a maioria destes alunos se encontra a frequentar o ensino regular, no entanto, o número de alunos no CRM apresentou um crescimento progressivo, mantendo uma oscilação entre 25 a 32 alunos no período de 1998/99 a 2003/2004. Contudo, nos dois últimos anos lectivos a tendência tem sido uma quebra no número de alunos.

Gráfico 30 - Evolução do Número Alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE)



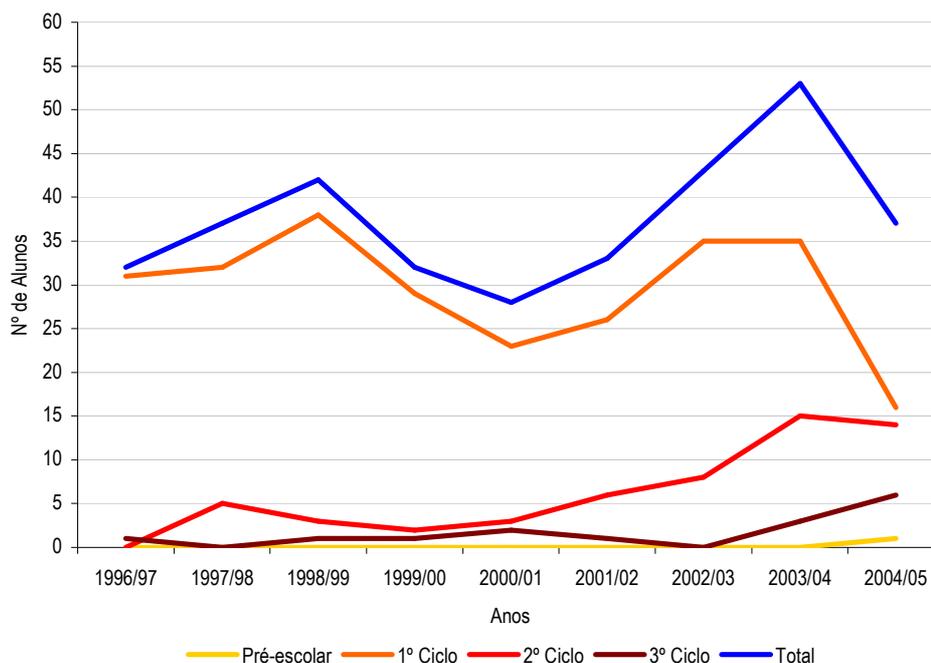
Fonte: Inquérito indirecto, Março de 2005

DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 1998/99-2004/05

No que respeita ao número de alunos integrados no ensino regular, este tem sofrido uma oscilação significativa o longo dos anos (Gráfico 31). No período de 1998/99 a 2000/01, ocorreu um decréscimo que se ficou a dever à diminuição do número de alunos integrados no 1º ciclo do ensino básico.

Entre 2000/01 e 2003/04, o número de alunos integrados no ensino regular registou um aumento em grande parte devido à evolução positiva que ocorreu nos 1º e 2º ciclos. Já em 2004/05, verificou-se uma quebra acentuada do número de alunos, em grande parte, devido à redução que ocorreu no 1º ciclo. É também de notar, neste ano, a integração de um aluno NEE no pré-escolar, situação que ocorreu pela primeira vez no período em estudo.

Gráfico 31 - Evolução do Número de Alunos NEE Integrados no Ensino Regular



Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 1996/97-2004/05
Inquérito indirecto, Março de 2005

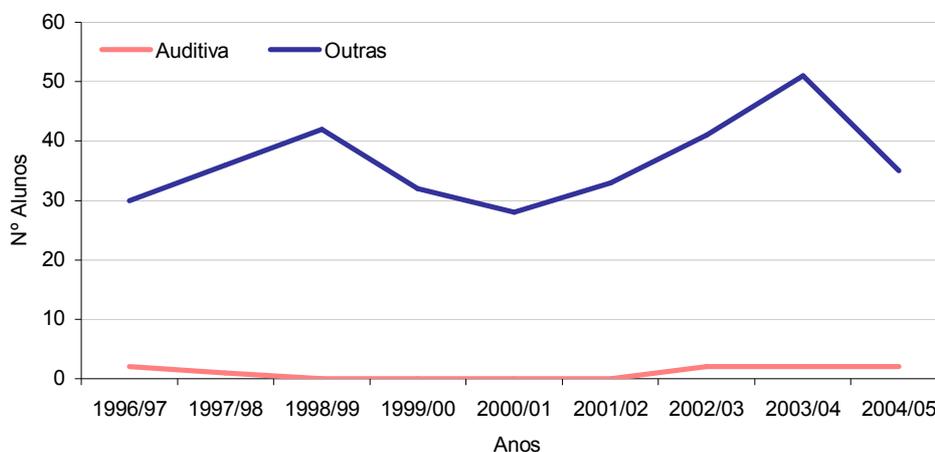
Do número de alunos NEE integrados no ensino regular, a grande maioria está integrado no 1º Ciclo do ensino Básico, apesar de ter registado uma diminuição acentuada no último ano lectivo.

Segue-se o 2º Ciclo, no qual se nota um significativo aumento desde 1999/00 até 2003/04, passando de 2 alunos para 15 alunos NEE. Apesar disso, em 2004/05 o número de alunos deixou de aumentar e ocorreu mesmo uma ligeira diminuição.

No 3º Ciclo o número é pouco significativo mas apresenta uma tendência para aumentar desde 2002/03. Já no pré-escolar, e como referido anteriormente, apenas em 2004/05, foi integrado um aluno NEE.

No que respeita ao grau de deficiência dos alunos integrados, unicamente existem dois tipos, o Auditivo e Outros⁷, existindo poucos alunos com necessidades de apoio ao nível auditivo, com uma ocorrência municipal de 1 ou 2 alunos por ano, e nem todos os anos existem alunos com este grau de deficiência. Já no que respeita a alunos com necessidades integradas na categoria de outros, é onde se integram quase a totalidade dos alunos com necessidades educativas especiais, como é visível no gráfico 32.

Gráfico 32 - Evolução do Número de Alunos Com Necessidades Especiais, no Ensino Regular por Deficiência



Fonte: Inquérito indirecto, Março de 2005
DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 1996/97-2004/05

⁷ Inclui alunos com problemas graves de comunicação/ linguagem/ fala, problemas emocionais e de personalidade, problemas de saúde física e outras necessidades especiais.

3.2.5 - Percursos Educativos e Formativos após o 9º ano

Ensino Secundário

A frequência do Ensino Secundário é, actualmente, facultativa, no entanto, com a Proposta de Alteração à Lei de Bases do Sistema de Ensino - Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro, este nível de ensino poderá vir a ser, a partir do ano lectivo de 2005/2006 “universal, obrigatório e gratuito e terá a duração de seis anos” divididos em dois ciclos de três anos cada⁸. Actualmente, o Ensino Secundário corresponde ao 10º; 11º e 12º anos de escolaridade e, além disso, é feita neste ciclo de ensino a escolha de uma área de interesse pessoal, ou seja, a matéria leccionada deixa de ser igual para todos como acontece até ao 9º de escolaridade.

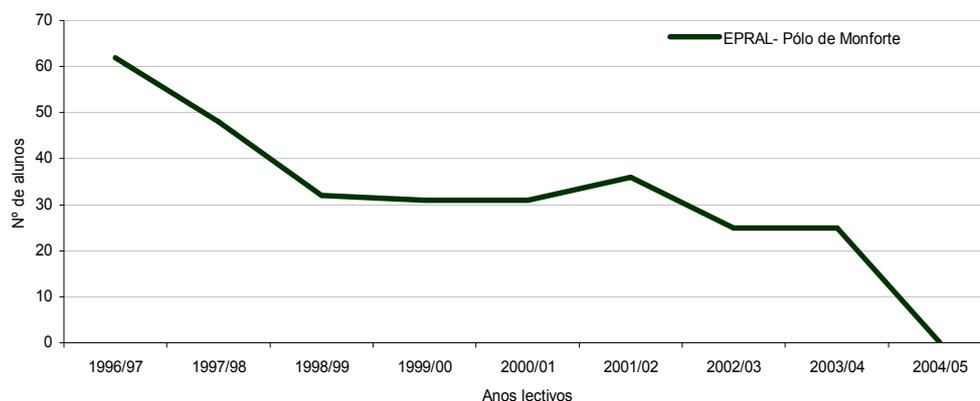
Actualmente, Monforte não possui qualquer estabelecimento de ensino secundário, portanto, dos 4021 alunos matriculados no ensino secundário na NUT II nenhum se encontra a estudar no município em estudo. De um modo geral, tem-se verificado uma tendência para o decréscimo dos alunos matriculados neste ciclo de ensino e, Monforte não é excepção (Gráfico 33).

O município de Monforte teve, desde 1992, uma escola privada onde foi ministrado o ensino secundário: Escola Profissional da Região Alentejo (EPRAL) - pólo de Monforte. O número de alunos matriculados na EPRAL, no período em análise, registou uma quebra de 1996/97 até 2000/01, passando de 62 para 31 alunos. Em 2001/02, recuperou ligeiramente o número alunos (36), porém, no ano lectivo seguinte voltou a perder população escolar. A única oferta de ensino secundário até ao momento existente encontra-se no presente ano lectivo encerrada, portanto, todos os alunos que pretendam prosseguir os seus estudos terão, obrigatoriamente, de se deslocar para outros municípios vizinhos.

⁸ Número 1 do Artigo 16 “

a) No primeiro ciclo, o ensino organiza-se segundo um plano curricular unificado, que integre coerentemente áreas vocacionais diversificadas, podendo conter áreas não disciplinares, destinadas à articulação de saberes, ao desenvolvimento de métodos de trabalho e de estudos e à obtenção de formações complementares em regime de um professor por grupo de disciplinas;

b) No segundo ciclo o ensino organiza-se por disciplinas podendo conter áreas não disciplinares, destinadas à articulação de saberes, ao desenvolvimento de métodos de trabalho e de estudo e à obtenção de formações complementares, e desenvolve-se predominantemente em regime de um professor por disciplina”.

Gráfico 33 - Evolução do Número de Alunos no Ensino Secundário Privado

Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 1996/97-2004/05

Ensino Recorrente e Extra-escolar

O Ensino Recorrente é vocacionado para formar indivíduos que já se encontram em idade adulta. A existência deste tipo de ensino significa dar uma nova oportunidade aqueles, que por diversos motivos, não frequentaram ou abandonaram o 1º; 2º ou 3º Ciclos de Ensino Básico. Por sua vez, a Educação Extra-Escolar abrange um conjunto de actividades educativas – formais ou não formais - que se processam fora do sistema de ensino não tendo por objectivo a obtenção de um diploma escolar.

Actualmente, Portugal é um dos países da Europa que menor taxa de literacia apresenta e, por isso, a presença destas formas de educação são fundamentais. Em Monforte, a taxa de analfabetos com mais de 10 anos e dos indivíduos sem nenhum nível de ensino atinge proporções elevadas e, por isso, também aqui a presença deste tipo de ensino se torna elementar.

No que se refere ao Ensino Recorrente, e de acordo com os dados disponíveis pela DREA, verifica-se que em Monforte existiam, em 2003/04, 34 alunos a frequentar o 1º ano de escolaridade do 1º Ciclo do Ensino Básico. Estes 34 alunos frequentaram a EB 2,3 de Monforte e estavam distribuídos por 3 turmas existindo 1 professor por cada turma. Nos restantes anos de escolaridade e ciclos de ensino não foram contabilizados alunos. No presente ano lectivo, segundo o Inquérito realizado à EB 2,3 de Monforte, houve uma melhoria significativa na adesão a este tipo de ensino. Assim,

existem 32 indivíduos a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico: 12 em Monforte; 10 em Vaiamonte e 10 em Santo Aleixo.

No que concerne aos Cursos de Educação Extra-Escolar, o município conta com 3 cursos: Língua Espanhola Iniciação; Arte Aplicada e Corte e Costura. O curso Língua Espanhola Iniciação está a decorrer em Monforte e conta com 15 formandos. Em Vaiamonte, existem 12 Formandos a frequentar o curso de Arte Aplicada e 11 formandos no curso Corte e Costura. Por último, em Santo Aleixo, existem 10 formandos a frequentar o curso de Corte e Costura.

Ensino Superior

No que respeita ao Ensino Superior, Monforte não apresenta qualquer estabelecimento de ensino, quer público quer privado. É por esta razão que todos os alunos que pretendam seguir o Ensino Superior terão que optar por qualquer outra cidade que tenha este tipo de estabelecimento. Os organismos mais próximos são o IPP (Instituto Politécnico de Portalegre) ou o Campus da Universidade da Extremadura, em Badajoz, a cerca de 30km ou a Universidade de Évora a 70Km.

3.2.6 - Cenário Prospectivo da População Escolar até ao ano lectivo 2010/11

Com o objectivo de promover um melhor (re)ordenamento da rede escolar para o futuro, torna-se necessário tentar projectar a população escolar para o futuro mais próximo, tentando que a oferta se adapte, correctamente, à procura de estabelecimentos de ensino.

Para a projecção da população escolar até ao ano lectivo 2010/11, foram utilizados os dados cedidos pela DREA na publicação Projecções Demográficas da População Escolar (DREA, 2004).

A metodologia utilizada para este estudo foi a do Cohorte-Survival controlada pelos níveis das Tábuas-Tipo de Princeton. Não foram elaborados cenários alternativos que pudessem representar diferentes evoluções possíveis da população. Foi construído apenas um cenário com base numa tendência pesada. Esta tendência pressupõe que a evolução para o futuro se fará da mesma forma que se fez até ao presente momento.

Foram tidos como dados de base, o número de alunos inscritos nos anos lectivos 2001/02, 2002/03 e 2003/04, nos diversos níveis de ensino, e, a partir daí, foi calculada a evolução dos alunos para os anos lectivos seguintes.

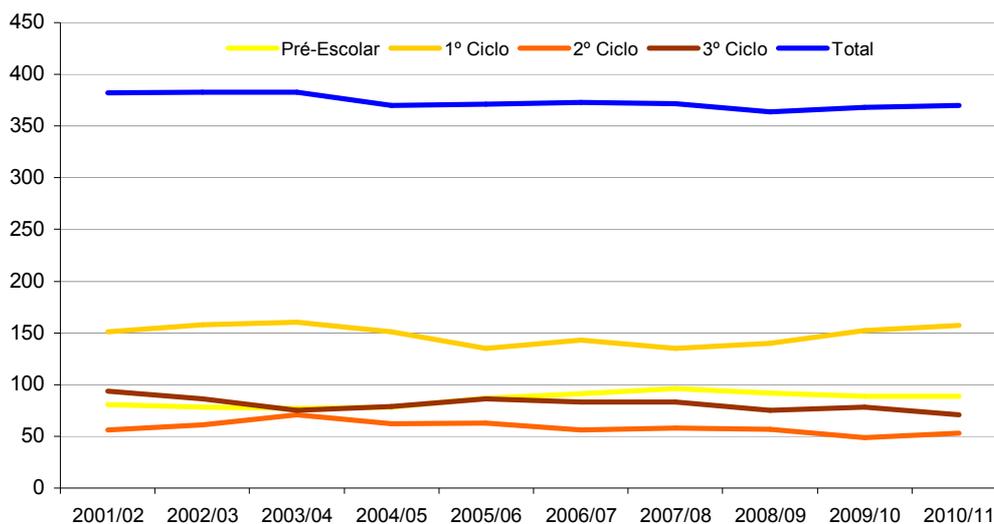
Analisando as projecções resultantes para o ano lectivo 2010/11, por ciclos de ensino, (Gráfico 34), verifica-se que o total de alunos irá sofrer algumas oscilações suaves mas a tendência será para uma diminuição dos alunos. Assim, entre 2001/02 e 2010/11 prevê-se uma diminuição de 382 para 370 alunos.

No que se refere à projecção dos diversos níveis de ensino, o 1º ciclo continuará a ser o nível de ensino com mais alunos apresentando mesmo um aumento de 6 alunos, de 151 para 157 alunos entre 2001/02 e 2010/11.

As projecções do pré-escolar apontam para um ligeiro aumento do número de inscritos, sendo mesmo este o nível de ensino com um maior aumento. Se comparado com os dados de 2001/02, em que se registavam 81 inscritos, existiu um aumento de 8 inscritos, visto que, em 2010/11 se espera que existam 89 inscritos.

Os 2º e 3º ciclos apresentam ambos uma tendência para a redução do número de alunos. No caso do 2º ciclo, no período em análise, a redução será bastante ligeira com a diminuição de apenas 3 alunos, de 56 para 53 alunos. Já o 3º ciclo apresenta a maior redução de todos os níveis de ensino ao passar de 94 para 71 alunos, o que representa uma redução de 23 alunos entre 2001/02 e 2010/11.

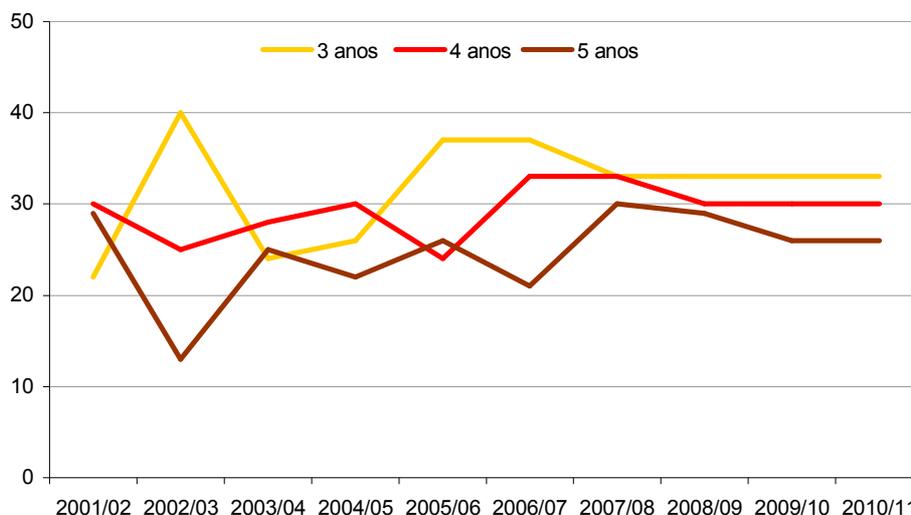
Gráfico 34 – Projecção do número de alunos, por ciclos, até ao ano lectivo 2010/11



Fonte: DREA

Dentro de cada nível de ensino é possível também verificar qual é a variação prevista para os anos de idade ou de escolaridade que o integram e perceber qual será a tendência de cada um (Gráfico 35).

No que se refere ao pré-escolar, verifica-se que o número de inscritos com 3 anos, apesar de algumas oscilações, irá, no período projectado, aumentar de 22 alunos para 33 alunos. Já o número de inscritos com 4 anos irá sofrer oscilações, no entanto, em 2010/11 prevê-se que existam 30 inscritos, tal como acontecia em 2001/02. O número de inscritos com 5 anos irá, depois de algumas oscilações, sofrer uma ligeira redução perdendo um total de 3 inscritos, passando de 29 para 26.

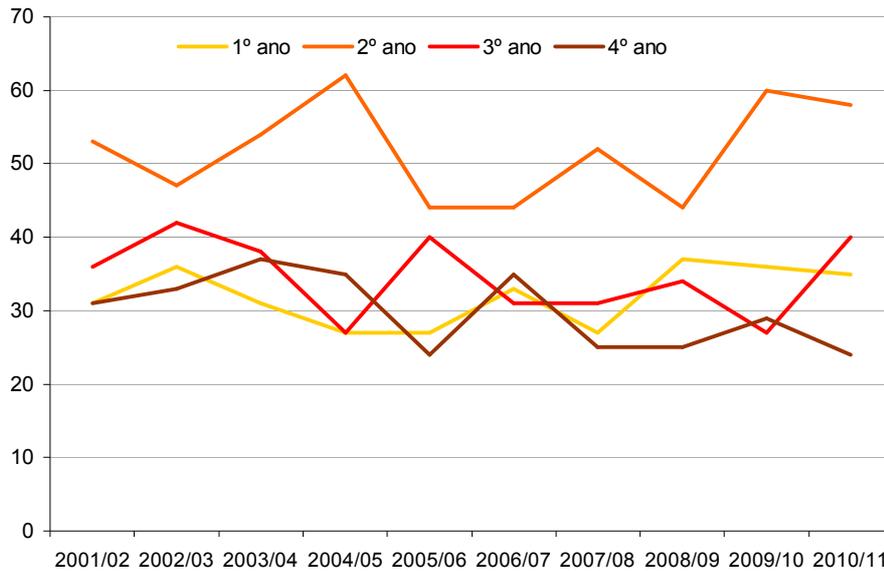
Gráfico 35 - Projecções do n.º de alunos no pré-escolar, por anos de idade, até 2010/11

Fonte: DREA

No 1º ciclo, verifica-se que a projecção prevê algumas oscilações nos diversos anos de escolaridade que o compõem. Analisando o Gráfico 36 verifica-se que o 2º ano do ensino básico é aquele que, inicialmente, tinha mais alunos e prevê-se que continuará a sê-lo, sendo mesmo o ano de escolaridade para o qual está previsto o maior aumento. Está previsto um aumento de 5 alunos correspondentes à passagem de 53 alunos, em 2001/02, para 58, em 2010/11.

Para os 1º e 3º anos do 1º ciclo está previsto um aumento semelhante do número de alunos. Assim, e embora ambos registem oscilações distintas, para ambos se prevê um aumento de 4 alunos, sendo que o 1º ano passará de 31 para 35 alunos e o 3º ano passará de 36 para 40 alunos.

O 4º ano do 1º ciclo é o único para o qual está projectada uma diminuição do número de alunos. Em 2001/02, estavam 31 alunos inscritos no 4º ano e, para 2010/11, projecta-se que existam apenas 24 alunos inscritos, ou seja, uma diminuição de 7 alunos.

Gráfico 36 - Projecções do nº de alunos no 1º ciclo, por anos de idade, até 2010/11

Fonte: DREA

No que se refere aos anos de escolaridade que compõem o 2º ciclo do ensino básico, as projecções prevêem que estes venham a ter evoluções distintas até ao ano lectivo 2010/11 (Gráfico 36). Desta forma, o número de alunos no 5º ano, quando comparando o ano de 2001/02 e o ano de 2010/11, aumentará muito ligeiramente, passando de 31 para 32 alunos.

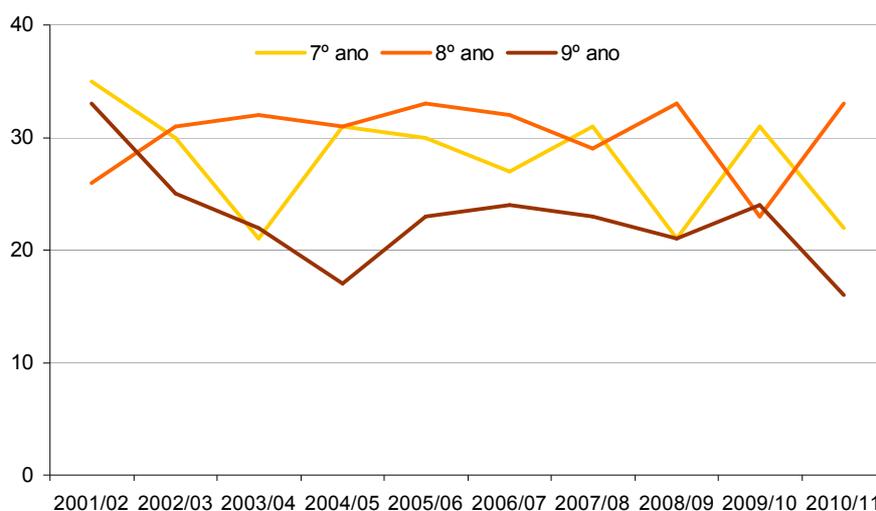
Por seu lado, o número de alunos do 6º ano, quando comparado o mesmo intervalo temporal, sofrerá uma redução de 4 alunos, sendo que passará de 25 para apenas 21 alunos em 2010/11.

Gráfico 37 - Projeções do nº de alunos no 2º ciclo, por anos de idade, até 2010/11

Fonte: DREA

No que se refere ao 3º ciclo (Gráfico 38) apenas no 8º ano se prevê que apresente um aumento do número de alunos. Segundo a projecção, o 8º ano registará um aumento de 7 alunos, passando de 26 alunos, em 2001/02, para 33 alunos, em 2010/11.

Os 7º e 8º anos são os que mais contribuem para a diminuição que se prevê que ocorra no 3º ciclo do ensino básico. Para o 7º ano prevê-se que ocorra uma diminuição de 13 alunos até ao ano lectivo de 2010/11. Já a diminuição no 9º ano é ainda mais acentuada passando o número de inscritos de 33, em 2001/02, para apenas 16 alunos em 2010/11, perfazendo uma perda de 17 alunos, ou seja, uma redução para menos de metade dos alunos.

Gráfico 38 - Projecções do nº de alunos no 3º ciclo, por anos de idade, até 2010/11

Fonte: DREA

Em suma, através da projecção não se prevê um decréscimo muito acentuado da população escolar no município de Monforte. Ainda assim, quando se analisa os ciclos de ensino em separado, verifica-se que existem alguns que são mais afectados por este decréscimo do que outros.

Apesar disso, em todos os casos podem constatar-se que os valores sofrem grandes oscilações ao longo dos anos. Estas oscilações podem reflectir diversos factores podendo ser um dos mais importantes a existência de um número significativo de habitantes de etnia cigana, que muitas das vezes só frequentam a escola um ou dois anos, devido à constante

3.3 - A oferta de Educação, Ensino e Formação

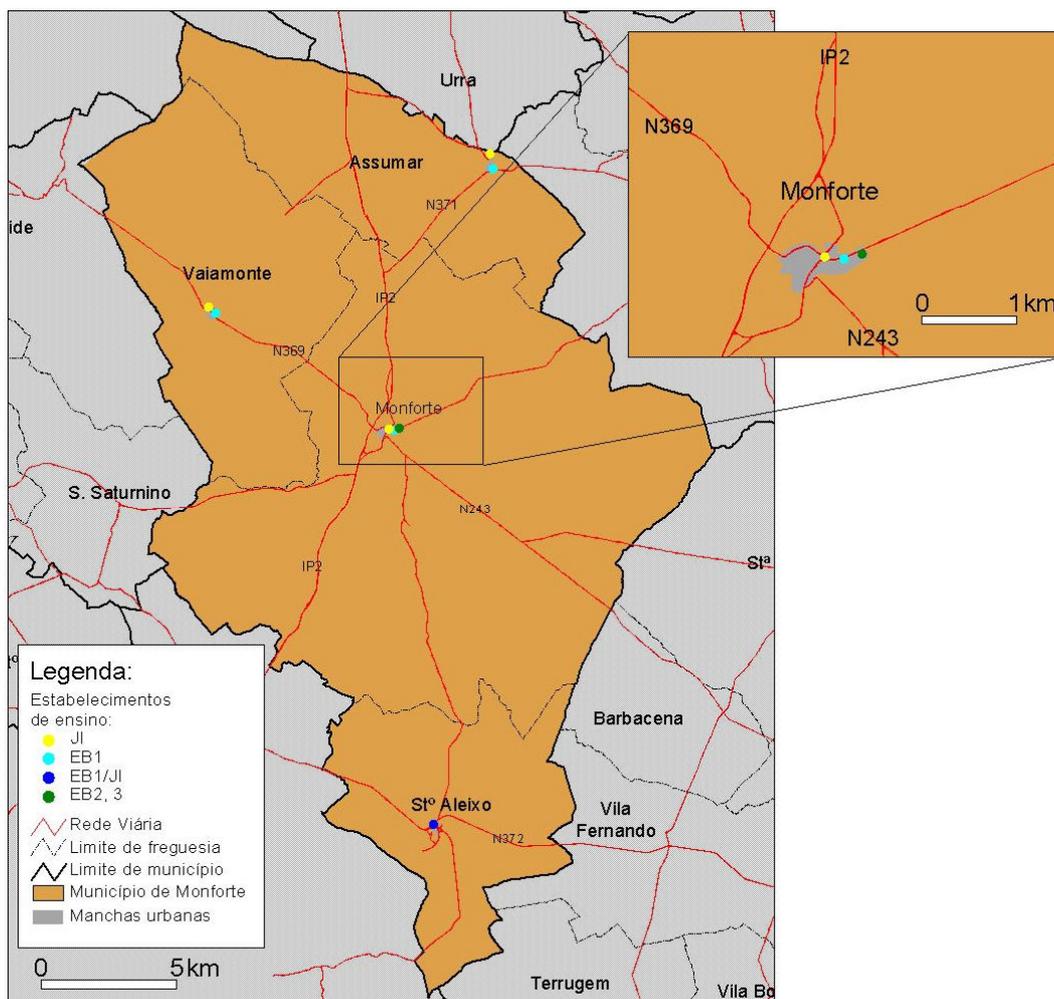
A rede educativa⁹ do município de Monforte, ou seja, a forma como os edifícios se configuram no território municipal (Mapa 4) é, no ano de 2004/05, equilibrada já que todas as freguesias se encontram servidas de JI e EB1's. Na sede do município é também ministrado o 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico garantindo, desta forma, a todos os jovens do município a escolaridade obrigatória. Em contrapartida, os que querem seguir o seu percurso escolar, ou seja, frequentar o ensino secundário terão de se deslocar a outro município vizinho porque, em Monforte, não existe nenhum estabelecimento para esse efeito.

O território educativo do município é formado apenas por um agrupamento – o Agrupamento de Escolas de Monforte. Este agrupamento é constituído por 8 estabelecimentos de ensino, todos tutelados pelo Ministério da Educação. Cinco das unidades consideradas abrangem a escolaridade obrigatória, isto é, o 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, e quatro destinam-se à educação pré-escolar (de frequência facultativa). Convém, no entanto, salientar que a escola em Santo Aleixo integra o ensino pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico (Tabela 16 e Mapa 4).

O Agrupamento de Escolas de Monforte, criado através do ordenamento jurídico de autonomia e gestão das escolas (D. L. 115-A/98 de 5 de Maio), enquadra-se no tipo de Agrupamento Vertical, isto é, integra todos os estabelecimentos de educação (desde do pré-escolar até ao 3º ciclo do ensino básico) existentes no município.

⁹ Entende-se por “rede educativa a configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em actividades escolares, afectos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, visando à sua adequação às orientações e objectivos de política educativa, nomeadamente os que se referem à utilização mais eficiente dos recursos e à complementaridade das ofertas educativas, no quadro de correcção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino de todas as crianças e alunos” (art. 13, Decreto-Lei n.º 7/2003).

Mapa 4 - Rede Educativa do Município de Monforte



Fonte: IGP Elaboração: AMNA

Tabela 16 - Rede Educativa do Município de Monforte, no ano lectivo 2004/05

Freguesia	Estabelecimento de Educação e Ensino	
	Educação pré-escolar	
Assumar	Jardim-de-infância de Assumar	
Monforte	JI de Monforte	
Santo Aleixo	EB1/JI de Santo Aleixo	
Vaiamonte	Jardim-de-infância de Vaiamonte	
Ensino Básico - 1.º Ciclo		
Assumar	EB1 de Assumar	
Monforte	EB1 de Monforte	
Santo Aleixo	EB1/JI de Santo Aleixo	
Vaiamonte	EB1 de Vaiamonte	
Ensino Básico - 2.º Ciclo		
Monforte	EB 2,3 de Monforte	
Ensino Básico - 3.º Ciclo		
Monforte	EB 2,3 de Monforte	

Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 2004/05

Inquérito indirecto, Março de 2005

3.3.1 - Educação Pré-escolar

Apesar de facultativa, têm sido realizados esforços para tornar esta primeira etapa da educação universal e em condições de igualdade independentemente dos rendimentos familiares auferidos.

Actualmente, a programação destes equipamentos visa cobrir, apenas, 90 %, das crianças deste grupo etário, no entanto, no município em estudo existe uma cobertura de 100 %, já que não existem, segundo a DREA, nenhuma criança em lista de espera, o que não significa que todas as crianças frequentem este tipo de estabelecimentos (podem estar com mães e/ou familiares).

No município em estudo, existem 4 estabelecimentos de ensino pré-escolar que se distribuem pelas suas respectivas freguesias, são eles: o JI de Assumar, JI de Monforte, EB1/JI de Santo Aleixo e JI de Vaiamonte (Figuras 1; 2; 3 e 4).

Figura 1 - JI Assumar



Figura 2 - EB1/JI Santo Aleixo



Figura 3 - JI Vaiamonte



Figura 4 - JI Monforte



Os estabelecimentos de ensino pré-escolar acima mencionados são de tutela pública e, todos, funcionam em regime normal e a sua área de irradiação corresponde aos limites administrativos da freguesia em que se encontram inseridos (Tabela 17). O único JI cuja área de irradiação corresponde à escala municipal é o de Monforte. Esta situação deve-se, na grande parte dos casos, ao facto dos pais trabalharem na sede e trazerem consigo os seus filhos.

Tabela 17 - JI's de Monforte: Tutela, Regime de Funcionamento, Área de Irradiação

Freguesia	Estabelecimentos	Tutela	Regime de Funcionamento	Área de Irradiação
Assumar	JI de Assumar	Público	Normal	Freguesia
Monforte	JI de Monforte	Público	Normal	Concelho
Santo Aleixo	EB1/JI de Santo Aleixo	Público	Normal	Freguesia
Vaiamonte	JI de Vaiamonte	Público	Normal	Freguesia

Fonte: Inquérito indirecto, Março de 2005

3.3.1.1 - Caracterização Física dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar

Todos os estabelecimentos de ensino têm de reunir um conjunto de condições que permitam aos seus alunos, no caso, às suas crianças desenvolver as suas capacidades físicas e intelectuais. Embora as educadoras (es) de infância e as auxiliares tenham um papel determinante para o seu crescimento saudável existem outros factores que as/os ultrapassam.

Em relação às instalações (Tabela 18) constata-se que todos os estabelecimentos, à excepção do JI de Vaiamonte que se encontra a funcionar numa casa de habitação, possuem instalações próprias. O JI de Assumar é o único estabelecimento que apresenta bom estado de conservação, interior e exterior, facto que está directamente relacionado com o seu ano de construção – 2001. Pelo contrário, o JI de Vaiamonte apresenta um interior mal conservado necessitando de profundas obras de melhoramento ou mesmo, como se encontra previsto, a construção de um novo espaço para alojar este estabelecimento.

Tabela 18 - JI's de Monforte: Estado de Conservação; Instalações e Ano de Projecto

Estabelecimentos	Estado de Conservação		Instalações	Ano
	Interior	Exterior		
JI de Assumar	Bom	Bom	Próprias	2001
JI de Monforte	Razoável	Bom	Próprias	1907
JI de Vaiamonte	Mau	Razoável	Adaptadas – Casa de Habitação	NR
EB1/JI de Santo Aleixo	Razoável	Razoável	Próprias	NR

Fonte: Inquérito indirecto, Março de 2005

Para além das condições físicas do próprio estabelecimento de ensino, é necessário ter outros elementos em consideração. A existência de instalações complementares é também determinante para assegurar a qualidade do ensino. Assim, os espaços de apoio (recreio; jardim; bar; cozinha; refeitório; biblioteca; sala de convívio), as instalações desportivas (ginásio, polidesportivo, tanques de aprendizagem e balneários) bem como os ATL – Actividades de Tempo Livres contribuem, indubitavelmente, para o sucesso da educação. Neste aspecto, constata-se que o JI de Assumar apenas possui um recreio e ATL. Embora o recreio esteja em bom estado de conservação o ATL além de funcionar na antiga Junta de Freguesia é considerado em mau estado, no entanto, no final do ano lectivo 2004/05 este ATL passará a funcionar no Centro Cultural. O JI de Monforte tem ao seu dispor recreio considerado

em bom estado de conservação; ATL a funcionar no Centro Comunitário e de Convívio e ainda beneficia do refeitório da EB 2,3 de Monforte. Em Vaiamonte, o JI conta com um pequeno recreio; um pequeno refeitório e ainda com ATL (em mau estado de conservação). Por último, o JI de Santo Aleixo apresenta uma sala de apoio em razoável estado de conservação, um recreio nas mesmas condições mas sem vedação e ainda com um refeitório e ATL, ambos a funcionar na antiga escola primária e ambos em mau estado de conservação. É ainda de referir que todos JI's contam, para além do horário normal, com animadores culturais que asseguram as ATL. No que se refere a refeitório/cantina, todas as crianças e alunos de todos os estabelecimentos têm acesso a refeições, que são confeccionadas na EB 2,3 de Monforte. Em alguns casos os alunos têm de se deslocar a outro estabelecimento para realizar as refeições, como é o caso dos alunos da EB1 de Vaiamonte que se deslocam ao JI de Vaiamonte.

No que concerne a instalações complementares, todos os JI's analisados, apresentam poucas instalações complementares e, na grande parte dos casos, encontram-se em mau estado de conservação. No que se refere a instalações desportivas, todas as crianças dos JI frequentam, semanalmente, aulas de apoio em que se inserem actividades desportivas, e frequentam uma vez por semana a piscina municipal, em Monforte. Além disso, nenhum dos espaços escolares dos JI's em questão são aproveitadas pela comunidade.

O bom funcionamento destes estabelecimentos está ainda relacionado com o saneamento, redes de infra-estruturas e comunicações existentes (Tabela 19). Todos os JI's em análise apresentam quase todas as condições básicas para garantir um bom funcionamento, nomeadamente, sanitários; água; electricidade; esgotos; aquecimento; telefone; computador e Internet. Porém existem algumas excepções, assim, o JI de Assumar não possui telefone; os JI's de Monforte e de Vaiamonte não têm ligação à Internet e a ligação da Internet existente no JI de Santo Aleixo é má. O JI de Vaiamonte considera ainda que os sanitários são insuficientes para os utilizadores que este apresenta. Atendendo à constante necessidade de integrar as crianças na actual Sociedade de Informação verifica-se que, neste sentido, estão evidenciadas algumas carências (baixo número de computadores e ligações à Internet). Em relação ao estado de conservação do saneamento e das rede de infra-estruturas e comunicações todas as instituições de educação pré-escolar a consideram-nas razoáveis e/ou boas.

Tabela 19 - N.º de Computadores nos Estabelecimentos de Educação Pré – Escolar

Estabelecimentos	N.º de Computadores	Ligação à Internet
Jl de Assumar	1	Sim
Jl de Monforte	1	Não
Jl de Vaiamonte	1	Não
EB1/Jl de Santo Aleixo	3 (apenas 1 está actualizado)	Sim

Fonte: Inquérito indirecto, Março de 2005

3.3.1.2 - Segurança, Acessibilidade e Recursos Humanos

O bem estar das crianças que frequentam o ensino pré-escolar está, intimamente, relacionado com a segurança. Para que as condições mínimas de segurança possam ser garantidas é necessário possuir: plano de evacuação; saída de emergência; sistema de alarme; guarda nocturno; sinalização e passadeiras. O JI de Assumar e o JI de Monforte não verificam nenhuma das condições acima mencionadas. O JI de Vaiamonte possui somente passadeiras e o de Santo Aleixo além de passadeira possui também um sistema de sinalização. Assim, de um modo geral, verifica-se que a segurança das crianças não é garantida.

Em relação à acessibilidade, nenhuma das crianças dos JI's utiliza Transporte Público e, por isso, a deslocação das crianças é feita a pé ou por transporte particular (automóvel dos pais). Segundo as normas de programação, o tempo aceitável para a deslocação das crianças entre o seu local de residência e o seu JI é de 15 minutos a pé ou 20 minutos em transporte público. Segundo o inquérito realizado, as crianças inscritas no JI de Vaiamonte gastam no mínimo 5 e no máximo 10 minutos na deslocação casa-escola. As crianças residentes em Vaiamonte gastam, no máximo, 10 minutos na sua deslocação pedonal. Os restantes JI's não responderam ao inquérito.

Por último, mas não menos importante, é necessário analisar os recursos humanos que cada JI envolve no seu funcionamento diário. Na maior parte dos casos, o número de docentes e auxiliares varia de acordo com o número de crianças que cada JI tem. O JI de Assumar conta apenas com 1 docente e com 1 auxiliar de acção educativa, facto que se justifica pelo seu reduzido número de crianças – 16 - e, para o prolongamento do horário, tem ainda um animador cultural. Em Monforte, existem mais crianças a frequentar o JI – 37 – e, por isso, existem 2 educadoras (es) de infância e 2 auxiliares (um docente e um auxiliar por cada sala). O JI de Vaiamonte apresenta 2 docentes e 2 auxiliares (um dos quais é cedido pela junta de freguesia), porém, conta apenas com 19 crianças. A presença de 2 docentes pode estar, no entanto, relacionada com facto de uma das crianças apresentar necessidades educativas especiais (NEE) devido a problemas relacionados com a visão. Em Santo Aleixo existem 3 docentes e 4 auxiliares de acção educativa(uma das quais é da junta de freguesia), embora, existam apenas 10 crianças no JI. Esta situação deve-se fundamentalmente, ao facto, de se tratar de EB1/JI, portanto, tudo leva a crer que exista 1 docente e um auxiliar para as crianças do pré-escolar e que os restantes

docentes e auxiliares sejam do 1º ciclo do ensino básico. Porém, existe uma criança de 3 anos que apresenta problemas de comunicação/linguagem – fala, podendo exigir recursos humanos mais especializados (docente) ou requerer um pessoa a tempo inteiro (auxiliar).

3.3.1.3 - Capacidade e Taxas de Ocupação

Ao construir um edifício escolar é definido, à partida, a sua capacidade, ou seja, é necessário responder a algumas questões, nomeadamente, uma sala quantos alunos comporta e quantas salas terá o edifício? A capacidade de um edifício é estabelecida de acordo com a sua tipologia; localização geográfica, entre muitos outros factores. Por sua vez, de ocupação define-se como a relação entre a capacidade do edifício escolar em regime normal de funcionamento e o número de alunos que o frequentam em período diurno.

Segundo as normas de programação dos equipamentos a programação de um JI deve obedecer ao seguinte critério: o número de crianças por educador deve ser no mínimo 20 e no máximo 25 e deve existir uma sala de actividades por cada educador. No caso de Monforte (Tabela 20) e tomando por base que a capacidade de uma sala é de 25 alunos, verifica-se que, de um modo geral, todos os JI's do município se encontram sub-ocupados pois nenhum dos estabelecimentos verifica uma taxa de ocupação superior a 80 %. Denota-se ainda, um desequilíbrio no número de crianças por estabelecimento de ensino, ou seja, enquanto os JI's de Monforte e Vaiamonte têm taxas de ocupação superiores a 70 % o JI de Santo Aleixo apenas tem 40 % da sua sala ocupada. É ainda de referir que o JI de Monforte é o único que possui 2 turmas/2salas. Quanto ao estado de conservação destas salas, de acordo com inquérito apenas a sala do JI de Vaiamonte se encontra em mau estado de conservação. No caso do JI de Vaiamonte, apesar de existir 1 turma/1 sala, existem 2 docentes, sendo que um deles é titular do lugar e o outro é o docente de apoio à criança com problemas de visão que frequenta o estabelecimento.

Tabela 20 - Taxa de Ocupação dos JI's em 2004/05

Freguesia	Estabelecimento	Salas	Capacidade	Inscritos 2004/05	Taxa de ocupação (Inscritos/Capacidade) *100	Docentes
Monforte	Jl de Monforte	2	50	37	74	2
Assumar	Jl de Assumar	1	25	16	64	1
Santo Aleixo	EB1/Jl de Santo Aleixo	1	25	10	40	1
Vaiamonte	Jl de Vaiamonte	1	25	19	76	2
Total		5	125	82	65,6	6

Capacidade: 25 alunos/turma

Fonte: Inquérito indirecto, Março de 2005

3.3.2 - 1.º Ciclo do Ensino Básico

O município de Monforte possui quatro organizações de ensino destinadas ao 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos da escolaridade universal, obrigatória e gratuita, distribuídas pelas quatro freguesias deste município: a EB1 de Monforte; EB1 de Assumar; EB1/JI de Santo Aleixo e EB1 de Vaiamonte.(Figuras 5; 6; 7; 8 e 9).

Figura 5 - EB1 de Vaiamonte



Figura 6 - EB1 de Vaiamonte



Figura 7 - EB1 de Monforte



Figura 8 - EB1/JI de Santo Aleixo



Figura 9 - EB1 de Assumar



No município em estudo, os estabelecimentos referentes ao ensino básico são todos de tutela pública e todos têm um regime de funcionamento normal (Tabela 21). No que respeita à sua área de irradiação, verifica-se que, à excepção da EB1 de Monforte que apresenta uma irradiação de nível municipal, todas as restantes EB1's têm uma área de irradiação que corresponde aos limites de freguesia.

Tabela 21 - EB1's de Monforte: Tutela, Regime de Funcionamento, Área de Irradiação

Freguesia	Estabelecimentos	Tutela	Regime de Funcionamento	Área de Irradiação
Assumar	EB1 de Assumar	Público	Normal	Freguesia
Monforte	EB1 de Monforte	Público	Normal	Concelho
Santo Aleixo	EB1/JI de Santo Aleixo	Público	Normal	Freguesia
Vaiamonte	EB1 de Vaiamonte	Público	Normal	Freguesia

Fonte: Inquérito indirecto, Março de 2005

3.3.2.1 - Caracterização Física do Parque Escolar

Em Monforte, todos os estabelecimentos do 1º ciclo de ensino possuem instalações próprias, embora, com idade avançada (cerca de 40 anos) porque ainda fazem parte do projecto – Plano dos Centenários – (apenas a EB1/JI de Santo Aleixo não faz referência ao ano de construção).

O Plano dos Centenários ou “Programa de 1944 de construções escolares”, consistia “na remodelação dos projectos dos edifícios de escolas primárias, referentes às diferentes regiões de Portugal (...). A simetria adoptada nos edifícios gémeos¹⁰, passou a condicionar também os edifícios simples, obrigando a que todas as janelas e entradas principais tivessem a mesma orientação. A economia da construção estava já implícita em alguns pormenores de arquitectura (beirais em vez de cornijas de cantaria, portas interiores de uma só folha, etc.); acentuar-se-ia, através dos cadernos de encargos, com severos critérios de escolha dos materiais. Apesar da sua concepção reportar-se a 1944, a maioria dos edifícios escolares foram construídos posteriormente. (...) em 1944 decorria a II Guerra Mundial e Portugal, tal como o resto do mundo, encontrava-se numa situação de crise não propícia a avultados investimentos a este nível, o que permitiu aquando da construção das Escolas Primárias a implementação de novas soluções que proporcionaram uma lenta, mas significativa evolução das mentalidades” (Hilário 2002: 83/4).

Apesar da sua idade avançada, a maior parte das escolas, tanto ao nível interno como ao nível externo, o estado de conservação das EB1’s varia entre o “razoável” e o “bom”. Sendo a única excepção a EB1 de Assumar cujo exterior é considerado “mau” (Tabela 22).

Tabela 22 - EB1’s de Monforte: Estado de Conservação; Instalações e Ano de Projecto

Estabelecimentos	Estado de Conservação		Instalações	Ano
	Interior	Exterior		
EB1 de Assumar	Razoável	Mau	Próprias	1956
EB1 de Monforte	Razoável	Razoável	Próprias	1958
EB1/JI de Santo Aleixo	Razoável	Razoável	Próprias	NR
EB1 de Vaiamonte	Bom	Razoável	Próprias	1961

Fonte: Inquérito indirecto, Março de 2005

¹⁰ Devido à separação dos sexos

Em relação às instalações complementares, a situação nas EB1's é semelhante à verificada nos JI's, ou seja, existe um reduzido número deste tipo de instalações. Neste ponto, verifica-se que todas as EB1's têm recreio mas nenhuma delas possui instalações desportivas, apenas 50 % dos edifícios têm cantina, apesar de todos os alunos terem acesso a refeições. No que se refere a ATL, todas as freguesias, com a excepção de Monforte, possuem ATL público, no entanto, estes ATL destinam-se ao pré-escolar sendo apenas inseridos alunos do 1º ciclo quando existem vagas do pré-escolar. A inexistência de determinados equipamentos implica, muitas vezes, a deslocação dos alunos para fora do recinto escolar afim de usufruir de alguns equipamentos complementares. Esta situação verifica-se com os alunos de Monforte e Vaiamonte que, semanalmente, deslocam-se da sua EB1 para a escola nuclear afim de utilizarem o ginásio. No caso de Vaiamonte, as deslocações chegam a ser diárias já que todos os dias os alunos saem do seu recinto escolar para fazerem as suas refeições (no JI de Vaiamonte). A EB1 de Vaiamonte utiliza também o bar e a biblioteca da EB 2,3 de Monforte e o refeitório do JI de Vaiamonte. Por último, a EB1 de Santo Aleixo dispõe das mesmas condições que o seu JI, uma vez que se trata de um só edifício - EB1/JI -, ou seja, além do recreio que todas as escolas possuem, esta escola conta ainda com uma sala de apoio, um ATL e um refeitório.

Como já foi referido, o bom funcionamento das escolas exige, à partida, um conjunto de elementos considerados básicos como é o caso da água; electricidade; esgotos, aquecimento e sanitários. Actualmente, também as TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação são consideradas importantes para o desenvolvimento intelectual das crianças, portanto, além do telefone é importante ter computador e ligação à Internet (Tabela 23). Relativamente a estes aspectos, todas as escolas se encontram servidas, no entanto, o baixo número de computadores face ao número de alunos existentes é muitas vezes apontado como aspecto negativo (por exemplo a EB1 de Monforte tem 1 computador para 62 alunos). Refere-se ainda nos inquéritos a falta de um sistema de aquecimento na EB1 de Assumar e a insuficiência dos sanitários na EB1 de Vaiamonte.

Tabela 23 - N.º de Computadores nos Estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico

Estabelecimentos	Nº de Computadores
EB1 de Assumar	1
EB1 de Monforte	1
EB1 de Vaiamonte	1
EB1/JI de Santo Aleixo	3

Fonte: Inquérito indirecto, Março de 2005

3.3.2.2 - Segurança, Acessibilidade e Recursos Humanos

As condições de segurança nas EB1's são praticamente inexistentes, basta verificar que a EB1 de Assumar não possui nenhum dos seguintes elementos: sistema de alarme; saídas de emergência; plano de evacuação; guarda-nocturno; sinalização e passadeiras. As restantes escolas em análise não se encontram numa situação muito melhor já que apenas possuem sinalização e passadeiras.

No que concerne à acessibilidade, está estabelecido pelas normas de programação de equipamentos colectivos que a distância/tempo entre a residência e o estabelecimento de ensino depende do modo como é efectuada. Deste modo, se o aluno for a pé o máximo aceitável é 1,5 km/30 minutos se for de transporte público esse máximo é de 40 minutos. De acordo com os inquéritos realizados, os alunos da EB1 de Monforte e da EB1 de Vaiamonte não utilizam transporte público mas, em nenhum dos casos, o tempo pedonal aceitável (30 minutos) é ultrapassado. No caso de Vaiamonte, o tempo mínimo de deslocação é de 2 minutos e o máximo de 10. Os restantes estabelecimentos não responderam ao inquérito.

Quanto aos recursos humanos necessários para manter em funcionamento as EB1 verificou-se que o número de funcionários depende não só do número de alunos mas também da existência de alunos com NEE. O estabelecimento com mais funcionários (4 docentes e 2 auxiliares) é a EB1 de Monforte porque é a que tem maior número de alunos. A EB1 de Santo Aleixo apresenta um número de funcionários que, em termos de proporção, aparenta ser superior ao número de alunos, no entanto, o estabelecimento além do 1º ciclo tem também JI. Esta escola conta 3 docentes (1 para as crianças do JI e 2 leccionar ao 1º ciclo) e 4 auxiliares (uma das quais é cedida pela junta de freguesia), há ainda, um docente (que faz apenas meio dia) que presta apoio educativo ao 1º ciclo. A EB1 de Assumar tem 2 turmas apresentando, assim, um docente e um auxiliar por cada sala e ainda um docente que presta apoio educativo. Em Vaiamonte, existem 3 docentes e 2 auxiliares (uma é cedida pela CMM) para leccionar e colaborar com as 27 crianças inscritas nesta EB1 e, embora no inquérito não esteja explícito, supomos que um docente presta apoio educativo a crianças com NEE.

3.3.2.3 - Capacidade e Taxas de Ocupação

Definir a capacidade de uma escola em termos de número de alunos; número de salas e número de alunos por sala deve ter sempre por base um correcto conhecimento do modo como a população tem evoluído. Grande parte das EB1's existentes no nosso país encontram-se já encerradas ou a funcionar com baixíssimo número de alunos, excepto nas áreas com elevadas densidades populacionais. Actualmente, está estabelecido um critério de dimensionamento que determina que, no caso das EB1's, deverá existir uma sala por turma e cada sala deverá ter no mínimo 20 e no máximo 24 alunos.

A taxa de ocupação dos estabelecimentos das EB1's do município (Tabela 24) não ultrapassa, em caso algum, os 65 % revelando, claramente, um sub-aproveitamento dos recursos escolares. Uma vez mais é a escola de Monforte que possui maior número de alunos e, conseqüentemente, uma das maiores taxas de ocupação. De acordo com o inquérito realizado, a EB1 de Monforte possui 4 salas mas existem apenas 3 turmas (os alunos do 1º ano fazem uma turma com os alunos do 4º ano) e uma dessas turmas funciona na EB 2,3 de Monforte. Em muitos casos, o limitado número de salas implica que anos de escolaridade diferentes frequentem a mesma sala. No entanto, mesmo juntando anos de escolaridade diferentes, não se garante os 20 alunos por sala. No município em estudo, apenas a EB1 de Monforte tem inscritos 23 alunos no 2º ano (1 turma/sala) e 20 alunos no 3º ano (1 turma/sala). Assim, dos 240 lugares disponíveis no 1º ciclo do ensino básico de Monforte apenas 58 % se encontram, efectivamente, ocupados. Actualmente, segundo a lei, as escolas com menos de 10 crianças correm o risco de serem suspensas, no entanto, em nenhuma das escolas em análise se verifica tal situação. No que se refere ao número de docentes, verifica-se que, em norma, existe um professor por turma mas, na EB1 de Vaiamonte existem 3 professores para 2 turmas o que, eventualmente, poderá ser explicado pelo apoio educativo. No caso da EB1/JI de Santo Aleixo, existem 3 docentes (1 no JI e 2 na EB1) e 3 salas (1 para o pré-escolar e 2 para leccionar o 1º ciclo do ensino básico). Por último, as salas, relativamente, ao seu estado de conservação estão na sua grande maioria "razoáveis".

Tabela 24 - Taxa de Ocupação das nas EB1's em 2004/05

Freguesia	Estabelecimento	Salas	Capacidade	Inscritos 2004/05	Taxa de ocupação (Inscritos/Capacidade) *100	Docentes
Monforte	EB1 de Monforte	4	96	62	64,6	4
Assumar	EB1 de Assumar	2	48	20	41,6	2
Santo Aleixo	EB1/JI de Santo Aleixo	2	48	31	64,5	2
Vaiamonte	EB1 de Vaiamonte	2	48	27	56,3	3
Total		10	240	140	58,3	11

Capacidade: 24 alunos/turma.

Fonte: Inquérito indirecto, Março de 2005

3.3.3 - 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico

Monforte tem apenas um estabelecimento de ensino destinado aos alunos que frequentam o 5.º e 6.º ano de escolaridade (2.º ciclo) e aos alunos que frequentam o 7.º, 8.º e 9.º ano de escolaridade (3.º ciclo). Trata-se da EB 2, 3 de Monforte – Sede do Agrupamento de Escolas de Monforte (Figura 11).

A EB2,3 de Monforte é a Escola Nuclear e, portanto, no Território Educativo (TE)¹¹ de Monforte, esta escola deve reunir os “maiores e mais especializados recursos físicos e humanos (...) onde se centralizam certas funções e actividades que não é possível desenvolver em escolas mais pequenas e, por isso, menos equipadas. A Escola Nuclear funciona (...) como um centro de dinamização e de apoio, tanto sobre o ponto de vista pedagógico como de instalações, articulando-se este conjunto de escolas num sistema de trabalho participado e coordenado” (Martins 2000: 18).

Figura 10 - EB 2/3 de Monforte



Este estabelecimento de ensino é de tutela pública, funciona em regime normal e a sua área de irradiação corresponde ao limite do município (esta escola serve todos os alunos que a partir do 1º ciclo do ensino básico queiram prosseguir os estudos e assim completar a escolaridade obrigatória).

¹¹ Define-se Território Educativo (TE) “como um espaço geográfico em que seja assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento vertical e horizontal integrado” (Martins 2000: 18).

A EB2,3 de Monforte insere-se numa tipologia de EBI, criada pelo Despacho 45/SEEBS/SERE/92, procura assegurar a sequencialidade dos três ciclos e, ao mesmo tempo, proporcionar a toda a população escolar a utilização global dos recursos físicos, em condições de igualdade de acesso. Segundo o Ministério da Educação a EBI possibilita as seguintes vantagens:

- “A criação duma nova cultura de escola;
- A existência duma dinâmica interactiva nos alunos dos vários níveis de ensino - partilha das responsabilidades, de conhecimentos, de actividades e espaços de convívio;
- Os benefícios resultantes da implicação de todos num projecto educativo conjunto;
- As vantagens do acesso de todos aos mesmos serviços e recursos: refeitório, papelaria, biblioteca, laboratórios, entre outros;
- O interesse do apoio dado aos alunos do 1º ciclo nas áreas da música, da educação física e na sensibilização ao estudo duma língua estrangeira;
- A maior possibilidade de fomento da participação dos alunos na vida da escola;
- A interacção dos professores dos diversos ciclos proporcionando outras oportunidades de formação, melhor articulação vertical e horizontal de conteúdos e metodologias, descoberta de novas experiências pedagógicas envolvendo professores e alunos;
- A maior rentabilização de espaços, dos equipamentos, dos recursos humanos;
- O melhor envolvimento dos pais e encarregados de educação no processo educativo;
- Novos estímulos para o desenvolvimento da colaboração com os restantes parceiros educativos (Câmara Municipal, Junta de Freguesia e Apoio Social) para a realização quer de actividades da escola, quer de actividades de intervenção comunitária” (Ministério da Educação - Departamento de Programação e Gestão Financeira, Escolas Básicas Integradas, pág. 18).

As dificuldades apontadas ao desenvolvimento deste projecto são “a deslocação de crianças de idades compreendidas entre os seis e os dez anos para a localidade onde a escola está situada (...); o afastamento do aluno da família e esta da escola; os custos de transportes escolares (...)” e as resistências que surgem por se integrar alunos de idades muito diferenciadas num único edifício” (Hilário 2002: 93).

3.3.3.1 - Caracterização do Parque Escolar

As instalações da EB2, 3 de Monforte ficaram concluídas em 1986. Actualmente, tanto ao nível interno como ao nível externo, as instalações encontram-se em bom estado de conservação.

No que respeita a instalações complementares, a EB2, 3 de Monforte, por ser escola nuclear, coloca ao dispor dos seus alunos (de todos os ciclos de ensino) um conjunto de recursos fundamentais ao seu bem-estar e à sua aprendizagem. Todas as instalações complementares existentes neste edifício apresentam um estado de conservação que varia entre o “razoável” e o “bom”. Ao nível de espaços de apoio esta escola possui recreio; jardim; bar; cozinha; refeitório; biblioteca e sala de convívio. Em relação a instalações desportivas, a EB 2, 3 possui ginásio e balneários mas usufrui também do Polidesportivo e do tanque de aprendizagem da Piscina Municipal de Monforte e a Piscina Coberta Municipal – Câmara Municipal de Monforte. Embora existam estas instalações é importante fazer uma boa gestão das mesmas já que os espaços são partilhados por outras escolas do município.

Quanto ao saneamento; redes de infra-estruturas e comunicações todos os elementos analisados (sanitários; água; electricidade; esgotos; aquecimento; telefone; computadores e Internet) encontram-se em bom estado de conservação. No que respeita ao número de computadores, existem 40 computadores para uma população escolar que tem aproximadamente 136 alunos de ambos os ciclos de ensino (todos com ligação à Internet).

3.3.3.2 - Segurança, Acessibilidade, Corpo Docente

Este estabelecimento reúne quase todas as condições de segurança descritas no inquérito, ou seja, possui; saídas de emergência; plano de evacuação; guarda-nocturno; sinalização e passadeiras, falta apenas um sistema de alarme.

No que concerne à acessibilidade, os alunos de uma EB2, 3 devem no máximo caminhar 2,2 km/45 minutos a pé (preferencial é 1,5 km/30 minutos) ou 60 minutos em transporte público. De acordo com inquérito realizado apenas se conclui que os alunos que se deslocam para este estabelecimento não utilizam transporte público. Porém, segundo o inquérito efectuado em 2003 verifica-se que:

- o tempo de deslocação pedonal empregue pelos alunos residentes na vila de Monforte, no percurso escola - casa tem como limite mínimo 15 minutos e limite máximo 20 minutos;
- os alunos das freguesias rurais utilizam o transporte da Autarquia para se deslocar até ao seu local de estudo. Assim, os residentes em Assumar levam entre 25 minutos (tempo mínimo) e 40 minutos (tempo máximo); os residentes em Vaiamonte gastam entre 20 minutos e 40 minutos do seu tempo e os estudantes de Santo Aleixo cerca de 20 a 25 minutos no percurso casa/escola.

Em ambos os casos (residente na vila e não residente) a distância temporal percorrida encontra-se dentro dos critérios máximos aceitáveis para alunos na faixa etária dos 10 aos 14 anos.

Em termos de recursos humanos, a EB2,3 de Monforte é constituída por 31 docentes e 10 auxiliares de acção educativa. Devido a nestes ciclos de ensino (2º e 3º ciclos) existir um maior número de disciplinas, existe um maior número de docentes (31) para as 8 turmas existentes.

3.3.3.3 - Capacidade e Taxas de Ocupação

A EB2, 3 de Monforte possui uma área de irradiação superior às áreas de irradiação das restantes escolas do município e, por isso, tem de ter também uma capacidade maior. O facto de servir todos os alunos do município “obriga” que esta escola tenha mais salas e, segundo, as normas de programação cada sala deverá comportar entre 24 a 30 alunos. De acordo com os dados da EB2, 3, as salas deste estabelecimento comportam um máximo de 28 alunos. Além disso, deverá existir apenas uma turma por sala.

Este estabelecimento de ensino embora possua 12 salas (todas em bom estado de conservação) apenas 6 são utilizadas para leccionar, as restantes distribuísem da seguinte forma: 1 de sala de Educação Tecnológica/Educação Visual; 1 de Educação Tecnológica e Visual; 1 de Música; 1 de TIC; 1 Laboratório e 1 sala para Apoio Educativo.

Em relação ao número de turmas, contabilizam-se 4 turmas do 2º ciclo e 3 turmas do 3º ciclo. No entanto, esta escola recebe diariamente o pré-escolar e o 1º ciclo com 3 turmas o que traduz um total de 11 turmas/dia a funcionar numa escola que apenas tem 6 salas para leccionar. Assim, todo o espaço disponível tem que ser ocupado, criando-se alguns constrangimentos por estas salas estarem preparadas para a sua área específica. Esta escola referiu ainda que o principal objectivo é agregar cada turma à sua sala de aula “dado que cria nos alunos um sinal de pertença, de auto-estima e dar-se-ia a continuidade a que os alunos do 1º ciclo estão habituados, valorizando o seu espaço.” Actualmente, “é impossível destinar a cada turma a sua própria sala de aula, porque o número de turmas é superior ao número de salas regulares”.

A EB2, 3 de Monforte, tem turmas com menos de 20 alunos porque no 5º ano e 6º ano de escolaridade existem 31 alunos/2 turmas e 37 alunos/2 turmas, respectivamente. No 3º ciclo, apenas o 7º ano de escolaridade apresenta 26 alunos/1 turma, o 8º e 9º anos têm 21 alunos/1 turma. Este total de alunos reflecte uma taxa de ocupação de 81 % sem contar com os alunos do pré-escolar e do 1º ciclo.

Tabela 25 - Taxa de Ocupação da EB 2/3 de Monforte, no ano lectivo 2004/05

Freguesia	Estabelecimento	Salas	Capacidade	Inscritos 2004/05	Taxa de ocupação (Inscritos/Capacidade) *100
Monforte	EB2,3 de Monforte	6	168	136	81

Capacidade: 28 alunos/turma

Fonte: Inquérito indirecto, Março de 2005

3.3.4 - Ensino Secundário

O pólo de Monforte da Fundação Alentejo - EPRAL iniciou a sua actividade, em instalações cedidas pela Autarquia no ano de 1992. Foi até ao passado ano lectivo, o único estabelecimento de ensino de tutela privada a funcionar (em regime normal) no município de Monforte. Além disso, era o único estabelecimento do município que se dedicava ao ensino secundário.

A EPRAL funcionava por “ciclos” nos quais o 10º ano era o 1º ciclo; 11º ano era o 2º ciclo e, por último, o 3º ano era o 3º ciclo de ensino. Depois de concluir os ciclos, os anos ficavam com uma qualificação profissional de Nível III nos seguintes cursos: “Auxiliar de Infância”, “Serviços Comerciais/Vendas” e “Técnico de Gestão e Especificações”. Eram cursos tecnológicos que permitiam o desenvolvimento de especificações terminais – seminários, experiências de trabalho e estágios – da iniciativa da escola e em ligações com o meio¹².

O ensino profissional é, sobretudo, uma alternativa ao ensino secundário, que permite formar técnica e profissionalmente todos jovens que optem por esta alternativa. Este tipo de ensino é fundamental não só para dar resposta às necessidades de formação a nível local mas também para qualificar e tornar mais competitivos os recursos humanos. O reconhecimento da sua importância levou o governo a criar o Decreto-Lei n.º 26/89 de 21 de Janeiro, reformulado pelo Decreto-Lei n.º 70/93 de 10 de Maio, que permite criar as designadas escolas profissionais. Segundo o Decreto-Lei n.º 70/93 “as escolas profissionais gozam de autonomia financeira e pedagógica e regem-se, pelas normas do direito privado (artigo 2.º)” (Martins 2000: 21/22). Contudo, a falta de financiamento destas escolas acaba muitas vezes por conduzi-las ao encerramento – foi o caso da EPRAL de Monforte. Actualmente, qualquer alunos que queira prosseguir os seus estudos no secundário, terá de o fazer noutra município.

Uma vez que a EPRAL não se encontra em funcionamento não serão referidos os seguintes aspectos: caracterização física do edifício; segurança, acessibilidade e corpo docente e capacidade e taxas de ocupação.

¹² Terá sido discutida em Abril de 2003 e de acordo com o “Documento orientador da Revisão Curricular do Ensino Profissional” retirado do site do Ministério de Educação, uma revisão curricular do Ensino Profissional que visa segundo o objectivo central enunciado no Programa do Governo, a “consolidação de um novo equilíbrio entre a oferta do ensino secundário geral por um lado, e a oferta do ensino secundário tecnológico e profissional por outro, em termos mais adequados aos modelos de realização profissional requeridos pelas sociedades modernas”, em consequência da diminuta taxa de frequência de formações vocacionais, quando comparada com a verificada noutros países da Europa Comunitária, aliada à elevada taxa de empregabilidade proporcionada pelo ensino profissional” (Ministério da Educação 2003: 1).

4 - Diagnóstico da Situação Educativa

4.1 - Taxa de cobertura

A taxa de cobertura dos equipamentos do ensino pré-escolar descreve a relação existente entre o número de crianças inscritas nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e a população em idade de frequência desse nível de ensino (3-5 anos).

Devido à inexistência de dados que indicassem qual a população residente em 2004 com 3, 4 e 5 anos de idade, optou-se por utilizar os dados dos Censos 2001 passando, por exemplo, a população que tinha menos de 1 ano, em 2001, a ser a população com 3 anos, em 2004. Apesar de ter sido utilizada esta metodologia, estamos cientes que esta representa apenas uma aproximação à realidade, pois não contempla situações como mudanças de residência, quer para outro município, quer novos residentes no município de Monforte e situações de óbitos.

Com base na tabela 26, taxa de cobertura da educação pré-escolar do Município de Monforte era de 104,11 % em 2003/04. A maior taxa de cobertura pertence aos alunos com 4 anos (121,74%) pelo contrário a menor corresponde aos alunos com 3 anos (88,89%) em 2003/04.

Para o ano lectivo 2004/05, a taxa de cobertura no conjunto dos entre os 3 e os 5 anos de idade aumentou, passando a ser 120,83%. Este dado poderia indicar que toda a população em idade pré-escolar do município estaria abrangida. No entanto, analisando os dados desagregados por anos de idade, verifica-se que não é verdade.

Assim, no que se refere aos 4 anos, a taxa de cobertura é igual a 118,52 %, indicando que toda a população está abrangida pelos estabelecimentos do pré-escolar. Já no caso dos 5 anos de idade, a taxa de cobertura é muito superior a 100% (169,57 %) indicando que toda a população dos 5 anos está totalmente integrada no pré-escolar e que, os estabelecimentos do pré-escolar do município de Monforte, integram também alguns residentes dos municípios vizinhos. Já no que diz respeito aos 3 anos de idade, apenas 72,73 % da população se encontra abrangida o que indica que nem todas as crianças com 3 anos residentes no município frequentam o pré-escolar.

Tabela 26 - Taxa de Cobertura de Educação Pré-Escolar

Idade	2003/04			2004/05		
	Nº de alunos inscritos	População residente	Taxa de cobertura	Nº de alunos inscritos	População residente	Taxa de cobertura
3 anos	24	27	88,89	16	22	72,73
4 anos	28	23	121,74	32	27	118,52
5 anos	24	23	104,35	39	23	169,57
Total	76	73	104,11	87	72	120,83

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População

Inquérito indirecto, Março de 2005

DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 2004/05

4.2 - Taxa Bruta de Escolarização

As taxas de escolarização são indicadores que permitem avaliar o grau de cobertura do sistema educativo relativamente a um determinado universo populacional, isto significa, que permitem perceber a relação existente entre o número de alunos matriculados num determinado ano de escolaridade e a população residente no município com a idade normal de frequência desse ano de escolaridade.

Denominam-se taxas de escolarização brutas ou líquidas, consoante o método utilizado para o seu cálculo.

As taxas brutas de escolarização são obtidas a partir da relação entre o total de alunos que frequenta um ciclo de ensino e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo. Este cálculo transmite-nos uma imagem aparente do nível de escolarização da população analisada, na medida em que não tem em conta a repetência, nem o abandono escolar, e pode ser distorcida por alunos que estejam inscritos em estabelecimentos do município embora residam noutro.

Tal como sucedeu com a taxa de cobertura do ensino pré-escolar, não existiam dados que pudessem indicar a população, por anos de idade, no ano de 2004. Por essa razão foi utilizada a mesma metodologia que foi enunciada anteriormente para a taxa de cobertura e em que foi tomado como ponto de partida os Censos 2001. Será mais uma vez importante referir que esta metodologia representa apenas uma aproximação possível à realidade, visto não contemplar alguns factores referidos anteriormente.

Na tabela 27 constata-se que, em 2004/05, a taxa bruta de escolarização da educação pré-escolar no município de Monforte era de 120,83%. Podia pressupor-se que toda a população com idade para frequentar o pré-escolar está inscrita nestes estabelecimentos, e que existiriam também algumas crianças de municípios circundantes que frequentavam estabelecimentos do pré-escolar em Monforte. No entanto, como se verificou a quando da análise da taxa de cobertura do pré-escolar, quando analisados os diversos anos que compõem o pré-escolar em separados encontram-se alguns desequilíbrios, nomeadamente o facto de a taxa de cobertura dos 3 anos ser inferior a 100 %.

Ainda assim, esta elevada taxa de escolarização global neste nível de ensino pode dever-se ao aumento da consciencialização da importância da educação pré-escolar no desenvolvimento pessoal e social das crianças.

A taxa bruta de escolarização relativa ao 1º ciclo do ensino básico no Município em estudo situa-se nos 131,19 % em 2004/05, que demonstram uma total cobertura da população residente do município e a atracção de população de municípios próximos.

Ao nível do 2º ciclo do ensino básico, a taxa bruta de escolarização no município de Monforte era de 111,86 %, em 2004/05, o que demonstra que, neste nível de ensino, existe uma elevada taxa de escolarização estando servida toda a população do município.

A taxa bruta de escolarização do 3º ciclo do ensino básico no Município de Monforte era, em 2004/05, de 80% deixando antever que, a este nível de ensino, uma grande parte da população não está abrangida pelos estabelecimentos do município. Esta situação pode estar ligada a diversos factores como o abandono escolar antes de terminar a escolaridade obrigatória ou a frequência de estabelecimentos de ensino fora do município de Monforte.

Podemos concluir que a cobertura no pré-escolar, 1º e 2º ciclos é bastante elevada, sendo que no pré-escolar se regista a menor taxa de escolarização dos três níveis referidos o que se pode justificar pelo facto de este nível não ser ainda obrigatório. O 3º ciclo apresenta uma taxa de escolarização bastante inferior a 100% o que pode reflectir o abandono escolar que muitas vezes ocorre e que é bastante comum nas famílias de etnia cigana.

Tabela 27 - Taxa Bruta de Escolarização no ano lectivo 2004/05

Idade	Pré-Escolar	Ensino Básico			População Residente	Taxa bruta de Escolarização
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo		
3-5 anos	87				72	120,83
6-9 anos		143			109	131,19
10-11 anos			66		59	111,86
12-14 anos				68	85	80,00

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População

Inquérito indirecto, Março de 2005

DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 2004/05

4.3 - Taxas de Aproveitamento, Reprovação e de Abandono

Nos gráficos e quadros em anexo serão apresentadas a evolução das taxas de aproveitamento, reprovação e abandono no município de Monforte desde do ano de 1998/99 até 2003/04, apesar de não ter sido possível obter dados para análise de todos os anos do período referido.

Através das taxas de aproveitamento¹³, por anos de escolaridade e por estabelecimentos de ensino, e número de abandonos ocorridos (número de alunos que deixaram de estar matriculados num determinado ano lectivo e estabelecimento de ensino); informações fornecidas pela DREA; foi possível estabelecer a relação entre número de abandonos e o total de inscritos (taxas de abandono) e a relação entre aqueles que não tiveram aproveitamento e o total de inscritos (taxas de reprovação).

Analisando o Gráfico 39 referente às taxas de aproveitamento, repetência e abandono, observa-se que, nos anos em que foi possível obter dados, em todos os anos o aproveitamento foi de 100%, com a excepção do ano de 2001/02, em que apenas 84% dos alunos foram aprovados e os restantes 16% retidos. No período em análise não se registou nenhuma situação de abandono no 1º ano do ensino básico.

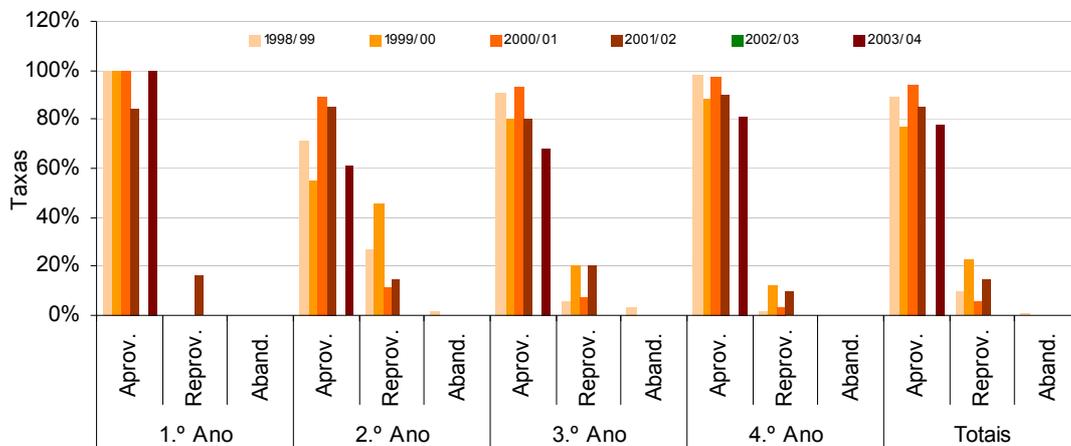
No que se refere ao 2º ano do ensino básico, nota-se que foi o ano de escolaridade do 1º ciclo em que o número de retenções foi mais elevado. Deste modo, verifica-se que

¹³Isto é, a relação entre o número de alunos que obtiveram aproveitamento num determinado ano lectivo e o total de inscritos nesse mesmo ano lectivo.

a taxa de aproveitamento nunca foi superior a 90%. O ano em que esta foi mais elevada foi 2000/01 em que a taxa foi de 89%. No ano de 1999/2000, a taxa de aproveitamento registou o seu valor mais baixo com apenas 55% de aprovações e 45% de reprovações. Neste ano de escolaridade foi registado no ano lectivo 1998/99 uma taxa de abandono de 2% que corresponde ao abandono de 1 aluno na EB1 de Monforte. Nos restantes anos lectivos a taxa de abandono foi nula.

Analisando os dados do 3º e do 4º ano de escolaridade, observa-se que, em nenhum ano lectivo, se registou uma taxa de aproveitamento de 100% embora tenham sido em quase todos os casos superiores às do 2º ano de escolaridade. O último ano lectivo (2003/04) foi mesmo aquele em as taxas de aproveitamento foram mais baixas com apenas 68 e 81% no 3º e 4º ano, respectivamente. No que se refere à taxa de abandono, apenas em 1998/99 se registou uma taxa de abandono de 3% no 3º ano que reflecte o abandono de uma criança na EB1/JI de Santo Aleixo.

Gráfico 39 - Taxas de Aproveitamento, Reprovação e Abandono, por anos de escolaridade, no 1º Ciclo do Ensino Básico



- a) Não foi possível obter dados por anos de escolaridade para o ano lectivo de 2002/03.
- b) Para o ano lectivo 2003/04 não foi possível obter os dados referentes à repetência e ao abandono escolar.

Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, Novembro de 2003

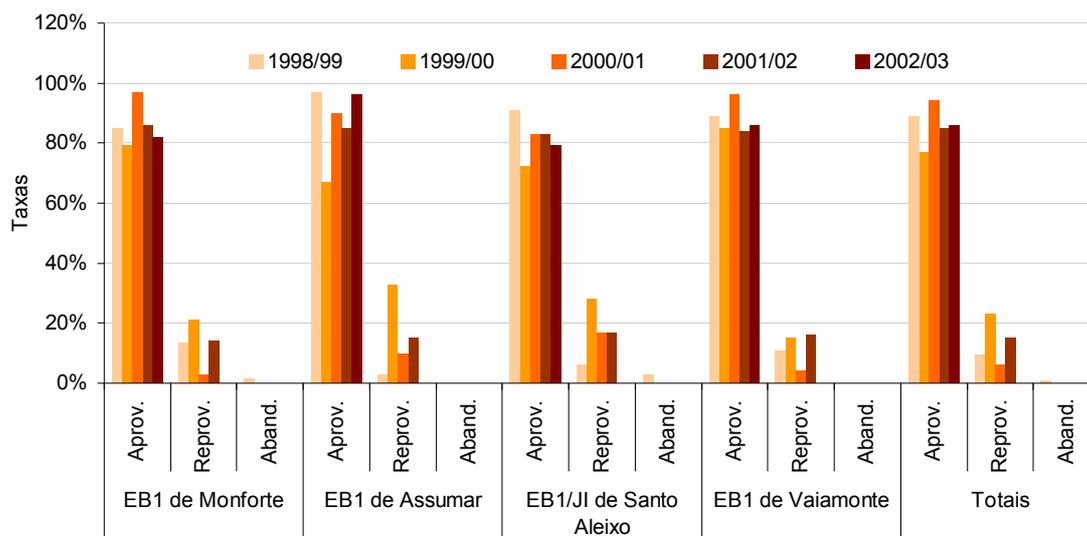
Comparando as taxas de aproveitamento, retenção e abandono nas 4 escolas do município de Monforte (Gráfico 40) não se notam grandes disparidades entre elas. O ano de 1999/2000 foi claramente o ano com menores taxas de aproveitamento em

todos os estabelecimentos de ensino com apenas 79% na EB1 Monforte; 67% na EB1 de Assumar; 72% na EB1/JI de Santo Aleixo e 85% na EB1 de Vaiamonte.

A EB1 de Vaiamonte é a escola em que as taxas de aproveitamento sofrem menos oscilações registando valores sempre elevados e superiores a 80%. A EB1 de Assumar registou igualmente valores de aproveitamento elevados mas destaca-se claramente o ano de 1999/2000 em que se registou o valor de aproveitamento mais reduzido de todas as escolas: apenas 67%.

Quanto às taxas de abandono escolar por estabelecimentos de ensino, e como referido anteriormente, apenas em 1998/99, se registou abandono escolar com o abandono de 2 crianças: uma na EB1 de Monforte e uma na EB1/JI de Santo Aleixo.

Gráfico 40 - Taxas de Aproveitamento, Reprovação e Abandono nas escolas do 1º ciclo do Ensino Básico do Município de Monforte



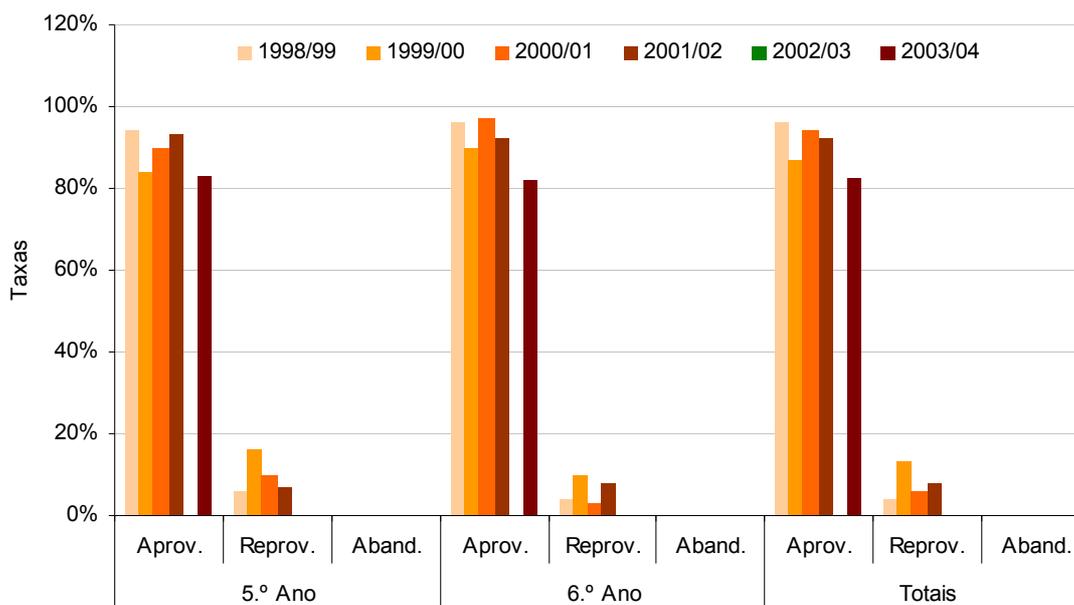
- a) Não foi possível obter os dados de repetência e abandono para o ano lectivo 2002/03
- b) Não foi possível obter os dados por estabelecimentos de ensino para o ano lectivo 2003/04

Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, Novembro de 2003

Nos anos que compõem o 2º ciclo do ensino básico (Gráfico 41) verifica-se que, na maior parte dos anos lectivos em análise, as taxas de aproveitamento no 6º ano foram superiores às que registou o 5º ano. As excepções são os anos lectivos de 2001/02 e 2003/04 em que a taxa de aproveitamento no 5º ano foi superior à do 6º ano em 1%. Ainda assim, as taxas de aproveitamento no 2º ciclo foram sempre bastante elevadas, apresentando valores sempre superiores a 80%.

Outro facto a assinalar pela análise do Gráfico 41, é a inexistência de situações de abandono escolar no 2º ciclo do ensino básico, no período em análise. Esta situação poderá estar directamente relacionada com o facto de o 2º ciclo pertencer à escolaridade obrigatória.

Gráfico 41 - Taxas de Aproveitamento, Reprovação e Abandono, por anos de escolaridade, no 2º Ciclo do Ensino Básico do Município de Monforte



- a) Não foi possível obter dados por anos de escolaridade para o ano lectivo de 2002/03.
 b) Para o ano lectivo 2003/04 não foi possível obter os dados referentes à repetência e ao abandono escolar

Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, Novembro de 2003

Tal como aconteceu nos ciclos de ensino analisados anteriormente, o ano lectivo 1999/2000 foi novamente o ano com maiores taxas de insucesso para o 7º e 9º anos de escolaridade (Gráfico 42). Assim, nestes anos de escolaridade registaram-se valores de taxas de reprovação elevados: 28% no 7.º ano (8 alunos em 29); e 18% no 9.º ano (6 alunos em 33). Para o 8º ano este foi igualmente um ano com bastante insucesso com apenas 79% de aproveitamento (34 alunos em 43), mas o ano lectivo 2003/04 foi ainda mais negativo com apenas 73% de aprovações

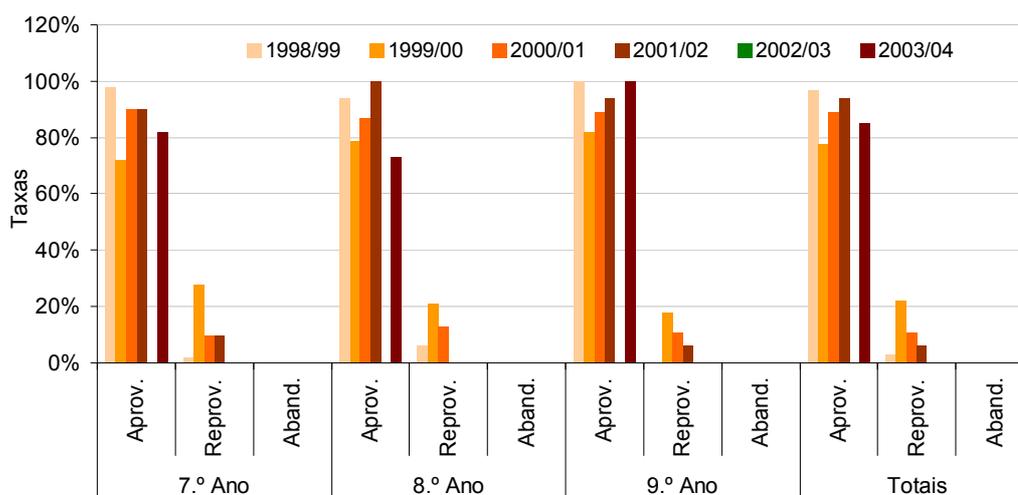
Analisando o 3º ciclo como um todo, o ano lectivo com uma maior taxa de aproveitamento foi 1998/99 com uma taxa de aproveitamento de 97%. Apesar disso, analisando cada ano de escolaridade em separado o melhor ano lectivo, a nível de

aproveitamento, para o 8º ano foi mesmo 2001/02 com um aproveitamento de 100%. Já para o 7º ano, o melhor ano de aproveitamento foi 1998/99 com 98% de aproveitamento e, para o 9º ano, os melhores anos foram 1998/99 e 2003/04 em que o aproveitamento atingiu os 100%.

Comparando as reprovações neste ciclo de ensino com as observadas no 1º e 2º ciclos, conclui-se rapidamente que é no 3º ciclo que as taxas de reprovação são mais elevadas.

Também neste ciclo de ensino, tal como sucedia no 2º ciclo, não se registaram durante os anos lectivos em análise situações de abandono escolar, provavelmente devido à escolaridade obrigatória ser, por enquanto, até ao 9º ano de escolaridade.

Gráfico 42 - Taxas de Aproveitamento, Reprovação e Abandono por anos de escolaridade no 3º Ciclo do Ensino Básico do Município de Monforte



a) Não foi possível obter dados por anos de escolaridade para o ano lectivo de 2002/03.

b) Para o ano lectivo 2003/04 não foi possível obter os dados referentes à repetência e ao abandono escolar.

Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, Novembro de 2003

O único estabelecimento de ensino secundário que funcionou em Monforte no período em análise foi a EPRAL – Pólo de Monforte. Este estabelecimento de ensino deixou de estar em funcionamento a partir do ano lectivo 2003/04.

Os cursos na EPRAL – Pólo de Monforte funcionavam através de um sistema de unidades capitalizáveis não sendo por isso considerados casos de insucesso escolar

no período entre 1996/97 e 2002/03. Neste estabelecimento de ensino a denominação dos anos de escolaridade era feita de uma forma diferente correspondendo o 1.º ciclo ao 10.º ano, o 2.º ciclo ao 11.º ano e 3.º ciclo ao 12.º ano. Os alunos que não faziam determinados módulos que constituíam o 1.º ciclo podiam mesmo assim transitar para o 2.º ciclo e assim sucessivamente.

Porém, em consequência de se observarem algumas diferenças entre o número do total de inscritos e o número total daqueles que obtiveram aproveitamento adicionados ao número total de abandonos, partiu-se do pressuposto que se estaria perante a existência de retenções. Atendendo ao facto que não são consideradas reprovações nos primeiros anos do ensino profissional, estas representariam as não conclusões do ensino secundário e teriam que ocorrer no último ano de escolaridade. Alerta-se para a possibilidade dos dados em questão não serem válidos.

De referir que, no ano lectivo 2002/03 não ocorreram inscrições no 1.º ciclo (10.º ano) tendo-se verificado uma retenção em todo o universo escolar de então (42 alunos).

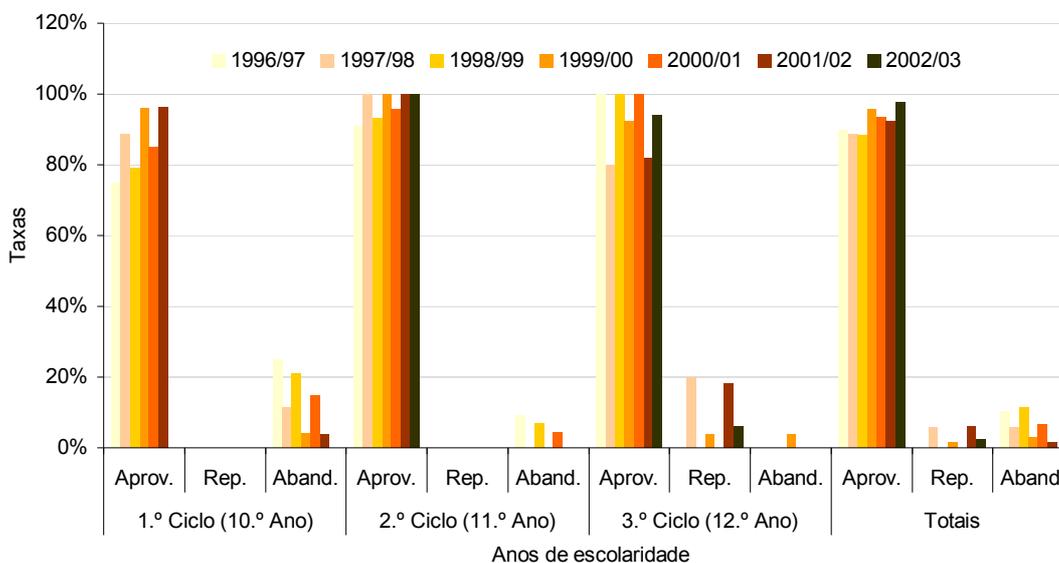
As mais elevadas percentagens de abandono (Gráfico 43) aconteceram no 10.º ano de escolaridade, 25% e 21% dos alunos matriculados neste ciclo, deixaram de frequentar a instituição em 1996/97 e em 1998/99 respectivamente, ou seja, 5 alunos em cada ano. Em 1997/98, 4 alunos inscritos nesse grau de escolaridade interromperam os estudos, em 2000/01, esse número foi de 3 e, em 1999/00 e 2001/02, de 1 aluno. As taxas de aproveitamento sofrem o condicionamento destes factores.

Ao longo do horizonte temporal analisado só por uma vez ocorreu uma situação de abandono no 12.º ano (3.º ciclo) em 1999/00 (taxa de abandono de 4%).

A ocorrência de abandonos no 2.º ciclo variou entre 2 alunos em 1996/97 e 1998/99, anos lectivos em que as taxas de abandono totais foram maiores : de 10% e 11% respectivamente, o que corresponde a 7 estudantes num conjunto de 68 e 61 frequências; e 1 aluno em 2000/01.

O número daqueles que não terminaram o ensino secundário no ano lectivo devido, foi baixo. Supõe-se que a taxa de reprovação no 3.º ciclo variou entre os 0% (1996/97, 1998/99, 2000/01) e os 20% em 1997/98. Esta última taxa representa o valor de 4 alunos face às 20 inscrições. Mais uma vez se adverte para a possível falta de validade da informação.

Gráfico 43 - Taxas de aproveitamento, Reprovação e Abandono no Ensino Secundário - EPRAL



Fonte: EPRAL – GAOVE, Janeiro de 2004.

Em 2001, de acordo com elementos estatísticos do Ministério da Educação na população do Município de Monforte terá ocorrido uma percentagem de abandonos¹⁴ de 3,6%, enquanto que na totalidade da população em escolarização do Alto Alentejo tal percentagem seria de 2,3% e, em Portugal Continental, de 2,7%. O valor percentual de abandonos neste município situou-se acima da média da respectiva NUTS III e do Continente Português, sendo um dos mais elevados dentro do Alto Alentejo tendo sido suplantado pelo município de Avis em que se observou 4,0% de abandonos.

Nesse mesmo ano, registavam-se na área em estudo 45,1% de saídas precoces¹⁵ e 26,3% de saídas antecipadas¹⁶. Em Portugal Continental, essas percentagens traduzem-se em 44% e 24% respectivamente e 44,1% e 21,9 % no Alto Alentejo. A saída precoce máxima foi então de 73,9% e saída precoce mínima de 23,8%; por sua vez a saída antecipada máxima terá sido 56,5%, e a saída antecipada mínima de 13,8%.

¹⁴ **Abandono (%)**: Total de indivíduos, no momento censitário, com 10-15 anos que não concluíram o 3.º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

¹⁵ **Saída Precoce (%)**: Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíra o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

¹⁶ **Saída Antecipada (%)**: Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o 3.º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

Conforme referenciado, o número de retenções no Município de Monforte foi bastante elevado no ano 1999/00. No conjunto do ensino básico, a percentagem de retenções¹⁷ segundo o Ministério da Educação, terá sido de 26,9%, a mais elevada a nível do Continente Português. Enquanto que em Portugal Continental a percentagem de retenções terá sido de 13% e na NUTS III - Alto Alentejo de 13,2%, valor relativamente elevado em comparação a outras unidades territoriais, mas baixo em relação a outras áreas geográficas que compõem a NUT II – Alentejo (Alentejo Central 14,5%; Baixo Alentejo 14,4%; Alentejo Litoral 14,2%).

4.4 - Acção Social Escolar

A acção social escolar visa a compensação e educativa dos alunos economicamente mais carenciados. Segundo o n.º 4 do art.º 12 do Decreto-Lei n.º 7/2003, “A carta educativa deve incidir, (...) sobre a concretização da acção social escolar do município, nos termos das modalidades estabelecidas na lei e de acordo com as competências dos municípios, do Ministério da Educação e demais entidades”. São competências dos municípios, em termos de Acção Social Escolar as presentes nos Decretos-Lei n.º 399-A/84 de 28 de Dezembro e n.º 299/84 de 5 de Setembro.

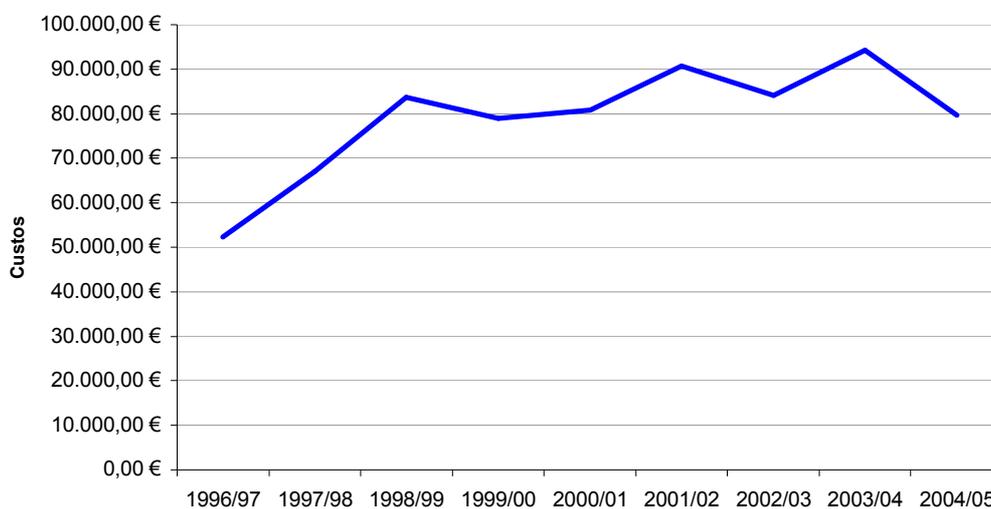
O Decreto-Lei n.º 7 de 15 de Janeiro de 2003 revoga os artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 399-A/84 de 28 de Dezembro e os artigos 8.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de Setembro extinguindo, respectivamente, os Conselhos Consultivos de Acção Social Escolar e os Conselhos Consultivos de Transporte escolares; as suas competências passaram para o Conselho Municipal de Educação.

Através do Despacho n.º 13224 de 2003 do Ministério da Educação é criada a figura do empréstimo de longa duração de manuais escolares. A alínea 7) do artigo 6 diz o seguinte “No âmbito do reforço da sua autonomia, as escolas, em articulação com as bibliotecas escolares, asseguram a gestão de fundo de manuais afectos ao empréstimo de manuais escolares de longa duração; quanto ao primeiro ciclo do ensino básico haverá necessária articulação com as autarquias locais, considerando as competências destas no âmbito da acção social escolar”.

¹⁷ **Retenção (%)**: Percentagem dos efectivos escolares que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) em relação à totalidade de alunos que iniciaram esse mesmo ensino.

No Gráfico 44 está representada a evolução das despesas municipais com a acção social escolar. As despesas com a acção social escolar e educativa, por parte da autarquia têm sofrido diversas oscilações mas com uma tendência para aumentar. No ano de 1996/97, gastou-se 52.243,55 € com a educação e em 2003/2004 os mesmos encargos foram de 94.308,65 €. Os montantes com medidas de acção escolar sofreram um decréscimo no ano lectivo 2004/05 para apenas 79.624,29 € valor que poderá estar relacionado com o facto de os gastos não corresponderem aos gastos totais do ano lectivo, visto terem sido cedidos ainda durante o 2º período, ou também com uma diminuição do número de alunos.

Gráfico 44 - Evolução dos Gastos Totais com Acção Social Escolar e Educativa pela C. M. de Monforte, entre 1996/97 e 2002/2003



Fonte: Câmara Municipal de Monforte, Março de 2005

Na tabela seguinte (Tabela 28), é possível observar-se a evolução dos custos com auxílios económicos, ou seja, com os “subsídios destinados a participar nas despesas escolares do aluno, inerentes à frequência das aulas” (N.º 1 do art. 13 do DL 399-A de 19894) e bolsas de estudo. De acordo com o Decreto-Lei n.º 399-A, estes auxílios económicos destinam-se-iam então, “às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do ensino primário e do ciclo preparatório TV, oficial, particular ou cooperativo, com contrato de associação e paralelismo pedagógico” (art. 1).

Tabela 28 - Evolução dos Gastos da Câmara Municipal de Monforte em Subsídios Escolares e Bolsas de Estudo, entre 1996/97 e 2002/03

Tipo de Subsídios Anos Lectivos	Alimentação	Material Escolar	Manuais Escolares			Bolsa de Estudo
			Escalão A	Escalão B	Escalão A e B	
1996/97	a)	825,96 €	1.329,30 €	209,50 €	1.538,80 €	
1997/98	8.546,66 €	891,30 €	1.458,98 €	279,33 €	1.738,31 €	3.890,40 €
1998/99	13.941,50 €	1.845,55 €	1.990,20 €	381,58 €	2.371,78 €	7.132,40 €
1999/00	14.209,17 €	3.516,53 €	b)	b)	1.171,13 €	4.538,80 €
2000/01	17.207,04 €	3.351,92 €	b)	b)	1.447,26 €	5.835,60 €
2001/02	19.068,45 €	3.606,31 €	b)	b)	1.613,55 €	9.726,00 €
2002/03	19.618,49 €	3.501,56 €	b)	b)	2.449,47 €	8.429,20 €
2003/04	22.779,27 €	3.471,63 €	b)	b)	2.072,55 €	4.550,00 €
2004/05	7.467,24 €	879,66 €	b)	b)	2.220,39 €	3.250,00 €

Legenda:

- a) Não foram encontrados dados.
 b) Entre os anos lectivos de 1999/00 e 2002/03, foram oferecidos os manuais escolares a todos os alunos do escalão A e B.

Fonte: Câmara Municipal de Monforte, Março de 2005

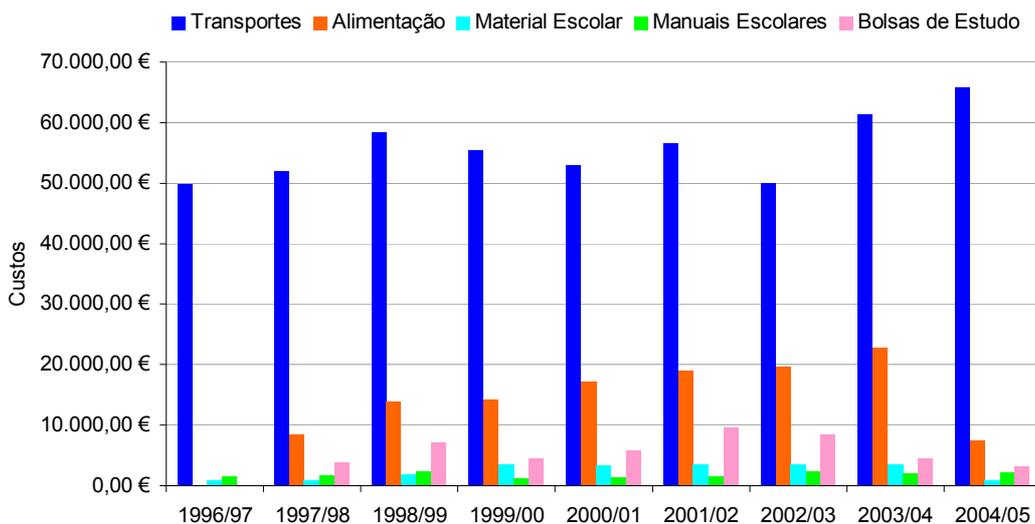
Analisando o Gráfico 45 que se segue podemos verificar os gastos mais elevados com a acção social escolar se destinam aos transportes escolares e têm apresentado uma tendência para aumentar tendo registado um montante de 49.878,79 € no ano lectivo 1996/97 e atingindo os 65.807 € no ano lectivo 2004/05.

A alimentação é o segundo tipo de subsídio em que a Câmara Municipal de Monforte emprega mais subsídios. As refeições são confeccionadas na EB2,3 de Monforte e a sua distribuição é feita através de veículos da autarquia nas escolas fora do perímetro urbano da vila de Monforte. Esta tem sido uma área com um crescimento constante desde os 8.546,66 € gastos em 1997/98 até aos 22.779,27 € em 2003/04. De notar que os dados de 2004/05 onde se indicam gastos de apenas 7.467,24 € se referem aos valores gastos até ao decorrer do 2º período desse ano lectivo.

Os valores gastos com as bolsas de estudo que se destinam a estudantes do ensino superior são o terceiro subsídio mais importante a nível dos gastos. Mas, desde que registou o valor máximo de 9.726 € no ano lectivo 2001/02, os valores gastos com as bolsas de estudo têm vindo a diminuir tendo em 2004/05 atingido apenas 3.250 €. Esta evolução está ligada com a alteração do regulamento de atribuição de bolsas neste município.

No que se refere aos gastos com o material e com os manuais escolares, os valores empregues têm sido bastante próximos sendo que, desde o ano lectivo 1999/00, os valores gastos com o material escolar tem sido sempre superior aos valores gastos com os manuais escolares.

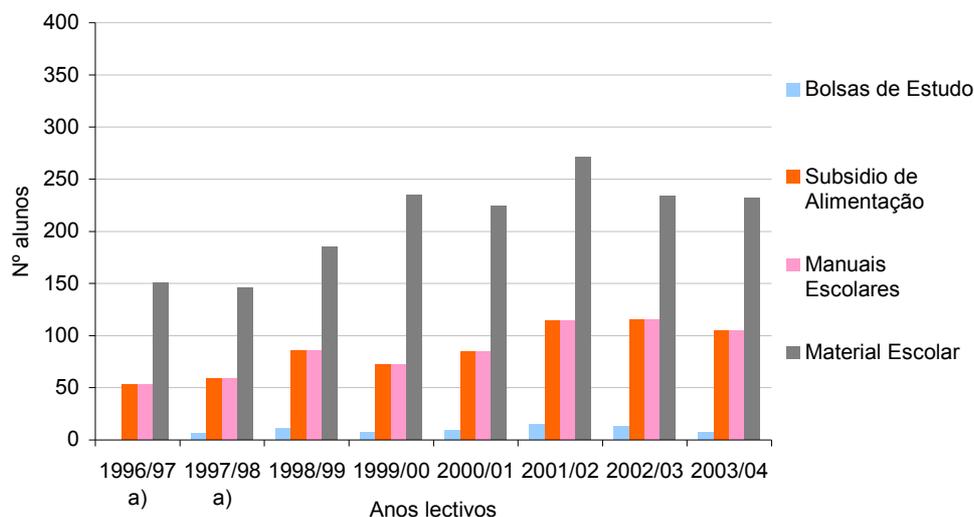
Gráfico 45 -Evolução dos Custos a Acção Social Escolar pela Câmara Municipal de Monforte, entre 1996/97 e 2004/05



Fonte: Câmara Municipal de Monforte, Março de 2005

O número de favorecidos pela a acção social escolar, como se pode verificar pelo Gráfico 46, sofreu oscilações ao longo dos tempos. Porém, poderá dizer-se que houve um crescimento da população escolar abrangida pelas suas diferentes modalidades. O subsídio para material escolar, isto é, não só para “material de uso corrente como outro material necessário ao desenvolvimento das actividades curriculares” (n.º 1 do art.º 17 do DL 399-A de 1984) foi o que beneficiou no decorrer do horizonte temporal uma maior quantidade de estudantes (232 a em 2003/2004).

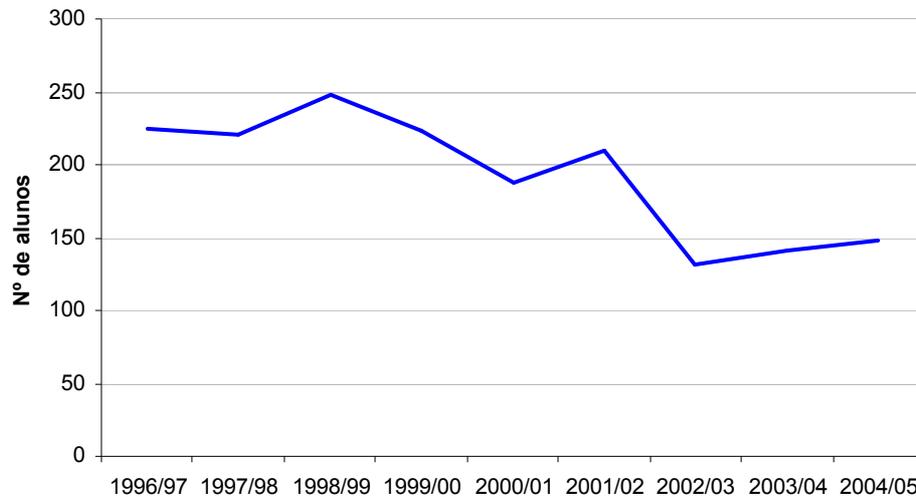
Gráfico 46 - Evolução do Número de Alunos abrangidos pelo Subsídio Escolar e Bolsas de Estudo, entre 1996/97 e 2003/2004



a) Aos Jardins-de-infância do Município era atribuída uma verba por sala (30,000\$/ ou 150€ *4 salas).
 Nota: Não foi possível obter os dados dos alunos que são abrangidos pelos subsídios escolares ou bolsas de estudo para o ano lectivo 2004/05

Fonte: Câmara Municipal de Monforte, Março de 2005

Sendo os gastos com os transportes escolares tão importantes, parece relevante uma análise mais aprofundada deste tipo de subsídio. No gráfico 47, estão apresentados os números de alunos que, durante o período em análise, usufruíram de transporte escolar. O número de alunos que necessitou de transporte escolar tem apresentado uma tendência para decrescer gradualmente. No entanto, nos dois últimos anos lectivos registou-se uma subida ligeira: depois dos 132 alunos, em 2002/03, registaram-se 141 e 148 em 2003/04 e 2004/05, respectivamente.

Gráfico 47 - Evolução do Número de Alunos abrangidos pelo Transporte Escolar

Fonte: Câmara Municipal de Monforte, Março de 2005

De acordo com o Decreto-Lei nº 299/84 de 5 de Setembro compete às Câmaras Municipais assegurarem o transporte escolar de todos os alunos do ensino pré-escolar, 1º, 2º, e 3º ciclos do ensino básico, ensino mediatizado e secundário, oficial ou particular e cooperativo, entre o local da sua residência e o local dos estabelecimentos de ensino, quando os alunos residem a mais de 3 km ou 4 km dos estabelecimentos de ensino com ou sem refeitório, respectivamente. O transporte escolar é gratuito para os estudantes sujeitos à escolaridade obrigatória, que se encontrem nas situações referidas anteriormente.

Existem diversos circuitos nos transportes camarários para servir a população escolar de todo o município. Estes encontram-se descritos na Tabela 29.

Tabela 29 - Síntese dos circuitos e horários dos transportes camarários

Circuitos	Horários	Objectivo do Circuito
Vaiamonte/Monforte/Assumar/Portalegre	7h15m/7h25m/7h35m	Transporte de alunos para a Escola Secundária
Portalegre/Assumar/Monforte/Vaiamonte	17h30m	
Assumar/Monforte	8h15m	Transporte de alunos para a EB2/3
Monforte/Assumar	16h45	
Vaiamonte/Monforte	8h40m	Transporte de alunos para a EB2/3
Monforte/Vaiamonte	17h15m	
Santo Aleixo/Prazeres/Monforte	8h30m	Transporte de alunos para a EB2/3
Monforte/Prazeres/Santo Aleixo	16h45m	

Fonte: Câmara Municipal de Monforte, Março de 2005

Podemos verificar que os últimos três circuitos se destinam a servir os alunos do pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos que frequentam os estabelecimentos de ensino do município de Monforte. O primeiro circuito destina-se aos alunos residentes no município de Monforte que estão em idade de frequentar o secundário e, como não existe nenhum estabelecimento desse nível de ensino no município, têm de se deslocar até Portalegre.

É ainda de referir que nestes circuitos de transportes camarários não estão incluídos os circuitos utilizados para a distribuição da alimentação que é confeccionada na EB 2,3 de Monforte e que é, posteriormente, distribuída pelas restantes escolas que se localizam fora do perímetro urbano da vila de Monforte.

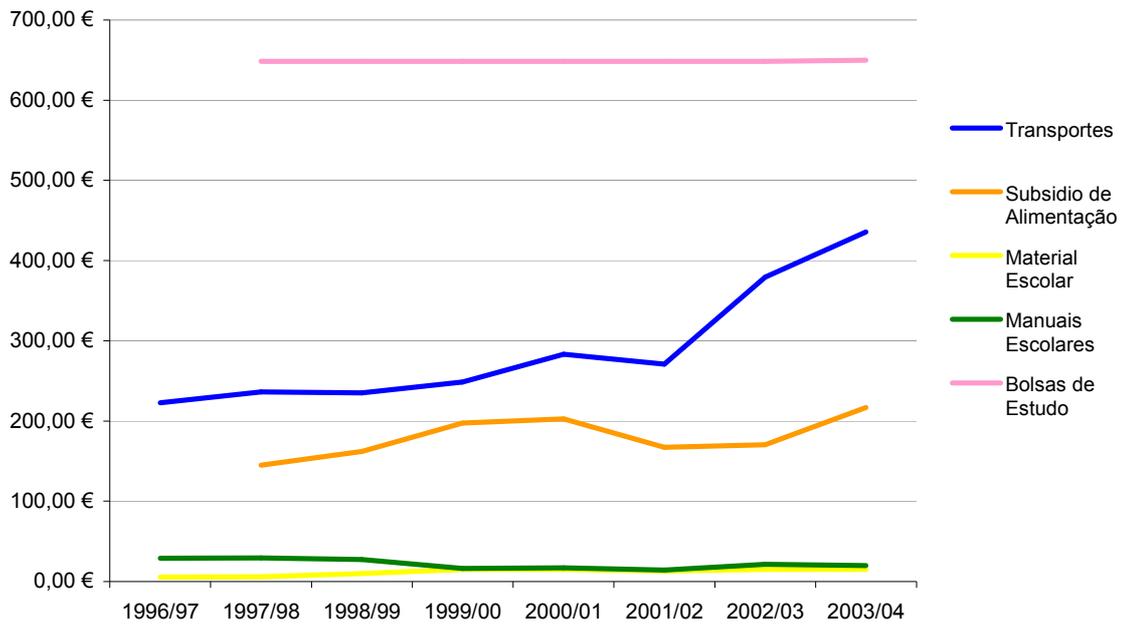
Após analisar a evolução do valor total dos gastos com a acção social escolar e para se ter uma ideia mais clara de como é utilizado o orçamento para a acção social escolar pode fazer-se uma análise dos gastos por aluno. Os dados desta análise encontram-se expressos no Gráfico 48.

O tipo de apoio que apresentou valores mais elevados por aluno, no período em análise, foi o das bolsas de estudo que registaram valores sempre muito próximos dos 650€. Não foi possível calcular os gastos com bolsas de estudo para o ano lectivo 1996/97 devido à inexistência de dados relativos aos valores gastos com bolsas de estudo.

Seguem-se os gastos com os transportes que, nos anos lectivos em análise, praticamente duplicaram passando de 222,67 €, em 1996/97, para 444,64 €, em 2004/05. Um dos factores possíveis para este aumento nos últimos anos terá sido o encerramento da única escola do ensino secundário que funcionava no município (EPRAL – Pólo de Monforte) e a necessidade de possibilitar as deslocações dos alunos para as escolas do ensino secundário no município de Portalegre.

Os gastos com a alimentação por aluno apresentaram, no período em análise, uma tendência para aumentar passando de 144,86 €, em 1997/98, para 216,95 € em 2003/04. Para o ano lectivo 1996/97 não foi possível calcular o gasto médio com cada aluno devido à inexistência de informação sobre os valores gastos com a alimentação nesse ano lectivo.

As despesas mais baixas foram as apresentadas pelos subsídios ao material escolar e aos manuais escolares que têm tendências opostas que fazem com que neste momento apresentem valores muito próximos. Desta forma, enquanto que os valores gastos com o material escolar têm apresentado uma tendência para aumentar, os gastos com os manuais têm apresentado uma tendência para diminuir. Os valores gastos, actualmente, com os manuais escolares e com o material escolar por aluno são de 19,74 € e 14,96 €, respectivamente.

Gráfico 48 - Evolução dos Custos Médios com Acção Social Escolar, por alunos

a) Para o ano lectivo 1996/97, não foi possível calcular os valores referentes às bolsas de estudo e ao subsídio de alimentação devido à inexistência de dados sobre os valores totais gastos.

Fonte: Câmara Municipal de Monforte, Março de 2005

5 - Propostas de Ordenamento da Rede Escolar

Uma carta educativa é um documento de afirmação de várias forças de pressão, nomeadamente pais, alunos, professores, órgãos autárquicos, administração regional e central. É um documento que surge do confronto e disputa de diferentes visões, de diferentes interesses ainda que, a visão que predomina acaba por ser aquela que a autarquia define.

Desta forma, a primeira proposta vai no sentido de haver um maior debate público e um maior apelo à participação pública sempre que se proceder à actualização da carta educativa ou sempre que houver necessidade de reorganizar a rede escolar. A reestruturação da rede escolar deve ainda ter subjacente um carácter estratégico e prospectivo, isto atendendo ao diagnóstico e projecções realizadas.

Um dos pressupostos da reconfiguração da rede escolar será melhorar o actual estado da educação, isto é, reconfigurar para melhorar a utilização dos recursos existentes, para garantir uma melhor qualidade de ensino, para permitir uma maior sociabilização da população escolar, para possibilitar um maior empenhamento de alunos, professores e funcionários e para assegurar também um maior envolvimento da comunidade. Assume-se também como essencial, a integração (sempre que possível) de diferentes níveis de ensino (melhor gestão de recursos).

Assim, e considerando o atrás referido, propõem-se aqui um projecto de reestruturação da rede educativa concelhia, ao nível do pré-escolar e do ensino básico, assente nos seguintes conceitos:

- **Integralidade do percurso escolar.** Os estabelecimentos de ensino deverão conjugar os vários ciclos de ensino assegurando o desenvolvimento do percurso escolar dos alunos dentro de cada Território Educativo.
- **Espírito de comunidade.** Os estabelecimentos de ensino não deverão ter um número reduzido de alunos, para que estes, no seu processo de socialização, ultrapassem os estreitos limites de família ou da aldeia/bairro. Os alunos deverão aprender o sentido de comunidade na escola, experimentando relacionar-se com alunos provenientes de outras áreas: sejam bairros, sejam aldeias. A comunidade escolar deverá fazer a conexão entre a família e a pequena comunidade local (aldeia e /ou bairro) e o município, visto como globalidade política, a região, o país, a União europeia e o mundo.

- **Complementaridade entre freguesias.** A criação de escolas básicas do 1.º ciclo com jardim-de-infância deverá, sempre que possível e necessário, resultar de uma compreensão do carácter complementar que deverá caracterizar a relação entre freguesias de um município.
- **Gestão racional de recursos.** A implementação das novas escolas deverá obedecer a princípios rigorosos de gestão dos recursos, procurando maximizar a relação entre o investimento e o público-alvo beneficiário desse investimento.
- **Adequação e modernização dos recursos.** As novas escolas deverão obedecer a uma lógica de modernização e adequação do parque escolar às necessidades de ensino do século XXI. Deverão ser dotadas de recursos que respondam às necessidades colocadas pela sociedade da informação.
- **Clima Securizante.** As novas escolas deverão obedecer a critérios de maximização do clima de conforto, bem-estar, higiene e segurança.
- **Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como ambiente de trabalho.** A escola deverá ter em conta as TIC e estas deverão ser entendidas não como meros instrumentos de apoio ao trabalho lectivo, mas como ambiente vital onde os alunos deverão aprender a viver e a operar.

Antes de passar a enumerar as propostas específicas para cada um dos estabelecimentos do município de Monforte, serão apresentadas algumas propostas que são transversais a todos eles.

Tendo em conta que as ATL existentes nas freguesias de Assumar, Santo Aleixo e Vaiamonte se destinam ao Pré-Escolar e as crianças do 1º ciclo são integradas apenas conforme as vagas existentes no Pré-Escolar. Devido às actividades que os alunos do 1º ciclo e as crianças do pré-escolar realizam não serem idênticas, propõe-se, para um melhor desenvolvimento dos alunos, a criação em todas as freguesias de **ATL's para o 1º ciclo.**

Outra medida que seria importante para racionalizar melhor os recursos e melhorar as condições para as crianças seria o estabelecimento de contactos com os Centros de Dia de todas as freguesias, com a excepção da de Monforte, no sentido das **refeições dos estabelecimentos de ensino começarem a ser confeccionadas nos Centros de Dia** e seriam transportadas para os estabelecimentos no transporte destes Centros. Com esta medida seria possível libertar alguns funcionários da Câmara Municipal que asseguram o transporte, aumentar a qualidade das refeições e rentabilizar os Centros de Dia.

5.1 - Educação Pré-Escolar

No caso dos JI's, segundo as projecções demográficas efectuadas para este ciclo de ensino estima-se que até 2010/11 exista em todo o município um aumento de 8 crianças. Contudo, este aumento não significativo, ou seja, não implica a construção de um novo estabelecimento de ensino, até porque, de acordo com as taxas de ocupação existe capacidade, na maior parte dos JI's, para absorver um maior número de crianças.

As propostas, no entanto, além do reordenamento da rede escolar visam também a melhoria das condições de ensino nos diferentes estabelecimentos, portanto, de seguida serão apresentadas, escola a escola, algumas dessas propostas.

Antes de proceder à análise particular de cada JI é importante reflectir sobre um conjunto de situações apontadas pelo Centro de Saúde de Monforte. Assim, no que respeita às casas de banho, segundo esta entidade, estas são inadequadas e não se encontram preparadas para receber crianças com deficiência. Além disso, na maior parte casos, as casas de banho encontram-se no exterior dos edifícios obrigando as crianças a deslocarem-se para o exterior. Relativamente, ao espaço necessário para o desenvolvimento de actividades constatou-se que, quando chove, não há um espaço para que as crianças possam brincar e, por isso, é necessário construir salas de convívio. A construção de um pavilhão multiusos, caso se justifique, poderá ser também uma solução para este problema. Por último, foi ainda apontada a necessidade de contemplar as salas de aula com aquecimento/arrefecimento e renovar o pavimento exterior já que é inadequado.

Estas são algumas das medidas a tomar na maior parte dos edifícios que ministram a educação pré-escolar e, para além destas, é necessário atender às especificidades de cada estabelecimento.

5.1.1 - JI de Assumar

Em relação ao JI de Assumar as propostas vão, sobretudo, de implementar um completo sistema de segurança, através da instalação dos seguintes elementos:

- Saídas de emergência;
- Plano de Evacuação;
- Sistema de Alarme;
- Colocação de passadeiras e sinalização na envolvente do edifício escolar.

No que respeita a instalações complementares propõe-se que os alunos deste JI tenham acesso a determinados espaços e/ou actividades em melhores condições, tais como:

- ATL (melhorar o actual espaço onde decorre esta actividade).

Por último, e porque as TIC são cada vez mais importantes, propomos não só a instalação de telefone mas também o aumento do número de computadores já que apenas um computador para 16 crianças.

5.1.2 - JI de Monforte

No JI de Monforte é importante garantir aos seus alunos as condições mínimas de segurança e, por isso, é recomendável a instalação dos seguintes elementos:

- Saídas de emergência;
- Plano de Evacuação;
- Sistema de Alarme;
- Colocação de passadeiras e sinalização na envolvente do edifício escolar.

Em relação às instalações complementares propõe-se que os alunos deste JI tenham acesso a determinados espaços, tais como:

- Sala de convívio; jardim

Embora exista cada mais pressão para que as crianças desde cedo iniciem o seu contacto com as TIC, na maior parte dos casos, a falta de meios impede que esse contacto se verifique. Para o JI de Monforte propõe-se:

- Aumentar o número de computadores por crianças (1 computador para 37 crianças);
- Estabelecer as ligações à Internet

Estas são algumas das medidas que se poderiam tomar para melhorar o funcionamento deste estabelecimento, no entanto, e com o intuito de racionalizar recursos (recursos esses que estão a ser sub-utilizados) a longo prazo, caso se verifique a diminuição de crianças a frequentar o pré-escolar e restantes ciclos de ensino, a melhor estratégia a adoptar nesta freguesia será a transferência dos alunos deste JI para a actual EB1 de Monforte (cujos alunos seriam transferidos para a actual EB2,3 de Monforte) o que permitiria uma maior proximidade entre os estabelecimentos e maior facilidade na utilização de alguns equipamentos por parte das crianças do JI.

5.2.3 - JI de Vaiamonte

O JI de Vaiamonte necessita, urgentemente, de melhorar as suas condições físicas para que as crianças possam, sem qualquer risco, crescer e aprender neste JI. Por esta razão será necessário proceder à construção de um novo edifício que possa alojar este estabelecimento e proporcionar melhores condições às crianças que o frequentam.

5.2 - 1º Ciclo do Ensino Básico

Como se verificou pelas projecções da população escolar para o 1º ciclo, até ao ano lectivo 2010/11, o número de alunos deverá sofrer um aumento de 6 alunos. Tendo em conta as taxas de ocupação que registavam os 4 estabelecimentos do 1º ciclo, em actividade, no ano lectivo 2004/05, não se perspectiva a necessidade de abertura de novas escolas para este nível de ensino.

5.2.1 – EB1 de Assumar

As propostas relativas à EB1 de Assumar, referem-se principalmente à melhoria das condições físicas do estabelecimento e da segurança que ele oferece aos alunos que o frequentam, acesso a equipamentos complementares e a tecnologias de informação.

No que se refere à melhoria de condições do estabelecimento e da segurança, propõe-se:

- Melhoria do estado de conservação do exterior do edifício
- Colocação de sinalização e passadeiras na proximidade do estabelecimento
- Definição de um plano de evacuação e saídas de emergência
- Instalação de um sistema de alarme

Numa época em que as tecnologias da informação têm papel cada vez mais importante na sociedade, o acesso a estas tecnologias por parte dos alunos devia ser melhorado, tendo em conta que o ratio de computadores por aluno é de 1/20 e que o único computador existente serve as duas turmas do estabelecimento. Consideramos, assim, que as medidas a tomar nesta área seriam:

- Aquisição de material informático, nomeadamente computadores.

5.2.2 - EB1 de Monforte

As propostas relativas à EB1 de Monforte incidem na melhoria das condições de segurança oferecidas aos alunos e no acesso a equipamentos complementares e às tecnologias de informação.

No que se refere à segurança, propõe-se:

- Definição de um plano de evacuação e saídas de emergência
- Instalação de um sistema de alarme

Tendo em conta o ratio de computadores por alunos (1/62) e, considerando que o acesso às tecnologias de informação devia ser melhorado, propõe-se:

- Aquisição de material informático, nomeadamente computadores.

Estas são algumas das medidas que se poderiam tomar para melhorar o funcionamento deste estabelecimento, no entanto, tal como referido anteriormente aquando das propostas para o JI de Monforte, propõe-se, a longo prazo e caso se verifique a diminuição do número de crianças, que os alunos que frequentam a EB1 de Monforte sejam transferidos para o edifício da EB 2,3 de Monforte, quer para aproveitamento do espaço deste último estabelecimento, quer para permitir a transferência das crianças do JI de Monforte para este estabelecimento com melhorias significativas de comodidade e acesso a equipamentos complementares existentes na EB 2,3 como o ginásio ou a biblioteca.

5.2.3 - EB1/JI de Santo Aleixo

Para a EB1/JI de Santo Aleixo, os principais pontos que necessitam de intervenção são as instalações e a sua segurança, o acesso a equipamentos complementares e a tecnologias de informação.

No que se refere às instalações, segurança e acesso a equipamentos complementares, propõem-se as seguintes medidas:

- Melhoria dos espaços exteriores, nomeadamente o espaço do recreio e a sua vedação
- Melhoria de outras instalações complementares como o refeitório e ATL que funcionam na antiga escola primária.
- Proporcionar aos alunos o acesso a uma biblioteca
- Definição de um plano de evacuação e saídas de emergência
- Instalação de um sistema de alarme

No que se refere ao acesso às tecnologias de informação existem 3 computadores para 41 alunos. Ainda assim, foi indicado que apenas um dos computadores se encontra em boas condições. Desta forma, propõe-se:

- Aquisição de material informático, nomeadamente computadores.

5.2.4 - EB1 Vaiamonte

Para a EB1 de Vaiamonte as principais intervenções que são necessárias são na área das instalações, da segurança e do acesso às tecnologias de informação.

No caso das instalações e segurança são propostas as seguintes medidas:

- Melhoria dos sanitários e da rede de abastecimento de água
- Melhoria da sala de convívio que é demasiado pequena
- Definição do plano de evacuação e das saídas de emergência
- Instalação do sistema de alarme

No que diz respeito ao acesso às tecnologias de informação, a relação entre os computadores e os alunos é de 1 para 27, o que é claramente insuficiente para 2 turmas. Propõe-se, por isso:

- Aquisição de material informático, nomeadamente computadores.

5.3 - 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico

5.3.1 – EB2, 3 de Monforte

A EB2, 3 de Monforte é a escola nuclear do município e, portanto, agrega um conjunto de meios/recursos que não se encontram disponíveis nas restantes escolas. Uma das formas de proporcionar melhores condições de ensino e de aproveitar na totalidade os recursos existentes seria juntar os ciclos de ensino – 1º, 2º e 3º ciclos – em Monforte.

Segundo as projecções efectuadas, a escola irá perder 3 e 23 alunos no 2º e 3º ciclos, respectivamente. Actualmente, a taxa de ocupação é de 81 % embora não se considere os alunos do pré-escolar e 1º ciclo. A EB1 de Monforte conta com 62 alunos e parte destes alunos já frequentam a EB2,3. Tal como referenciado na análise da taxa de ocupação, “não existem condições para integrar fisicamente as turmas do 1º ciclo”, no entanto, atendendo à tendência decrescente do número de alunos é de ponderar a integração, a longo prazo, dos ciclos de ensino. Porém, para esta integração será necessário intervir no edificado de forma a construir mais salas.

Deste modo, a actual EB2, 3 será, efectivamente, uma EBI onde os recursos seriam racionalizados e reduzidos alguns custos, nomeadamente, os custos de deslocação ao ginásio; refeitório e biblioteca desta escola.

5.4 – Resumo das Propostas

As situações propostas são o culminar de toda a análise realizada a vários indicadores que se encontram neste documento e pretendem, acima de tudo, colmatar as fragilidades; reordenar a rede educativa e promover uma educação de qualidade. Por este motivo é importante intervir nas seguintes áreas:

- Melhoramento das condições de segurança nos Jardins-de-infância e nas Escolas Básicas do 1º Ciclo
- Incremento e desenvolvimento das TIC nos JI e EB1's
- Intervenções de ordem física, que visam a conservação e recuperação das EB1's, já candidatas ao programa de recuperação das escolas do 1º ciclo.
- Intervenções de conservação e melhoramento da EB 2/3

Para além destas medidas mais globais foram propostas outras medidas mais concretas como:

- Construção de novas instalações para o JI de Vaiamonte.
- Implementação de ATL's para o 1º ciclo.
- Alteração da tipologia da EB2,3 de Monforte para EBI de Monforte através da transferência dos alunos da EB1 de Monforte para o edifício da EB2,3.
- Transferência do JI de Monforte das suas instalações actuais para o recinto da EB1 de Monforte.
- Mudança da confecção das refeições da EB2,3 de Monforte para os Centros de Dia de cada freguesia (com a excepção da freguesia de Monforte).

No caso das EB1's, embora se tenham observado algumas melhorias no parque escolar, a idade avançada dos actuais estabelecimentos dá lugar a um conjunto de problemas que urgem solução. De acordo com o PER.EB1 (Programa Especial de Reordenamento da Rede de Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico) algumas das debilidades assinaladas estão a ser alvo de observação e nalguns até de reconstrução afim de garantir o tão ambicionado ensino de qualidade. Este "Programa" refere que o "isolamento, estado de degradação das instalações, a falta de espaços e equipamentos necessários ao sucesso das aprendizagens, a inexistência de refeitórios, bibliotecas e ginásios" contribuem para a falta de convívio entre alunos e professores e, conseqüentemente, conduzem os alunos ao desinteresse e insucesso escolar.

Em consequência do que foi subscrito a CMM¹⁸ candidatou-se ao “Protocolo de Colaboração relativo ao Programa de Apoio às escolas do 1.º ciclo do ensino básico” financiado pelo PORA (Programa Operacional da Região Alentejo) e da responsabilidade da CCDRA (Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Alentejo). O Programa de Apoio às Escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico contempla três vertentes de intervenção:

- 1 – Reparação e conservação dos edifícios;
- 2 – Arranjo de exteriores confinados ao espaço de recreio, excluindo equipamentos de natureza lúdica;
- 3 – Aquisição de materiais didáticos e pedagógicos. O investimento nesta área deverá ser no valor máximo de 2493,99 € por sala de aula.

As operações de recuperação e manutenção previstas para as escolas básicas do 1º ciclo do ensino básico encontra-se explicitadas nas Tabelas 30, 31, 32 e 33. Convém, no entanto, salientar que algumas intervenções previstas poderão já ter sido iniciadas e/ou concluídas.

¹⁸Segundo a alínea b) do número 1 do artigo 19 da Lei 159/99 de 14 de Setembro “é da competência dos órgãos municipais a Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos das escolas do ensino básico”.

Tabela 30 - Intervenções a realizar no âmbito do “Protocolo de Colaboração relativo ao Programa de Apoio às escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico” na EB1 de Assumar

Salas	<ul style="list-style-type: none"> • Pinturas interiores e exteriores.
Edifício	<ul style="list-style-type: none"> • Remodelação das instalações sanitárias (obra de construção civil e de substituição de aparelhos sanitários, adaptando-se as exigências legais actuais); • Canalização; • Substituição da instalação eléctrica; • Sistema de aquecimento; • Arranjo e substituição de caixilharia.
Envolvente	<ul style="list-style-type: none"> • Pavimentação e repavimentação parcial (percursos mais usuais); • Vedação; • Plantações; • Equipamentos infantis.
Outros	<ul style="list-style-type: none"> • Material Didáctico.

Fonte: Câmara Municipal de Monforte, Janeiro de 2003.

Tabela 31 - Intervenções a realizar no âmbito do “Protocolo de Colaboração relativo ao Programa de Apoio às escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico” na EB1 de Monforte

<p style="text-align: center;">Edifício</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pinturas interiores e exteriores; • Substituição e remodelação dos pavimentos interior; • Remodelação das instalações sanitárias (obra de construção civil e de substituição de aparelhos sanitários, adaptando-se às exigências legais actuais); • Canalizações; • Substituição da instalação eléctrica; • Sistema de aquecimento; • Arranjo e substituição da caixilharia; • Cobertura (Limpeza e/ou substituição).
<p style="text-align: center;">Envolvente</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pavimentação e repavimentação parcial (percursos mais usuais); • Vedação; • Plantações; • Equipamentos infantis.
<p style="text-align: center;">Outros</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Material Didáctico.

Fonte: Câmara Municipal de Monforte, Janeiro de 2003.

Tabela 32 - Intervenções a realizar no âmbito do “Protocolo de Colaboração relativo ao Programa de Apoio às escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico” na EB1/JI de Santo Aleixo

Salas	<ul style="list-style-type: none"> • Pinturas interiores e exteriores.
Edifício	<ul style="list-style-type: none"> • Remodelação das instalações sanitárias (obra de construção civil e de substituição de aparelhos sanitários, adaptando-se as exigências legais actuais); • Canalização; • Substituição da instalação eléctrica; Sistema de aquecimento; • Cobertura (Limpeza e/ou substituição); • Arranjo e substituição de caixilharia.
Envolvente	<ul style="list-style-type: none"> • Pavimentação e repavimentação parcial (percursos mais usuais); • Vedação; • Plantações; • Equipamentos infantis.
Outros	<ul style="list-style-type: none"> • Material Didáctico.

Fonte: Câmara Municipal de Monforte, Janeiro de 2003

Tabela 33 - Intervenções a realizar no âmbito do “Protocolo de Colaboração relativo ao Programa de Apoio às escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico” na EB1 de Vaiamonte

Salas	<ul style="list-style-type: none"> • Pinturas interiores e exteriores.
Edifício	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição e remodelação dos pavimentos interior; • Remodelação das instalações sanitárias (obra de construção civil e de substituição de aparelhos sanitários, adaptando-se as exigências legais actuais); • Canalização; • Substituição da instalação eléctrica; Arranjo e substituição da caixilharia; • Cobertura (Limpeza e/ou substituição); • Construção de Alpendre.
Envolvente	<ul style="list-style-type: none"> • Pavimentação e repavimentação parcial (percursos mais usuais); • Plantações; • Equipamentos infantis.
Outros	<ul style="list-style-type: none"> • Material Didáctico.

Fonte: Câmara Municipal de Monforte, Janeiro de 2003.

É também importante referir que, embora se tenha verificado um reduzido número de computadores por aluno, actualmente, todos os estabelecimentos de ensino (excepto os de ensino pré-escolar) fazem parte do PIE - Programa Internet na Escola – que, se desenvolve no âmbito da Iniciativa Internet e, tem por base as medidas contidas no Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, no capítulo A Escola Informada.

Por último, e além das referidas reparações a fazer nos diferentes edifícios escolares, a criação de uma EB1,2,3 na sede do município é determinante para a racionalização dos recursos disponíveis na actual EB2, 3 de Monforte.

6 – Monitorização / Avaliação do Processo

A Carta Educativa do município é um documento estratégico com um determinado período de vigência, ao fim do qual ambiciona que certos objectivos tenham sido alcançados. No entanto, e acima de tudo, é um processo em constante reorientação face à natural evolução da realidade local e nacional. Traçados esses objectivos, é fundamental estabelecer uma metodologia de medição do seu grau de execução, tarefa indispensável à gestão do sistema educativo local e prolongamento natural da necessária avaliação da política educativa local.

Tendo por base um projecto curricular local que abraça o desenvolvimento integral do aluno numa sociedade cada vez mais tecnológica e multicultural, possibilitando, ao mesmo tempo, o envolvimento da comunidade local através da divulgação de informação adequada e rigorosa a vida escolar no município e em cada escola.

6.1 - Processo de Monitorização

Será necessário dotar a Câmara de um instrumento que possibilite um melhor acompanhamento do desenvolvimento de políticas constantes na Carta Educativa, bem como do seu envolvimento ao nível dos vários serviços de que é responsável na área educativa: **Sócio-Educativas** (Transportes escolares, ASE, intervenções recreativas e culturais complementares, almoços e prolongamentos do Pré-escolar, funcionários auxiliares de acção educativa); **Protecção Civil e Segurança** (relações Câmara/ Protecção Civil/ Centro de Saúde, existência e fornecimento de extintores e outros materiais de segurança); **Património** (edificado escolar e outros equipamentos); **Obras** (manutenção do edificado escolar, relação com as juntas de freguesia); **Culturais** (existência de projectos culturais e de promoção da educação, cedência de espaços para actividades culturais e/ou escolares); **Gabinete de Apoio ao Planeamento Educativo** (carta escolar, recepções ao professor, agenda do professor, existência do Município Municipal de Educação) e **Actividades Desportivas**.

Assim deverá constituir-se uma rede de informação que forneça uma dupla utilização:

- A monitorização/ avaliação do sistema educativo local por parte da Câmara Municipal, bem como, a disponibilização de informação aos munícipes.
- Para as escolas, permitir a monitorização do seu desempenho.

Este processo deverá assentar numa plataforma, que sistematize a recolha e organização da informação em suporte digital, através da constituição de uma base de dados onde constarão as informações introduzidas pelas escolas e serviços da Câmara Municipal. Toda a informação deverá ser, obrigatoriamente, actualizada até a uma data limite a definir entre as várias instituições envolvidas (terá, assim, de existir um compromisso entre estas mesmas instituições). Depois de actualizada, essa base de dados, permitiria a ligação a um Sistema de Informação Geográfica e o desenvolvimento de um trabalho projectivo que, indubitavelmente, permitirá melhorar continuamente (de ano lectivo para ano lectivo) a rede escolar municipal.

No final de cada ano lectivo será produzido um relatório de diagnóstico do sistema educativo local. A partir desse relatório, será desenvolvida uma reflexão avaliativa em sede de Conselho Municipal de Educação acerca do desenvolvimento da carta educativa, propondo os ajustes estratégicos considerados pertinentes face ao diagnóstico traçado.

A monitorização da Carta Educativa deve ser um processo de responsabilidade de uma estrutura onde haja uma visão global e integrada da realidade local em matéria de educação. Por isso, o organismo naturalmente vocacionado para esse efeito é o Conselho Municipal de Educação. Será em sede deste órgão, como já anteriormente foi referido, que irão ter lugar as reflexões avaliativas acerca da implementação da carta educativa, um “tomar do pulso” à realidade educativa com vista à garantia de um sistema de qualidade e adequado às necessidades locais, fruto de uma ampla discussão por parte de todos os actores envolvidos.

Bibliografia

- Câmara Municipal de Monforte (199?), *Plano Director Municipal de Monforte*, Monforte.

- CORAGEM, C.; MARTINS, E.; OLIVEIRA, B. (2000); *Critérios de Reordenamento da Rede Educativa*; Ministério da Educação; Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento; Lisboa.2000;

- CORAGEM, C.; MARTINS, E.; OLIVEIRA, B. (2000); *Manual para a Elaboração da Carta Educativa*; Ministério da Educação; Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento; Lisboa.

- DGOTDU – Direcção Geral Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2002) - *Normas para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos*, Lisboa.

- DREA - Direcção Regional De Educação Do Alentejo (2004) – *Evolução da População Escolar do Alentejo 1996-2004*, Évora.

- DREA - Direcção Regional De Educação Do Alentejo (2004) – *Projecções Demográficas da População Escolar*, Évora.

- HILÁRIO, L.(2002) – Tese para a atribuição do grau de licenciatura em Geografia e Planeamento Regional – *Carta Educativa do Concelho do Gavião* – Lisboa, FCSH-UNL, pp. 71.

- INE - Instituto Nacional De Estatística – Portugal.
 - *X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População*
 - *Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2000*

Sites consultados:

- DEB – Departamento da Educação Básica do Ministério da Educação:
<http://www.deb.min-edu.pt/Nep/default.htm>.
- INE – Instituto Nacional De Estatística: <http://www.ine.pt/>
- GIASE – Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo:
<http://www.giase.min-edu.pt/>

ANEXOS

Anexo A - Critérios de Planeamento

<p>Irradiação</p>	<p>A irradiação de uma escola (distância-tempo máximos entre a escola e os locais de residência dos alunos) é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando-se ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos.</p> <p>Os valores de irradiação variam em função do nível etário dos alunos e dos meios de deslocação utilizados.</p> <p>Na prática, o estabelecimento daqueles valores (e a conseqüente delimitação de uma área de drenagem) deve também atender às características físicas da zona em estudo (orografia, clima, vias de comunicação, rede de transportes) por forma a garantir aos alunos condições adequadas de segurança e de conforto nas suas deslocações diárias entre a escola e os locais onde residem.</p> <p>No quadros das páginas seguintes são definidos para cada tipo de estabelecimento de ensino e consoante o meio de deslocação a utilizar, valores preferenciais e máximos de distância e de tempo de percurso escola-habitação.</p>
<p>População base e população a escolarizar</p>	<p>Designa-se por população base o número de habitantes na área de drenagem de um determinado tipo de escola, que serve de suporte e justifica a criação, ampliação, remodelação ou reconversão dessa escola.</p> <p>A população a escolarizar é o subconjunto da população base constituído pelos grupos etários correspondentes aos diferentes níveis de ensino e tipos de escolas, tendo em conta os objectivos da política educativa definidos para cada um desses níveis. Em sentido restrito, o conceito é frequentemente aplicado a um único tipo de escola ou nível de ensino.</p> <p>A expressão quantitativa da população base e da população a escolarizar deve basear-se em dados estatísticos recentes e em previsões de evolução demográfica a médio prazo relativas à área em estudo.</p> <p>O cálculo da população a escolarizar deverá também analisar factores locais susceptíveis de influenciar positiva ou negativamente a procura (os locais de trabalho da população adulta com filhos em idade escolar, o grau de atracção de escolas próximas, etc.).</p> <p>A título indicativo, os quadros das páginas seguintes apresentam, relativamente a determinadas populações a escolarizar, valores de população base calculados a partir de intervalos percentuais médios de grupos etários no território continental (Censos de 1991).</p>

<p>Critérios de programação</p>	<p>Na base dos indicadores de programação escolar estão critérios pedagógicos, sociais e de viabilidade de funcionamento e gestão escolar, visando-se o estabelecimento de condições adequadas à realização de um ensino de qualidade.</p> <p>São apresentados os seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regime de funcionamento das escolas; - Valores mínimos, preferenciais e máximos relativos ao número de alunos por turma; - O leque total ou parcial de capacidades e lotações das escolas.
<p>Critérios de dimensionamento</p>	<p>Indicadores relativos ao dimensionamento de terrenos escolares e à área bruta de construção dos diferentes tipos e capacidades de estabelecimentos de educação e ensino.</p> <p>Os indicadores relativos às instalações interiores e exteriores cobertas para a disciplina de Educação Física são apresentados separadamente, em quadros próprios.</p> <p>Por área bruta de construção (Ab) entende-se a superfície medida pelo perímetro exterior das paredes exteriores.</p>
<p>Critérios de localização</p>	<p>Expõem-se aqui os critérios que devem orientar os processos de localização dos diferentes tipos de escolas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inserção da escola no tecido urbano e sua relação de complementaridade com outros equipamentos; - Requisitos de segurança e de qualidade ambiental da área envolvente; - Infra-estruturas básicas; - Características físicas dos terrenos escolares e incompatibilidades de vizinhança.

Fonte: Normas para a programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos, DGOTDU, 2002

Anexo B - Critérios de planeamento: Ciclos de Ensino

Educação Pré-escolar - Faixa etária: dos 3 aos 5 anos

Critérios de Planeamento																			
Irradiação	<p>A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos.</p> <p>Percursos escola-habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A pé (preferencial): até 15 minutos - Em transporte público (máximo aceitável): 20 minutos <p>Os percursos entre a escola e os locais de residência dos alunos, bem como os modos e os meios de deslocação, devem ser analisados segundo critérios rigorosos de segurança e de conforto.</p> <p>Atendendo ao grupo etário em estudo, a distância entre o Jardim de Infância e os locais de residência ou de trabalho dos pais das crianças deverá subordinar-se ao princípio geral de grande proximidade.</p>																		
População base e população a escolarizar	<p>Varição NUT III dos grupos etários (1991): 3 aos 5 anos: 2,4%-4,6%</p> <p>Mínimo (População base: 900 habitantes) - N.º de crianças: 20</p> <p>Máximo (População base: 3600 habitantes) - N.º de crianças: 150</p> <p>O número de habitantes foi calculado com base no princípio de que só cerca de 90% das crianças deste grupo etário frequenta o Jardim de Infância.</p> <p>A criação de Jardins de Infância com mais de três salas de actividade, aqui preconizados, restringe-se a situações mais particulares, nomeadamente, em territórios com elevados índices de habitantes por Km².</p>																		
Critérios de programação	<p>Número de crianças por educador: mínimo - 20 e máximo - 25</p> <p>1 sala de actividades por educador</p> <table border="1" style="margin-left: 20px;"> <thead> <tr> <th>Ref^a.</th> <th>Salas</th> <th>Crianças</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>J1</td> <td>2</td> <td>50</td> </tr> <tr> <td>J1</td> <td>3</td> <td>75</td> </tr> <tr> <td>J1</td> <td>4</td> <td>100</td> </tr> <tr> <td>J1</td> <td>5</td> <td>125</td> </tr> <tr> <td>J1</td> <td>6</td> <td>150</td> </tr> </tbody> </table> <p>O processo de criação de um Jardim de Infância com uma única sala de actividades deve, em regra, subordinar-se ao princípio geral de que o Jardim de Infância deve ser integrado em escolas ou outros equipamentos sociais com os quais não seja incompatível.</p>	Ref ^a .	Salas	Crianças	J1	2	50	J1	3	75	J1	4	100	J1	5	125	J1	6	150
Ref ^a .	Salas	Crianças																	
J1	2	50																	
J1	3	75																	
J1	4	100																	
J1	5	125																	
J1	6	150																	
Critérios de dimensionamento	<p>Indicadores de referência:</p> <p>Área bruta de construção (Ab): 6 m²/criança</p> <p>Área de terreno: 16 m²/criança</p>																		

	Ab* (m ²)	Terreno** (m ²)	Terr./al. (m ²)
	330	850	17,0
	450	1200	16,0
	580	1600	16,0
	700	2000	16,0
	830	2400	16,0
Critérios de localização	<p>Por regra, o Jardim de Infância não deve situar-se na área de influência de outros sub-utilizados e em bom estado de conservação onde seja ministrado o mesmo nível de educação ou ensino.</p> <p>A escola e a envolvente urbana:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inserção correcta da escola no tecido urbano; - Proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos, culturais e sociais do aglomerado; - Rede de transportes públicos; - Segurança nos percursos, nas áreas envolventes da escola e nas zonas de acesso imediato à mesma; - Adequadas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído); - Abastecimento de água e de energia eléctrica, drenagem de esgotos, rede de telecomunicações e recolha de lixos. <p>Terrenos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidade); - Com características geológicas que possibilitem a execução de funções directas. <p>Incompatibilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vizinhanças insalubres ou perigosas; <p>Atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica.</p>		
Observações	<p>A rede nacional de educação Pré-Escolar, consagrada na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (lei n.º 5/97) e no Decreto-Lei n.º 147/97, engloba a rede de estabelecimentos públicos, privados e de solidariedade social, competindo ao Ministério da Educação a sua tutela pedagógica.</p> <p>Para o alargamento e expansão da rede nacional de educação Pré-Escolar foi igualmente elaborado um conjunto de diplomas que, desenvolvendo aspectos da Lei-Quadro e do Decreto-Lei, regulamentam e explicitam critérios para a sua execução.</p> <p>O Despacho-Conjunto n.º 268/97, de 25 de Agosto, define critérios pedagógicos e técnicos para a instalação e funcionamento de estabelecimentos de educação Pré-</p>		

	<p>Escolar cuja consulta se torna igualmente indispensável para a elaboração de cartas educativas.</p> <p>*Ab- Área bruta de construção.</p> <p>*Terreno- Áreas de terreno (inclui campo de jogos e recreio coberto).</p> <p>Os valores indicados referem-se a áreas de terrenos com declive suave, até 5% de inclinação. Por cada ponto percentual acima de 5%, até ao máximo de 10%, a área de terreno deverá ser acrescida de 4%.</p>
--	--

Fonte: Normas para a programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos, DGOTDU, 2002

1º Ciclo do Ensino Básico - Faixa etária: dos 6 aos 9 anos

<p>Irradiação</p>	<p>A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos.</p> <p>Percursos escola-habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A pé: distância preferencial até 1 km ou 15 minutos e máximo aceitável até 1,5 km ou 30 minutos - Em transporte público: até 40 minutos 															
<p>População base e população a escolarizar</p>	<p>Varição NUT III dos grupos etários (1991): 6 aos 9 anos: 4,0%-6,7%</p> <p>Mínimo: População base: 2000 habitantes População a escolarizar: 80alunos (4 turmas)</p> <p>Máximo: População base: 4500 habitantes População a escolarizar: 300 alunos (12 turmas)</p>															
<p>Critérios de programação</p>	<p>Regime de funcionamento: turno único Número de alunos/sala: 20 a 25 alunos 1 sala de aula/turma</p> <table border="1" data-bbox="451 1182 877 1323"> <thead> <tr> <th>Refª.</th> <th>Salas</th> <th>Crianças</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>EB1</td> <td>4</td> <td>100</td> </tr> <tr> <td>EB1</td> <td>6</td> <td>150</td> </tr> <tr> <td>EB1</td> <td>8</td> <td>200</td> </tr> <tr> <td>EB1</td> <td>12</td> <td>300</td> </tr> </tbody> </table> <p>A capacidade das escolas do 1º ciclo não deve ser inferior a 4 turmas nem superior a 12 turmas.</p> <p>Não é aconselhável a criação de escolas apenas com o 1º ciclo do ensino básico. Sempre que possível, deve proceder-se à integração da escola do 1º ciclo com o jardim de infância e com os ciclos subsequentes do ensino básico.</p>	Refª.	Salas	Crianças	EB1	4	100	EB1	6	150	EB1	8	200	EB1	12	300
Refª.	Salas	Crianças														
EB1	4	100														
EB1	6	150														
EB1	8	200														
EB1	12	300														
<p>Critérios de dimensionamento</p>	<p>Indicadores de referência: Área bruta de construção (Ab): 6,2 m²/criança Área de terreno: 18 m²/criança</p> <table border="1" data-bbox="451 1776 895 2011"> <thead> <tr> <th>Ab* (m²)</th> <th>Terreno** (m²)</th> <th>Terr./al. (m²)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>640</td> <td>2200</td> <td>22,0</td> </tr> <tr> <td>930</td> <td>2700</td> <td>18,0</td> </tr> <tr> <td>1220</td> <td>3300</td> <td>16,5</td> </tr> <tr> <td>1700</td> <td>4400</td> <td>14,7</td> </tr> </tbody> </table>	Ab* (m ²)	Terreno** (m ²)	Terr./al. (m ²)	640	2200	22,0	930	2700	18,0	1220	3300	16,5	1700	4400	14,7
Ab* (m ²)	Terreno** (m ²)	Terr./al. (m ²)														
640	2200	22,0														
930	2700	18,0														
1220	3300	16,5														
1700	4400	14,7														

	As áreas indicadas referem-se a escolas só com o 1º ciclo e que não possam utilizar equipamentos existente noutros estabelecimentos próximos, tais como bibliotecas, cantinas e instalações desportivas.
Crítérios de localização	<p>A escola deve estar articulada com os outros estabelecimentos de ensino que constam da Carta Educativa, não devendo situar-se na área de influência de escolas do 1º ciclo subutilizadas e em bom estado de conservação.</p> <p>A escola e a envolvente urbana:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Correcta inserção no meio urbano, com proximidade a jardins públicos e equipamentos sociais, culturais ou educativos - Proximidade entre a escola e as residências dos alunos; - Rede de transportes públicos; - Segurança nos percursos e nas zonas de acesso imediato à escola; - Boas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído); - Abastecimento de água, drenagem de esgotos, energia eléctrica, rede de telecomunicações e recolha de lixos. <p>Terrenos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidades); - Com características geológicas e geotécnicas que possibilitem fundações directas das construções. <p>Incompatibilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vizinhanças insalubres ou perigosas; - Atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica.
Observações	<p>*Ab- Área bruta de construção.</p> <p>*Terreno- Áreas de terreno (inclui campo de jogos e recreio coberto).</p> <p>Os valores indicados referem-se a terrenos com forma regular e declive até 5%.</p>

Fonte: Normas para a programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos, DGOTDU, 2002

Escola com o 1º Ciclo do Ensino Básico e a Educação Pré-escolar - Faixa etária: dos 3 aos 9 anos

<p>Irradiação</p>	<p>A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos.</p> <p>Sendo o nível etário dos alunos um dos factores de que depende a irradiação de uma escola, a uma escola integrada estão associados tantos valores de irradiação quantos os níveis de educação e ensino que ela integra.</p> <p>Neste sentido veja-se os valores de irradiação constantes dos quadros relativos a: Jardim de Infância- JI e Escola Básica do 1º Ciclo- EB1.</p>
<p>População base e população a escolarizar</p>	<p>A uma escola integrada estão associados tantos valores de população a escolarizar quantos os níveis de educação e ensino que integra.</p> <p>Variação NUT III dos grupos etários (1991): 3 aos 5 anos: 2,4%-4,6% 6 aos 9 anos: 4%-6,7%</p> <p>Mínimo: JI População base: 900 habitantes. N.º de crianças: 20 (1 sala) 1º C População base: 1000 habitantes População a escolarizar: 40alunos (2 turmas)</p> <p>Máximo: JI População base: 1800 habitantes N.º de crianças: 75 (3 salas) 1º C População base: 4500 habitantes População a escolarizar: 300 alunos (12 turmas)</p>

<p>Critérios de programação</p>	<p>Regime de funcionamento: turno único</p> <p>Número de crianças/alunos por sala/turma:</p> <p>Jl- 20 a 25</p> <p>1º C- 20 a 25</p> <p>1 sala de actividades ou sala de aula por grupo/turma</p> <table border="1" data-bbox="485 539 911 972"> <thead> <tr> <th>Refª.</th> <th>Salas</th> <th>Crianças</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>EB1,JI</td> <td>3</td> <td>75</td> </tr> <tr> <td></td> <td>(2+1)</td> <td>(50+25)</td> </tr> <tr> <td>EB1,JI</td> <td>6</td> <td>150</td> </tr> <tr> <td></td> <td>(4+2)</td> <td>(100+50)</td> </tr> <tr> <td>EB1,JI</td> <td>7</td> <td>175</td> </tr> <tr> <td></td> <td>(4+3)</td> <td>(100+75)</td> </tr> <tr> <td>EB1,JI</td> <td>11</td> <td>275</td> </tr> <tr> <td></td> <td>(8+3)</td> <td>(200+75)</td> </tr> <tr> <td>EB1,JI</td> <td>15</td> <td>375</td> </tr> <tr> <td></td> <td>(12+3)</td> <td>(300+75)</td> </tr> </tbody> </table> <p>Salienta-se que na escola EB1,JI não devem ser excedidas, por nível de educação e ensino, as capacidades e lotações máximas indicadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 3 salas de actividades para educação Pré-Escolar; - 12 salas de aula para o 1º ciclo do ensino básico. 	Refª.	Salas	Crianças	EB1,JI	3	75		(2+1)	(50+25)	EB1,JI	6	150		(4+2)	(100+50)	EB1,JI	7	175		(4+3)	(100+75)	EB1,JI	11	275		(8+3)	(200+75)	EB1,JI	15	375		(12+3)	(300+75)
Refª.	Salas	Crianças																																
EB1,JI	3	75																																
	(2+1)	(50+25)																																
EB1,JI	6	150																																
	(4+2)	(100+50)																																
EB1,JI	7	175																																
	(4+3)	(100+75)																																
EB1,JI	11	275																																
	(8+3)	(200+75)																																
EB1,JI	15	375																																
	(12+3)	(300+75)																																
<p>Critérios de dimensionamento</p>	<p>Indicadores de referência:</p> <p>Área bruta de construção (Ab): 5,5 m²/criança</p> <p>Área de terreno: 18 m²/criança</p> <table border="1" data-bbox="485 1352 943 1632"> <thead> <tr> <th>Ab*</th> <th>Terreno**</th> <th>Terr./al.</th> </tr> <tr> <th>(m²)</th> <th>(m²)</th> <th>(m²)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>460</td> <td>1700</td> <td>22,6</td> </tr> <tr> <td>860</td> <td>2700</td> <td>18,0</td> </tr> <tr> <td>980</td> <td>3100</td> <td>17,7</td> </tr> <tr> <td>1500</td> <td>4200</td> <td>15,3</td> </tr> <tr> <td>1960</td> <td>5300</td> <td>14,2</td> </tr> </tbody> </table>	Ab*	Terreno**	Terr./al.	(m ²)	(m ²)	(m ²)	460	1700	22,6	860	2700	18,0	980	3100	17,7	1500	4200	15,3	1960	5300	14,2												
Ab*	Terreno**	Terr./al.																																
(m ²)	(m ²)	(m ²)																																
460	1700	22,6																																
860	2700	18,0																																
980	3100	17,7																																
1500	4200	15,3																																
1960	5300	14,2																																
<p>Critérios de localização</p>	<p>Por regra, a escola não deve situar-se na área de influência de escolas sub-utilizadas e em bom estado de conservação onde sejam ministrados os mesmos níveis de educação e ensino.</p> <p>A escola e a envolvente urbana:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inserção correcta da escola no tecido urbano; - Proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos, culturais e sociais do aglomerado; - Rede de transportes públicos; 																																	

	<ul style="list-style-type: none"> - Segurança nos percursos, áreas envolventes da escola e nas zonas de acesso imediato à mesma; - Adequadas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído); - Abastecimento de água e de energia eléctrica, drenagem de esgotos, rede de telecomunicações e recolha de lixos. <p>Terrenos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidades); - Com características geológicas que possibilitem a execução de fundações directas. <p>Incompatibilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vizinhanças insalubres ou perigosas; - Atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica.
<p>Observações</p>	<p>*Ab - Área bruta de construção.</p> <p>**Terreno - Áreas de terreno mínimas.</p> <p>Os valores indicados referem-se a áreas de terrenos com declive suave, até 5% de inclinação. Por cada ponto percentual acima de 5%, até ao máximo de 10%, a área de terreno deverá ser acrescida de 4%.</p>

Fonte: Normas para a programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos, DGOTDU, 2002

Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos (EB2,3) - Faixa etária: dos 10 aos 14 anos

<p>Irradiação</p>	<p>A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos.</p> <p>Percursos escola-habitação: A pé: Distância preferencial até 1,5 km ou 30 minutos Máximo aceitável 2,2 km ou 45 minutos Em transporte público: 60 minutos</p> <p>Os percursos entre a escola e os locais de residência dos alunos, bem como os modos e os meios de deslocação, devem ser analisados segundo critérios rigorosos de segurança e de conforto.</p>															
<p>População base e população a escolarizar</p>	<p>Variação NUT III dos grupos etários (1991): 10 aos 14 anos: 6,3% -9,5%</p> <p>Mínimo: População base: 3800 habitantes População a escolarizar: 240 alunos (10 turmas)</p> <p>Máximo: População base: 7900 habitantes População a escolarizar: 750 alunos (25 turmas)</p> <p>Máximo recomendado: População base: 6300 habitantes População a escolarizar: 600 alunos (25 turmas)</p>															
<p>Critérios de programação</p>	<p>Regime de funcionamento das escolas: turno único Número de alunos /turma: Preferencial: 24 Máximo: 30 a) 1 sala de aula/turma</p> <table border="1" data-bbox="486 1568 925 1769"> <thead> <tr> <th>Refª.</th> <th>Turmas</th> <th>Alunos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>EB2,3</td> <td>10</td> <td>240-300</td> </tr> <tr> <td>EB2,3</td> <td>15</td> <td>360-450</td> </tr> <tr> <td>EB2,3</td> <td>20</td> <td>480-600</td> </tr> <tr> <td>EB2,3</td> <td>25</td> <td>600-750</td> </tr> </tbody> </table> <p>a) Em certos casos pode justificar-se a criação de uma escola EB2,3 com 20 alunos/turma. Os elevados custos de construção e de funcionamento de escolas com este limiar de alunos/turma, restringem contudo o seu campo de aplicação a situações muito peculiares (zonas isoladas, reduzida população a escolarizar, escolas pequenas - EB2,3/10T ou Escola Básica Integrada).</p>	Refª.	Turmas	Alunos	EB2,3	10	240-300	EB2,3	15	360-450	EB2,3	20	480-600	EB2,3	25	600-750
Refª.	Turmas	Alunos														
EB2,3	10	240-300														
EB2,3	15	360-450														
EB2,3	20	480-600														
EB2,3	25	600-750														

<p>Critérios de dimensionamento</p>	<p>Indicadores de referência: Área bruta de construção (Ab): 8,2 m²/aluno Área de terreno: 26 m²/aluno</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ab* (m²)</th> <th>Terreno** (m²)</th> <th>Terr./al. (m²)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>3000</td> <td>8300</td> <td>27,7</td> </tr> <tr> <td>3800</td> <td>13300</td> <td>29,6</td> </tr> <tr> <td>5100</td> <td>15700</td> <td>26,2</td> </tr> <tr> <td>5800</td> <td>18200</td> <td>24,3</td> </tr> </tbody> </table> <p>As áreas brutas (Ab) indicadas correspondem a modelos padronizados de programas de espaços.</p> <p>Face às realidades locais e considerando a vantagem em promover a articulação funcional da escola com outros equipamentos, designadamente os desportivos, os programas de espaços das escolas a construir, ampliar ou remodelar, deverão ser aferidos caso a caso.</p>	Ab* (m ²)	Terreno** (m ²)	Terr./al. (m ²)	3000	8300	27,7	3800	13300	29,6	5100	15700	26,2	5800	18200	24,3
Ab* (m ²)	Terreno** (m ²)	Terr./al. (m ²)														
3000	8300	27,7														
3800	13300	29,6														
5100	15700	26,2														
5800	18200	24,3														
<p>Critérios de localização</p>	<p>Em regra, a escola não deve situar-se na área de influência de escolas sub-utilizadas e em bom estado de conservação onde sejam ministrado o mesmo nível de ensino.</p> <p>A escola e a envolvente urbana:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inserção correcta da escola no tecido urbano; - Proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos, culturais e sociais do aglomerado; - Rede de transportes públicos; - Segurança nos percursos, nas áreas envolventes da escola e nas zonas de acesso imediato à mesma; - Adequadas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído); - Abastecimento de água e de energia eléctrica, drenagem de esgotos, rede de telecomunicações e recolha de lixos. <p>Terrenos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidades); - Com características geológicas que possibilitem a execução de fundações directas. <p>Incompatibilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vizinhanças insalubres ou perigosas; - Atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica. 															

Observações	<p>*Ab- área bruta de construção. Os valores apresentados não incluem os espaços interiores nem os exteriores cobertos para a disciplina de Educação Física.</p> <p>*Terreno- Áreas de terreno mínimo. Estas áreas comportam os espaços para a disciplina de Educação física (espaços interiores, exteriores, cobertos e ao ar livre).</p> <p>Os valores indicados referem-se a terrenos com declives suaves (até 5%). Por cada ponto percentual de declive acima de 5% e até ao máximo de 10%, a área do terreno escolar deve ser acrescida de 4%.</p> <p>Nota - Os indicadores de referência para áreas de construção e de terreno por aluno (coluna 4) reportam-se a escolas com 30 alunos por turma.</p>
--------------------	--

Fonte: Normas para a programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos, DGOTDU, 2002

Escola Básica Integrada (EB1, 2 e 3) - Faixa etária: dos 6 aos 14 anos

<p>Irradiação</p>	<p>A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos. Sendo o nível etário dos alunos um dos factores de que depende a irradiação de uma escola, à uma escola básica integrada estão associados dois valores de irradiação e duas áreas de drenagem, correspondentes aos dois grupos etários abrangidos pela escola. Neste sentido veja-se os valores de irradiação constantes dos quadros relativos a: Escola Básica do 1º Ciclo - EB1 e Escola Básica dos 2º e 3º ciclos - EB2,3.</p>															
<p>População base e população a escolarizar</p>	<p>Na sequência do referido na coluna anterior sobre os valores de irradiação e as áreas de drenagem, à escola básica integrada estão associados também dois de população a escolarizar:</p> <p>Varição NUT III dos grupos etários (1991): 6 aos 9 anos: 4%-6,7% 10 aos 14 anos: 6,3% -9,5%</p> <p>Mínimo: 1º C População base: 2000 habitantes População a escolarizar: 80 alunos (4 turmas) 2º e 3º C População base: 3800 habitantes População a escolarizar: 240 alunos (10 turmas)</p> <p>Máximo: 1º C População base: 3000 habitantes População a escolarizar: 200 alunos (8 turmas) 2º e 3º C População base: 4700 habitantes População a escolarizar: 450 alunos (15 turmas)</p>															
<p>CrITÉrios de programação</p>	<p>Regime de funcionamento das escolas: turno único</p> <p>Número de alunos /turma: 1º C- 20 a 25 2º e 3º C- 24 a 30 1 sala de aula/turma</p> <table border="1" data-bbox="451 1803 885 2004"> <thead> <tr> <th>Refª.</th> <th>Turmas</th> <th>Alunos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>EB 2,3</td> <td>14</td> <td>400</td> </tr> <tr> <td></td> <td>(4+10)</td> <td>(100+300)</td> </tr> <tr> <td>EB 2,3</td> <td>23</td> <td>650</td> </tr> <tr> <td></td> <td>(8+15)</td> <td>(200+450)</td> </tr> </tbody> </table>	Refª.	Turmas	Alunos	EB 2,3	14	400		(4+10)	(100+300)	EB 2,3	23	650		(8+15)	(200+450)
Refª.	Turmas	Alunos														
EB 2,3	14	400														
	(4+10)	(100+300)														
EB 2,3	23	650														
	(8+15)	(200+450)														

	Estes modelos de escolas correspondem às capacidades mínima e máxima da EB 2,3.												
Critérios de dimensionamento	<p>Indicadores de referência: Área bruta de construção (Ab): 8,2 m²/aluno Área de terreno: 24 m²/aluno</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ab*</th> <th>Terreno**</th> <th>Terr./al.</th> </tr> <tr> <th>(m²)</th> <th>(m²)</th> <th>(m²)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>3500</td> <td>10000</td> <td>25,0</td> </tr> <tr> <td>4900</td> <td>15000</td> <td>23,0</td> </tr> </tbody> </table>	Ab*	Terreno**	Terr./al.	(m ²)	(m ²)	(m ²)	3500	10000	25,0	4900	15000	23,0
Ab*	Terreno**	Terr./al.											
(m ²)	(m ²)	(m ²)											
3500	10000	25,0											
4900	15000	23,0											
Critérios de localização	<p>Em regra, a escola não deve situar-se na área de influência de escolas sub-utilizadas e em bom estado de conservação onde sejam ministrado o mesmo nível de ensino.</p> <p>A escola e a envolvente urbana:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inserção correcta da escola no tecido urbano; - Proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos, culturais e sociais do aglomerado; - Rede de transportes públicos; - Segurança nos percursos, nas áreas envolventes da escola e nas zonas de acesso imediato à mesma; - Adequadas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído); - Abastecimento de água e de energia eléctrica, drenagem de esgotos, rede de telecomunicações e recolha de lixos. <p>Terrenos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidade); - Com características geológicas que possibilitem a execução de fundações directas. <p>Incompatibilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vizinhanças insalubres ou perigosas; - Atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica. 												
Observações	<p>*Ab- Área bruta de construção. Os valores apresentados não incluem os espaços interiores nem os exteriores cobertos para a disciplina de Educação Física.</p> <p>**Áreas de terreno mínimo. Estas áreas comportam os espaços para a disciplina de Educação Física (espaços interiores, exteriores, cobertos e ao ar livre).</p> <p>Os valores indicados referem-se a terrenos com declives suaves (até 5%). Por cada ponto percentual de declive acima de 5% e até ao máximo de 10%, a área do terreno escolar deve ser acrescida de 4%.</p>												

Fonte: Normas para a programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos, DGOTDU, 2002

Escola Básica Integrada com Jardim de Infância (EB1,2,3,JI) - Faixa etária: dos 3 aos 14 anos

<p>Irradiação</p>	<p>A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500 m de largura para cada lado dos seus eixos.</p> <p>Sendo o nível etário dos alunos um dos factores de que depende a irradiação de uma escola, à uma escola básica integrada estão associados dois valores de irradiação e duas áreas de drenagem, correspondentes aos dois grupos etários abrangidos pela escola.</p> <p>Neste sentido veja-se os valores de irradiação constantes dos quadros relativos a: Jardim de Infância - JI, Escola Básica do 1º Ciclo - EB1 e Escola Básica dos 2º e 3º ciclos - EB2,3.</p>
<p>População base e população a escolarizar</p>	<p>À semelhança do já referido sobre os valores de irradiação e as áreas de drenagem, à escola básica integrada com jardim de infância, estão associados tantos valores de população base e de população a escolarizar, quantos os grupos etários abrangidos pela escola.</p> <p>Variação NUT III dos grupos etários (1991):</p> <p>3 aos 5 anos: 2,4%-4,6%</p> <p>6 aos 9 anos: 4%-6,7%</p> <p>10 aos 14 anos: 6,3% -9,5%</p> <p>Mínimo:</p> <p>JI</p> <p>População base: 1800 habitantes</p> <p>N.º de crianças: 40 (2 salas)</p> <p>1º C</p> <p>População base: 2000 habitantes</p> <p>População a escolarizar: 80 alunos (4 turmas)</p> <p>2º e 3º C</p> <p>População base: 3800 habitantes</p> <p>População a escolarizar: 240 alunos (10 turmas)</p> <p>Máximo:</p> <p>JI</p> <p>População base: 1800 habitantes</p> <p>N.º de crianças: 75 (3 salas)</p> <p>1º C</p> <p>População base: 3000 habitantes</p> <p>População a escolarizar: 200 alunos (8 turmas)</p> <p>2º e 3º C</p> <p>População base: 4700 habitantes</p> <p>População a escolarizar: 450 alunos (15 turmas)</p>

<p>Critérios de programação</p>	<p>Regime de funcionamento das escolas: turno único</p> <p>Número de crianças/alunos por sala//turma:</p> <p>Jl- 20 a 25</p> <p>1º C- 20 a 25</p> <p>2º e 3º C- 24 a 30</p> <p>1 sala de actividade ou sala de aula por grupo/turma.</p> <table border="1" data-bbox="486 492 1165 694"> <thead> <tr> <th>Refª.</th> <th>Salas ou Turmas</th> <th>Crianças ou Alunos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>EB1,2,3,Jl</td> <td>16 (4+10+2)</td> <td>450 (100+300+50)</td> </tr> <tr> <td>EB1,2,3Jl</td> <td>26 (8+15+3)</td> <td>725 (200+450+75)</td> </tr> </tbody> </table> <p>Estes modelos de escolas correspondem às capacidades mínima e máxima da escola integrada.</p>	Refª.	Salas ou Turmas	Crianças ou Alunos	EB1,2,3,Jl	16 (4+10+2)	450 (100+300+50)	EB1,2,3Jl	26 (8+15+3)	725 (200+450+75)			
Refª.	Salas ou Turmas	Crianças ou Alunos											
EB1,2,3,Jl	16 (4+10+2)	450 (100+300+50)											
EB1,2,3Jl	26 (8+15+3)	725 (200+450+75)											
<p>Critérios de dimensionamento</p>	<p>Indicadores de referência:</p> <p>Área bruta de construção (Ab): 8 m²/aluno</p> <p>Área de terreno: 23 m²/aluno</p> <table border="1" data-bbox="486 985 941 1142"> <thead> <tr> <th>Ab*</th> <th>Terreno**</th> <th>Terr./al.</th> </tr> <tr> <th>(m²)</th> <th>(m²)</th> <th>(m²)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>3800</td> <td>10600</td> <td>23,6</td> </tr> <tr> <td>5100</td> <td>16000</td> <td>22,1</td> </tr> </tbody> </table>	Ab*	Terreno**	Terr./al.	(m ²)	(m ²)	(m ²)	3800	10600	23,6	5100	16000	22,1
Ab*	Terreno**	Terr./al.											
(m ²)	(m ²)	(m ²)											
3800	10600	23,6											
5100	16000	22,1											
<p>Critérios de localização</p>	<p>Em regra, a escola não deve situar-se na área de influência de escolas sub-utilizadas e em bom estado de conservação onde sejam ministrados os mesmos níveis de educação e ensino.</p> <p>A escola e a envolvente urbana:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inserção correcta da escola no tecido urbano; - Proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos, culturais e sociais do aglomerado; - Rede de transportes públicos; - Segurança nos percursos, áreas envolventes da escola e nas zonas de acesso imediato à mesma; - Adequadas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído); - Abastecimento de água e de energia eléctrica, drenagem de esgotos, rede de telecomunicações e recolha de lixos. <p>Terrenos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidades); - Com características geológicas que possibilitem a execução de fundações directas. 												

	Incompatibilidades: <ul style="list-style-type: none">- Vizinhanças insalubres ou perigosas;- Atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica.
Observações	<p>*Ab- Área bruta de construção. Os valores apresentados não incluem os espaços interiores nem os exteriores cobertos para a disciplina de Educação Física.</p> <p>**Áreas de terreno mínimo. Estas áreas comportam os espaços para a disciplina de Educação Física (espaços interiores, exteriores, cobertos e ao ar livre).</p> <p>Os valores indicados referem-se a terrenos com declives suaves (até 5%). Por cada ponto percentual de declive acima de 5% e até ao máximo de 10%, a área do terreno escolar deve ser acrescida de 4%.</p>

Fonte: Normas para a programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos, DGOTDU, 2002

Anexo C – Tabelas Relativas aos Gráficos Apresentados

(Gráfico 1) - Evolução da População Residente: Município de Monforte

	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Município de Monforte	3800	4221	4516	5335	6098	6238	6835	8087	8295	7245	4720	4281	3759	3393

Fonte: INE - X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

(Gráfico 2) - Evolução da População Residente: Freguesias do Município de Monforte

	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Assumar	1019	1093	1080	1113	1261	1300	1488	1744	1713	1468	940	835	680	687
Monforte	1342	1540	1721	2029	2362	2276	2652	3264	3123	2839	1575	1620	1483	1248
Santo Aleixo	664	765	853	1118	1356	1399	1498	1618	1896	1469	1530	1054	907	787
Vaiamonte	775	823	862	1075	1119	1263	1197	1461	1563	1469	675	772	689	671

Fonte: INE - X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

(Gráfico 3) - Evolução da Variação da População: Freguesias do Município de Monforte

Freguesias	Variação 81-91 (%)	Variação 91-01 (%)
Assumar	-18,56	1,03
Monforte	-8,46	-15,85
Santo Aleixo	-13,95	-13,23
Vaiamonte	-11,92	-2,61
Município de Monforte	-12,19	-9,74

Fonte: INE - XII, XIII e XIV Recenseamento Geral da População

(Gráfico 4) - Evolução da Natalidade, Mortalidade e Crescimento Natural

	1960	1970	1981	1991	2001
Nados-vivos	134	45	34	34	31
Óbitos	76	60	71	68	58
Crescimento natural	58	-15	-37	-34	-27

Fonte: INE - X, XI, XII, XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

INE - Estatísticas Demográficas 2001

(Gráfico 5) - Evolução da Natalidade, Mortalidade e Crescimento Natural

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Natalidade	34	27	29	32	31	34	26	23	31	27	31
Mortalidade	68	59	65	74	72	66	82	67	74	55	58
Crescimento natural	-34	-32	-36	-42	-41	-32	-56	-44	-43	-28	-27

Fonte: INE - XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População

INE - Estatísticas Demográficas de 1991 a 2001

(Gráfico 6) - Evolução da Natalidade: Freguesias do Município de Monforte

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Assumar	7	3	6	2	3	6	5	5	3
Monforte	13	15	17	12	11	17	13	19	15
Santo Aleixo	5	8	7	5	8	2	4	3	6
Vaiamonte	7	5	4	7	1	6	5	4	6
Município de Monforte	32	31	34	26	23	31	27	31	30

Fonte: INE - Estimativas Demográficas de 1991 a 2001

(Gráfico 7) - Distribuição da População por Grandes Grupos Etários: Freguesias do Município de Monforte (2001)

	0-14 anos	15-64 anos	65 e + anos	Total
Assumar	84	420	183	687
Monforte	154	778	316	1248
Santo Aleixo	96	463	228	787
Vaiamonte	100	350	221	671
Município de Monforte	434	2011	948	3393

Fonte: INE - XIV Recenseamento Geral da População

(Gráfico 8) - Pirâmide Etária do Município de Monforte – 1960

	Homens	Mulheres
0-4	269	251
5-9	271	281
10-14	316	313
15-19	310	298
20-24	317	294
25-29	278	311
30-34	252	296
35-39	268	265
40-44	210	245
45-49	262	233
50-54	227	213
55-59	174	193
60-64	148	153
65-59	116	116
70-74	72	85
≥75	83	122

Fonte: INE - X Recenseamento Geral da População

(Gráfico 9) - Pirâmide Etária do Município de Monforte – 1970

	Homens	Mulheres
0-4	135	160
5-9	150	225
10-14	170	205
15-19	160	200
20-24	180	120
25-29	60	125
30-34	165	140
35-39	180	185
40-44	170	215
45-49	170	130
50-54	155	165
55-59	125	145
60-64	120	140
65-59	175	130
70-74	80	100
≥75	55	85

Fonte: INE - XI Recenseamento Geral da População

(Gráfico 10) - Pirâmide etária do Município de Monforte – 1981

	Homens	Mulheres
0-4	127	126
5-9	118	138
10-14	161	145
15-19	158	209
20-24	112	161
25-29	86	98
30-34	74	84
35-39	74	94
40-44	132	163
45-49	151	157
50-54	150	160
55-59	133	160
60-64	127	154
65-59	142	156
70-74	129	135
75-79	75	86
≥75	44	62

Fonte: INE - XII Recenseamento Geral da População

(Gráfico 11) - Pirâmide Etária do Município de Monforte – 1991

	Homens	Mulheres
0-4	76	90
5-9	87	98
10-14	113	123
15-19	109	143
20-24	137	109
25-29	102	131
30-34	90	121
35-39	84	86
40-44	75	92
45-49	65	91
50-54	117	137
55-59	137	159
60-64	129	152
65-59	110	150
70-74	110	143
75-79	81	113
≥80	89	110

Fonte: INE - XIII Recenseamento Geral da População

(Gráfico 12) - Pirâmide Etária do Município de Monforte – 2001

	Homens	Mulheres
0-4	63	64
5-9	62	83
10-14	77	85
15-19	85	108
20-24	122	121
25-29	97	109
30-34	96	93
35-39	101	129
40-44	86	104
45-49	82	89
50-54	76	91
55-59	73	92
60-64	113	144
65-59	141	146
70-74	112	133
75-79	88	108
≥75	85	125

Fonte: INE - XIV Recenseamento Geral da População

(Gráfico 13 e 14) - População Residente, segundo o Sector de Actividade, em 1991 e 2001

	Sector primário				Sector secundário				Sector terciário			
	1991	%	2001	%	1991	%	2001	%	1991	%	2001	%
População residente	3759	12,6	3393	8,2	3759	4,4	3393	5,9	3759	16,0	3393	23,7

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2000

(Gráfico 15) - Explorações Agrícolas: Natureza Jurídica e Forma de Exploração

Nº	Natureza jurídica		Forma de exploração	
	Produtor singular	Sociedade	Conta própria	Arrendamento
	222	27	209	73

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2000

(Gráfico 16) - Constituição da SAU – Superfície Agrícola Utilizada

Constituição da SAU (ha)				
Horta familiar	Pousio	Culturas temporárias	Culturas permanentes	Prados e pastagens permanentes
1	11876	8449	1751	15661

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2000

(Gráfico 17) - Estrutura das Culturas Permanentes

Culturas permanentes (ha)		
Citrinos	Olival	Vinha
4	1686	60

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2000

(Gráfico 18) - Estrutura das Culturas Temporárias

Culturas temporárias (ha)				
Cereais	Leguminosas secas	Industriais	Hortícolas	Prados e forragens
5666	45	1066	34	1573

Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2000

(Gráfico 19) - População Residente, segundo o Nível de Ensino Atingido por sexo

	Nenhum nível de ensino	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Médio	Superior	Analfabetos com 10 ou mais anos
H	375	581	198	169	166	6	64	304
M	569	660	192	152	174	5	82	456

Fonte: INE - XIV Recenseamento Geral da População

(Gráfico 20) - População Residente, segundo o Nível de Ensino Atingido

	Nenhum nível de ensino	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Médio	Superior	Analfabetos com 10 ou mais anos
Assumar	187	297	78	56	57	2	10	227
Monforte	268	445	137	164	141	7	86	214
Santo Aleixo	260	282	91	58	70	1	25	217
Vaiamonte	229	217	84	43	72	1	25	185

Fonte: INE - XIV Recenseamento Geral da População

Gráfico 21 - Evolução da Frequência dos Alunos no Município de Monforte

	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05
Pré-Escolar	58	79	77	78	81	81	80	77	82
1º Ciclo	140	149	157	156	151	149	158	158	143
2º Ciclo	80	81	59	63	64	52	57	67	66
3º Ciclo	122	107	104	104	98	86	78	67	68
Ensino Secundário	62	48	32	31	31	36	25	25	0
Total	462	464	429	432	425	404	398	394	359

Fonte: Ministério da Educação (ME), DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 2005
Inquérito indirecto, Março de 2005

(Gráfico 22) - Distribuição percentual dos alunos, por nível de ensino, no ano lectivo 2004/05
(Alto Alentejo)

Ano lectivo 2004/05				
Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário
3121	4845	2629	3807	4021

Fonte: DAPP – Direcção de Serviços de Estatística e Indicadores, Projecções.

(Gráfico 49) - Distribuição percentual dos alunos, por nível de ensino, no ano lectivo 2004/05
(Município de Monforte)

Ano lectivo 2004/05				
Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário
81	143	66	68	0

Fonte: Ministério da Educação (ME), DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 2005
Inquérito indirecto, Março de 2005

(Gráfico 24) - Evolução do Número de Alunos da Educação Pré-Escolar

Freguesia	Estabelecimento	Anos Lectivos								
		1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Assumar	Jl de Assumar		17	11	10	8	12	11	15	16
Monforte	Jl de Monforte	30	29	30	29	34	29	31	28	37
Santo Aleixo	EB1/Jl de Santo Aleixo	13	17	16	17	21	20	16	14	10
Vaiamonte	Jl de Vaiamonte	15	16	20	22	18	20	22	19	19

Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 1996/97-2004/05
Inquérito indirecto, Março de 2005

(Gráfico 25) - Número de Crianças em Jl, por idades (2004/05)

	3 Anos	4Anos	5 Anos
Jl de Santo Aleixo	5	4	1
Jl de Assumar	5	7	4
Jl de Monforte	13	11	13
Jl de Vaiamonte	5	6	8

Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 2005
Inquérito indirecto, Março de 2005

(Gráfico 26) - Evolução do Número de Alunos no 1º Ciclo do Ensino Básico

Freguesia	Estabelecimento	Anos lectivos								
		1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Assumar	EB1 de Assumar	23	28	27	28	23	25	23	23	20
Monforte	EB1 de Monforte	32	62	65	70	76	69	76	79	62
Santo Aleixo	EB1 de Santo Aleixo	36	34	33	30	22	29	29	29	31
Vaiamonte	EB1 de Vaiamonte	24	25	32	28	30	26	30	27	27
Total		115	149	157	156	151	149	158	158	140

Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 1996/97-2004/05
Inquérito indirecto, Março de 2005

(Gráfico 27) – Número de Alunos nas EB 1's, por anos de escolaridade (2004/05)

Estabelecimento	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
EB1 de Assumar	4	7	6	3
EB1 de Monforte	7	23	20	12
EB1 de Santo Aleixo	8	10	7	6
EB1 de Vaiamonte	4	6	9	8

Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 2005
Inquérito indirecto, Março de 2005

(Gráfico 28) – Evolução Nº de Alunos – EB 2/3 de Monforte

	Anos lectivos								
	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/02	2003/04	2004/05
2º Ciclo	80	81	59	63	64	52	58	67	68
3º Ciclo	122	107	63	104	98	86	79	67	68

Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 1996/97-2004/05

Inquérito indirecto, Março de 2005

(Gráfico 29) – Número de Alunos da EB 2,3 de Monforte, por anos de escolaridade (2004/05)

	2º Ciclo		3º Ciclo		
	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
EBI de Monforte	31	37	26	21	21

Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 2004/05

Inquérito indirecto, Março de 2005

(Gráfico 30) - Evolução do Número Alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE)

	1998/1999	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/05
CRM	25	25	26	26	32	27	20
Ensino Regular	42	32	28	33	43	53	37

Fonte: Inquérito indirecto, Março de 2005

DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 1998/99-2004/05

(Gráfico 31) - Evolução do Número de Alunos NEE Integrados no Ensino Regular

	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Pré-escolar	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1º Ciclo	31	32	38	29	23	26	35	35	16
2º Ciclo	0	5	3	2	3	6	8	15	14
3º Ciclo	1	0	1	1	2	1	0	3	6
Secundário	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	32	37	42	32	28	33	43	53	37

Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 1996/97-2004/05

Inquérito indirecto, Março de 2005

(Gráfico 32) - Evolução do Número de Alunos Com Necessidades Especiais, no Ensino Regular por Deficiência

	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Auditiva	2	1	0	0	0	0	2	2	2
Outras	30	36	42	32	28	33	41	51	35

Fonte: Inquérito indirecto, Março de 2005

DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 1996/97-2004/05

(Gráfico 33) - Evolução do Número de Alunos no Ensino Secundário Privado

Freguesia	Estabelecimento	Anos lectivos								
		1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Monforte	EPRAL- Pólo de Monforte	62	48	32	31	31	36	25	25	0

Fonte: DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, 1996/97-2004/05

(Gráfico 34) – Projecção do número de alunos, por ciclos, até ao ano lectivo 2010/11

	Reais			Projecção						
	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Pré-Escolar	81	78	77	78	87	91	96	92	89	89
1º Ciclo	151	158	160	151	135	143	135	140	152	157
2º Ciclo	56	61	71	62	63	56	58	57	49	53
3º Ciclo	94	86	75	79	86	83	83	75	78	71

Fonte: DREA

(Gráfico 35) - Projecções do n.º de alunos no pré-escolar, por anos de idade, até 2010/11

	Reais			Projecção						
	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
3 anos	22	40	24	26	37	37	33	33	33	33
4 anos	30	25	28	30	24	33	33	30	30	30
5 anos	29	13	25	22	26	21	30	29	26	26

Fonte: DREA

(Gráfico 36) - Projecções do n.º de alunos no 1º ciclo, por anos de idade, até 2010/11

		Reais			Projecção						
		2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
6 anos	1º ano	31	36	31	27	27	33	27	37	36	35
7 anos	2º ano	53	47	54	62	44	44	52	44	60	58
8 anos	3º ano	36	42	38	27	40	31	31	34	27	40
9 anos	4º ano	31	33	37	35	24	35	25	25	29	24

Fonte: DREA

(Gráfico 37) - Projecções do n.º de alunos no 2º ciclo, por anos de idade, até 2010/11

		Reais			Projecção						
		2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
10 anos	5º ano	31	38	43	34	38	27	38	28	28	32
11 anos	6º ano	25	23	28	28	25	29	20	29	21	21

Fonte: DREA

(Gráfico 38) - Projecções do nº de alunos no 3º ciclo, por anos de idade, até 2010/11

		Reais			Projecção						
		2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
12 anos	7º ano	35	30	21	31	30	27	31	21	31	22
13 anos	8º ano	26	31	32	31	33	32	29	33	23	33
14 anos	9º ano	33	25	22	17	23	24	23	21	24	16

Fonte: DREA

(Gráfico 44) - Evolução dos Gastos Totais com Acção Social Escolar e Educativa pela C. M. de Monforte, entre 1996/97 e 2002/2003

	Custos
1996/97	52.243,55 €
1997/98	67.089,05 €
1998/99	83.658,32 €
1999/00	78.877,27 €
2000/01	80.808,17 €
2001/02	90.657,80 €
2002/03	84.104,12 €
2003/04	94.308,65 €
2004/05	79.624,29 €

Fonte: Câmara Municipal de Monforte, Março de 2005

(Gráfico 45) - Evolução dos Custos a Acção Social Escolar pela Câmara Municipal de Monforte, entre 1996/97 e 2004/05

	Transportes	Alimentação	Material Escolar	Manuais Escolares	Bolsas de Estudo
1996/97	49.878,79 €		825,96 €	1.538,80 €	
1997/98	52.022,38 €	8.546,66 €	891,30 €	1.738,31 €	3.890,40 €
1998/99	58.367,09 €	13.941,50 €	1.845,55 €	2.371,78 €	7.132,40 €
1999/00	55.441,64 €	14.209,17 €	3.516,53 €	1.171,13 €	4.538,80 €
2000/01	52.966,35 €	17.207,04 €	3.351,92 €	1.447,26 €	5.835,60 €
2001/02	56.643,49 €	19.068,45 €	3.606,31 €	1.613,55 €	9.726,00 €
2002/03	50.105,40 €	19.618,49 €	3.501,56 €	2.449,47 €	8.429,20 €
2003/04	61.435,20 €	22.779,27 €	3.471,63 €	2.072,55 €	4.550,00 €
2004/05	65.807,00 €	7.467,24 €	879,66 €	2.220,39 €	3.250,00 €

Fonte: Câmara Municipal de Monforte, Março de 2005

(Gráfico 46) - Evolução do Número de Alunos abrangidos pelo Subsídio Escolar e Bolsas de Estudo, entre 1996/97 e 2003/2004

	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
Subsidio de Alimentação	53	59	86	72	85	114	115	105
Material Escolar	151	146	185	235	224	271	234	232
Manuais Escolares	53	59	86	72	85	114	115	105
Bolsas de Estudo		6	11	7	9	15	13	O regulamento foi alterado e está para publicação

Aos Jardins de Infância do Concelho era atribuída uma verba por sala (30,000\$00 * 4 Salas)

Fonte: Câmara Municipal de Monforte, Março de 2005

(Gráfico 47) - Evolução do Número de Alunos abrangidos pelo Transporte Escolar

	Nº de Alunos
1996/97	224
1997/98	220
1998/99	248
1999/00	223
2000/01	187
2001/02	209
2002/03	132
2003/04	141
2004/05	148

Fonte: Câmara Municipal de Monforte, Março de 2005

(Gráfico 48) - Evolução dos Custos Médios com Acção Social Escolar, por alunos

	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Transportes	222,67 €	236,47 €	235,35 €	248,62 €	283,24 €	271,02 €	379,59 €	435,71 €	444,64 €
Subsidio de Alimentação		144,86 €	162,11 €	197,35 €	202,44 €	167,27 €	170,60 €	216,95 €	
Material Escolar	5,47 €	6,10 €	9,98 €	14,96 €	14,96 €	13,31 €	14,96 €	14,96 €	
Manuais Escolares	29,03 €	29,46 €	27,58 €	16,27 €	17,03 €	14,15 €	21,30 €	19,74 €	
Bolsas de Estudo		648,40 €	648,40 €	648,40 €	648,40 €	648,40 €	648,40 €		

Fonte: Câmara Municipal de Monforte, Março de 2005

Anexo D - Legislação Consultada

- Decreto - Lei n.º 299/84 de 5 de Setembro: Transportes escolares (com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro);
- Lei 46/86 de 14 de Outubro: Lei de Bases do Sistema Educativo;
- Despacho Conjunto n.º 28/SERE/SEAM/88: Define os princípios gerais da planificação da Rede Escolar;
- Decreto - Lei n.º 108/88 de 31 de Março: Regulamenta o ensino particular e cooperativo, integrando-o na Rede Escolar para efeitos de ordenamento desta;
- Despacho n.º 33/ME/91 de 26 de Março: Define as tipologias de estabelecimentos de educação e ensino;
- Decreto - Lei n.º 319/91 de 23 de Agosto: Regula a integração dos alunos portadores de deficiência nos estabelecimentos públicos de ensino nos níveis básico e secundário;
- Lei n.º 5/97 de 10 de Fevereiro: Lei - quadro da Educação Pré-Escolar;
- Despacho Conjunto n.º 15/SEAF/SEEI/97 de 18 de Abril: Define regras para a extinção dos postos de ensino básico mediatizado;
- Despacho Normativo n.º 27/97 de 2 de Junho: Pretende estimular a participação e a iniciativa das escolas nos domínios do reordenamento da rede educativa;
- Decreto - Lei n.º 147/97 de 11 de Junho: Consagra o regime jurídico do desenvolvimento da educação Pré-Escolar, estabelecendo a criação de uma rede nacional de educação Pré-Escolar que integra uma rede pública e uma rede privada, visando efectivar a universalidade da educação Pré-Escolar;
- Despacho Conjunto n.º 105/97 de 1 de Julho: Estabelece o regime aplicável à prestação de serviços de apoio educativo com base na articulação dos recursos e das actividades de apoio especializado existente nas escolas, no quadro do desenvolvimento dos projectos educativos;
- Despacho Conjunto n.º 123/97 de 7 de Julho: Tem como objectivo assegurar o efectivo cumprimento da escolaridade básica de nove anos por todos os jovens associados a uma qualificação profissional certificada de nível II;
- Despacho Conjunto n.º 128/97 de 9 de Julho: Determina que as escolas em articulação com o Ministério da Educação e as Autarquias assegurem, no âmbito do apoio sócio-educativo às famílias as condições para que as crianças e os jovens realizem percursos escolares bem sucedidos.
- Despacho Conjunto n.º 258/97 de 21 de Agosto: Define os critérios aplicáveis à caracterização do equipamento necessário ao funcionamento dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar;

- Despacho Conjunto n.º 268/97 de 25 de Agosto: Define os critérios gerais de programação dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar;
- Decreto - Lei n.º 291/97 de 4 de Setembro: Define o regime de atribuição de financiamento para instalação de estabelecimentos de educação Pré-Escolar;
- Decreto - Lei n.º 314/97 de 15 de Novembro: Estabelece a denominação dos estabelecimentos de educação ou de ensino públicos não superiores;
- Decreto - Lei n.º 4/98 de 8 de Janeiro: Estabelece o novo regime de criação, organização e funcionamento das escolas profissionais no âmbito do ensino não superior;
- Decreto - Lei n.º 89-A/98 de 7 de Abril: Cria uma linha de crédito bonificado para financiamento de construção e aquisição de instalações e equipamento de estabelecimentos de educação Pré-Escolar;
- Decreto - Lei n.º 115/98 de 4 de Maio: Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e dos ensinos básicos e secundário;
- Lei n.º 42/98 de 6 de Agosto: Lei das Finanças Locais. Estabelece o regime financeiro dos Municípios e das freguesias;
- Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro: Estabelece o quadro de transferência das atribuições e competências das autarquias locais, atribuindo-lhes responsabilidades no domínio da construção e manutenção dos estabelecimentos de educação e ensino;
- Decreto - Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro: Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;
- Decreto Regulamentar n.º 12/2000 de 29 de Agosto: Define as condições necessárias à constituição e à instalação dos agrupamentos de escolas do ensino básico;
- Decreto - Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro: Regulamenta os Conselhos Municipais de Educação e aprova o processo de elaboração da Carta Educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

Anexo E – Inquérito efectuado às escolas

Levantamento do Parque Escolar

Identificação: _____

Localização: _____

Tutela: Público Privado

Regime de funcionamento: Normal Desdobramento

Área de irradiação: Lugar Freguesia Município

Tipo de instalações

	Sim	Não
Próprias		
Adaptadas		
Provisórias		
Pré-fabricado		
Com anexos pré-fabricados		

Ano de construção: _____

Tipo de projecto: _____

Estado de conservação

	Bom	Razoável	Mau
Interior			
Exterior			

N.º de Alunos

	3 Anos	4 Anos	5 Anos	Total
N.º de alunos inscritos				
Capacidade de alunos				
N.º de turmas				

Dimensão/Capacidade (n.º de salas)

	N.º	Conservação	Observações
Salas			
Salas específicas			
Trabalhos manuais			
Oficinas/trabalhos oficinas			
Laboratórios/salas de ciências			

Instalações complementares

	Sim	Não - Local de funcionamento	Estado de conservação	Observações
Espaços de apoio				
Recreio				
Jardim				
Bar				
Cozinha				
Refeitório/Cantina				
Biblioteca				
Sala de convívio				
Instalações desportivas				
Ginásio				
Campo polidesportivo descoberto				
Tanque de aprendizagem				
Balneários				
Outros				
ATL				

Utilização das instalações

Utilização de outros equipamentos complementares fora do recinto escolar

Instituição: _____

Tipo de equipamento: _____

Frequência: Diária Semanal Quinzenal Mensal Outra _____

Localização: _____

Utilização do espaço escolar por instituições da Comunidade

Espaços escolares: _____

Instituições: _____

Frequência: Diária Semanal Quinzenal Mensal Outra _____

Saneamento, redes de infra-estruturas e comunicações

	Sim	Não	Conservação	Observações
Sanitários				
Água				
Electricidade				
Esgotos				
Aquecimento				
Telefone				
Computadores	N.º			
Internet				

Segurança

	Sim	Não	Observações
Sistema de alarme			
Saídas de emergência			
Plano de evacuação			
Guarda nocturno			
Sinalização			
Passadeiras			

Acessibilidade

Pedonal: Tempo de deslocação: Mínimo _____ Máximo _____

Transporte público: Sim Não

Tempo de deslocação: Mínimo _____ Máximo _____

N.º de docentes: _____

N.º de auxiliares: _____

Outras observações:
